

Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração

Assembleia Geral Ordinária

Data: 19 de abril de 2023

Horário: 16h00

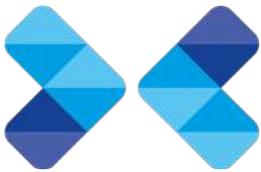
19 de abril de 2023

Este manual destina-se a auxiliar o acionista, o investidor e o mercado em geral com a descrição das informações da Assembleia Geral Ordinária, aplicáveis na data de edição aqui destacada



WDC
NETWORKS

Divulgação dos documentos conforme Resolução
CVM nº 81/22



WDC
NETWORKS

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA.....	4
1. CONVITE.....	5
2. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	6
3. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	7
4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	14
ANEXO A: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	23
ANEXO B: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (SEÇÃO 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	28
ANEXO C: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	86
ANEXO D: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	176
ANEXO E: INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	179
ANEXO F: REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO (SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)	188
ANEXO G: ANEXO A DA RES. CVM Nº 81.....	237

MENSAGEM DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES DA COMPANHIA

Prezados Senhores,

Com o objetivo de facilitar e incentivar a sua participação, encaminhamos ao conhecimento de V.Sas. o Manual de Participação em Assembleia e a Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO" e "Manual e Proposta", respectivamente) da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") a ser realizada no dia 19 de abril de 2023, às 16h00.

Este documento, que contém informações e instruções necessárias para a participação dos acionistas e orientações para o exercício do direito de voto na AGO, foi elaborado dentro dos princípios de transparência, equidade e homogeneidade definidos como base para o nosso relacionamento.

Em nome da Administração da Companhia, convidamos V.Sas. a comparecerem, participarem e expressarem suas opiniões na AGO.

André Luiz Sandoval Valente

Diretor de Relações com Investidores da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

1. CONVITE

Senhoras e Senhores Acionistas,

A administração da Companhia vem por meio desta convidar V.Sas. a participarem e expressarem suas opiniões na AGO convocada para às 16h00 do dia 19 de abril de 2023.

A Companhia realizará a AGO de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica "*Ten Meetings*", sem a possibilidade de comparecimento físico. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em www.tenmeetings.com.br e estarão descritas ao longo do presente Manual e Proposta. Para todos os fins legais, a AGO será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 5º, III, §3º, da Res. CVM nº 81.

Havendo quórum, a AGO será realizada, em primeira convocação, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (1) Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia;
- (2) Com base na proposta apresentada pela Administração, deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (3) Fixar que o Conselho de Administração da Companhia para o mandato 2023/2025 seja composto por 5 (cinco) membros a serem eleitos;
- (4) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e
- (5) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

Administração da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

2. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Edital de Convocação da AGO, que consta do **Anexo A** deste Manual e Proposta, será publicado nas edições de 17 de março de 2023, 18 de março de 2023 e 19 de março de 2023, do jornal "A Tarde Salvador".

Para a instalação da AGO, será necessária a presença de acionistas que representem, pelo menos, 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia.

Caso o quórum de pelo menos 1/4 (um quarto) do capital social da Companhia não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a nova data para a realização da AGO em segunda convocação, podendo ser instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

A aprovação das matérias a serem apreciadas na AGO dependerá do voto afirmativo da maioria absoluta dos acionistas com direito a voto presentes, não se computando os votos em branco, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Conforme determinado pela Res. CVM nº 81, encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (ri.wdcnet.com.br/), na página da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br), o presente Manual e Proposta, o boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGO, especificamente: o Relatório da Administração, as contas dos administradores, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

3. INFORMAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: (i) pessoalmente, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 Lei das Sociedades por Ações; (ii) por seus representantes legais ou procuradores, ou (iii) via boletim de voto à distância, encaminhado com, pelo menos, **7 (sete) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia 12 de abril de 2022 (inclusive)**: (1) diretamente à Companhia; ou (2) à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou (3) ao seu respectivo agente de custódia, conforme as orientações abaixo, e de acordo com o previsto na Res. CVM nº 81.

A participação do acionista ou de seu procurador devidamente constituído (observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações) poderá ser de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings*, sem a possibilidade de comparecimento físico, ou por meio dos mecanismos de votação a distância (boletim de voto).

3.1 Participação virtual pessoalmente ou representado por procurador

Os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do *link*: <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1F9E514EE647>, impreterivelmente em até **2 (dois) dias de antecedência da realização da AGO**, isto é, até o dia **17 de abril de 2023 (inclusive)**, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecimento de todos os documentos indicados neste Manual e Proposta, conforme aplicável. **Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da AGO por meio da plataforma digital.** Após o credenciamento pela Companhia, os acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação à distância.

O pedido de participação do acionista na AGO deve ser amparado com o depósito dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X	X
Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade).	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto).	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo.	-	-	X

Nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas podem ser representados em AGO por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista da Companhia, administrador da Companhia, advogado ou, ainda, por uma instituição financeira.

Nesse sentido, a administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em vosso nome relativamente às matérias objeto da AGO.

Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia. Assim, os procuradores deverão realizar o cadastro prévio com os seus dados no endereço eletrônico <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/porta1/?id=1F9E514EE647>. Após receber e-mail de confirmação de cadastro, o procurador, deverá, através do link enviado para o e-mail informado, indicar cada acionista que irá representar e anexar os documentos pertinentes, nos termos acima mencionados. O procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu cadastro e providenciará, se

necessário, a complementação de documentos. O procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na AGO pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. O procedimento aqui descrito também deverá ser realizado até o dia **17 de abril de 2022 (inclusive)**.

Exclusivamente com a finalidade de facilitar e agilizar os trabalhos da AGO, a Companhia pede aos acionistas (ou seus respectivos procuradores, conforme o caso) que solicitem sua participação virtual (e que não tenham enviado o Boletim de Voto) que enviem digitalmente, juntamente com sua solicitação e os documentos necessários para participação virtual, suas manifestações de voto no *link* disponibilizado acima. O envio prévio das manifestações de voto **não** dispensa o acionista de efetivamente participar virtualmente da AGO, ou seja, o acionista deverá se conectar, registrar sua presença e emitir seu voto através da plataforma eletrônica para que os mesmos sejam devidamente considerados.

A plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia para acesso e participação na AGO será a plataforma do *Ten Meetings*. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em <https://home.tenmeetings.com.br/>.

A Companhia recomenda que os acionistas se familiarizem previamente com o uso da plataforma *Ten Meetings*, bem como garantam a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos para a utilização da plataforma. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma *Ten Meetings* com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados.

Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Res. CVM nº 81, a Companhia informa que gravará a AGO, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a plataforma para participar e, conforme o caso, votar na AGO. O acesso à AGO não será permitido após o início dos trabalhos.

Por meio da plataforma *Ten Meetings*, os acionistas credenciados poderão discutir e votar os itens da ordem do dia, tendo acesso com vídeo e áudio à sala virtual em que será realizada a AGO.

Para acessar a plataforma, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 10Mb (banda mínima de 10240kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a plataforma.

A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba o e-mail com instruções para acesso à plataforma digital até às 11h00 do dia 18 de abril de 2023, deverá entrar em contato através do e-mail ri@wdcnet.com.br, até no máximo às 18h00 do dia 18 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas suas respectivas instruções para acesso.

Aos acionistas que se farão representar por meio de procuração outorgada para o fim específico de participar em assembleias, a Companhia dispensará o reconhecimento de firma e/ou a consularização ou apostilamento dos instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes. Ressaltamos, contudo, que os documentos que não sejam lavrados em português deverão ser acompanhados da respectiva tradução.

Os acionistas que participarem da AGO via plataforma, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à AGO e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Res. CVM nº 81.

3.2 Participação por mecanismo de voto a distância

Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Res. CVM nº 81, os acionistas da Companhia poderão encaminhar, a partir desta data, suas instruções de voto em relação às matérias objeto da AGO mediante o preenchimento e envio do boletim de voto a distância.

O Boletim é um documento eletrônico, cuja forma reflete o Anexo M da Res. CVM nº 81, que reúne todas as propostas de deliberação incluídas na ordem do dia da AGO. O modelo para preenchimento foi disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.wdcnet.com.br/informacoes-financeiras/documentos-entregues-a-cvm/>).

Assim, o acionista que resolver exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo por uma das opções abaixo descritas:

3.2.1 Mediante envio do Boletim de Voto a Distância preenchido e assinado diretamente à Companhia

Caso os acionistas queiram encaminhar sua orientação de voto diretamente à Companhia, deverão acessar o *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wdcnet.com.br/>), área de "Informações Financeiras", aba "Documentos Entregues à CVM", ano 2023, acessar a pasta "Assembleias", imprimir o "Boletim de Voto", preenchê-los, rubricar todas as páginas e assiná-lo. A Companhia permitirá a assinatura digital ou eletrônica dos Boletins de Voto.

Na sequência, deverão encaminhar, **em formato digital**, para o endereço eletrônico **ri@wdcnet.com.br**, os seguintes documentos:

- (i) cópia digitalizada do Boletim de Voto devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) cópia digitalizada dos documentos indicados na tabela acima para participação do acionista na AGO.

A Companhia dispensará o reconhecimento de firma dos Boletins de Voto assinados no território brasileiro e a notariação e consularização ou apostilamento, conforme o caso, daqueles assinados fora do país. No entanto, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

Com a finalidade de facilitar a participação dos acionistas na AGO, a Companhia dispensará a apresentação da via original do Boletim de Voto e de cópias autenticadas dos documentos solicitados acima. Os acionistas deverão encaminhar o Boletim de Voto e cópia dos demais documentos indicados acima, **em formato digital, em até 7 (sete) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia 12 de abril de 2023 (inclusive)**, no seguinte endereço eletrônico: **ri@wdcnet.com.br**.

Em até 3 (três) dias contados do recebimento das vias digitalizadas dos referidos documentos, a Companhia enviará aviso ao acionista, por meio do endereço eletrônico indicado pelo acionista no Boletim de Voto¹, a respeito do recebimento dos documentos e de sua aceitação.

3.2.2 Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas ao escriturador das ações da Companhia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas no Banco Bradesco S.A., na qualidade de escriturador das ações da Companhia.

¹ O acionista deverá indicar o seu e-mail de contato no Boletim de Voto (campo: "E-mail").

O acionista titular de ações que não estejam depositadas em depositário central – i.e., junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) – e que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio do prestador de serviço de escrituração das ações de emissão de nossa Companhia, o Banco Bradesco S.A., deverá enviar as instruções de voto em qualquer agência do Banco Bradesco S.A. dentro do território nacional. Esclarecimentos acerca dos procedimentos requisitos aplicáveis poderão ser obtidos no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia

A/C: Carlos Augusto Dias Pereira

E-mail: dac.acecustodia@bradesco.com.br

Endereço: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara Osasco, SP, CEP: 06029900

Tel: 0800 701 16 164.2.3.

3.2.3. Mediante instruções de voto transmitidas pelos acionistas aos seus respectivos agentes de custódia

Essa opção destina-se, exclusivamente, aos acionistas detentores de ações depositadas com instituições e/ou corretoras (“Agentes de Custódia”) na B3.

Nesse caso, o voto a distância será exercido pelos acionistas de acordo com os procedimentos adotados pelos Agentes de Custódia que mantêm suas posições em custódia.

O acionista titular de ações depositadas na B3 que optar por exercer o seu direito de voto a distância deverá fazê-lo mediante a transmissão de sua instrução de voto ao Agente de Custódia que mantêm suas ações em custódia, observadas as regras determinadas por esses últimos, que, na sequência, encaminharão tais manifestações de voto à central depositária da B3.

Como a prestação do serviço de coleta e transmissão de instruções de preenchimento do Boletim de Voto é facultativo para os Agentes de Custódia, recomendamos que o acionista verifique se o seu custodiante está habilitado a prestar tal serviço e quais os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto, bem como os documentos e informações por eles exigidos.

Nos termos do artigo 27 da Res. CVM nº 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do Boletim de Voto para seus agentes de custódia até 7 (sete) dias de

antecedência da data de realização da AGO, ou seja, até 12 de abril de 2022 (inclusive), salvo se prazo diverso, sempre anterior a essa data, for estabelecido por seus Agentes de Custódia.

A Companhia informa que, caso seu respectivo Agente de Custódia não preste o serviço de voto a distância, o acionista terá a opção de enviar seu Boletim de Voto e documentos aplicáveis diretamente ao escriturador das ações da Companhia ou à própria Companhia, conforme os itens 3.2.1 e 3.2.2, acima. A Companhia não é responsável pela comunicação entre os acionistas e seus respectivos Agentes de Custódia.

3.3. Conflito de interesses

Os acionistas que possuírem eventual conflito de interesses em relação aos temas trazidos à deliberação da AGO ou que tenham sua independência comprometida deverão comunicar tal fato e abster-se da discussão e da votação da matéria. De igual modo, os acionistas presentes que tiverem ciência de conflito de interesse de outro acionista deverão manifestar-se.

Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente da AGO deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CONVOCADA PARA 19 DE ABRIL DE 2023, ÀS 16H00

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia vem, por meio da presente, apresentar aos Senhores sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária convocada para às 16h00 do dia 19 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico, sem a possibilidade de comparecimento físico:

A Proposta ora apresentada visa:

(1) Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

Propomos que sejam aprovados o Relatório da Administração, as contas dos administradores, e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas dos Anexos B, C e D, descritos abaixo.

Em atendimento ao artigo 10, inciso III da Res. CVM nº 81, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia se encontram no Anexo B deste Manual e Proposta.

Em atendimento ao artigo 10, inciso IV da Res. CVM nº 81, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se encontra no Anexo C deste Manual e Proposta.

Em atendimento ao parágrafo único do artigo 10, inciso III da Res. CVM nº 81, o relatório anual resumido do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 se encontra no Anexo D deste Manual e Proposta.

(2) Com base na proposta apresentada pela administração, deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 23.168.556,91 (vinte e três milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e um centavos) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, conforme evidenciado na demonstração de resultado divulgado ao mercado. Assim, a administração da Companhia propõe que o lucro líquido apurado no exercício de 2022, seja destinado da seguinte forma:

(a) Reserva Legal

Nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 37, alínea (a), do Estatuto Social da Companhia, o montante de R\$ 1.158.427,85 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, deverá ser aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

(b) Reserva de Subvenção para Investimento

Nos termos do artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e do artigo 37, alínea (c), do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia propõe destinar o montante de R\$ 18.563.714,30 (dezoito milhões, quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e quatorze reais e trinta centavos) à constituição da reserva de subvenção para investimento (reserva de incentivos fiscais).

(c) Dividendos

Nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 37, alínea (f), do Estatuto Social, a administração da Companhia propõe destinar o montante de R\$

861.604,00 (oitocentos e sessenta e um mil e seiscentos e quatro reais) aos acionistas, a título de dividendos mínimos obrigatórios no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

A distribuição de dividendos proposta equivale ao valor de R\$ 0,0135200940916349 por ação ordinária em circulação. Caso aprovada a proposta:

- Data de Corte: farão jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 19 de abril de 2023.
- Negociação "Ex-direito": a partir de 20 de abril de 2023 as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos dividendos.
- Data de Pagamento: o pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da AGO, podendo o prazo para pagamento ser prorrogado até o fim do exercício social de 2023. A data de pagamento será informada por meio de aviso aos acionistas.

(d) Reserva de Retenção de Lucros

Por fim, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 37, alínea (d) do Estatuto Social da Companhia, a administração da Companhia propõe destinar o saldo remanescente, no valor de R\$ 2.584.810,76 (dois milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e dez reais e setenta e seis centavos), para a composição da reserva de retenção de lucros.

Resumo

De modo a facilitar a análise pelos acionistas, a tabela abaixo apresenta um resumo da proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2022, descrita detalhadamente nos itens 2(a), 2(b), 2(c) e 2(d) acima:

	R\$
ORIGEM	
Lucro líquido do exercício	23.168.556,91
DESTINAÇÃO	
Reserva legal	1.158.427,85
Reserva de subvenção para investimento	18.563.714,30
Dividendos Mínimos Obrigatórios	861.604,00
Reserva de retenção de lucros	2.584.810,76

As informações requeridas pelo “Anexo A” da Res. CVM nº 81 estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo G a este Manual e Proposta.

(3) Fixar que o Conselho de Administração da Companhia para o mandato 2023/2025 seja composto por 5 (cinco) membros a serem eleitos.

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição, conforme estabelece o Artigo 17, do Estatuto Social da Companhia e Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do Parágrafo Primeiro do Artigo 17 do Estatuto Social, a Assembleia que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, conforme item “(4)” abaixo, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

Os acionistas da Companhia, na ocasião da Assembleia Geral que elegeu os membros do Conselho de Administração para o biênio 2021-2023, aprovaram que o órgão fosse composto pela quantidade mínima de membros permitida pelo Estatuto Social da Companhia, razão pela qual o Conselho de Administração da Companhia é composto atualmente por 5 (cinco) membros.

Do mesmo modo, a Administração propõe que o Conselho de Administração a cumprir o mandato relativo ao biênio 2023-2025 seja novamente composto por 5 (cinco) membros, em consonância com o Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia.

(4) Eleger os membros do Conselho de Administração.

O atual Conselho de Administração da Companhia foi devidamente eleito na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de fevereiro de 2021, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

Composição do Conselho de Administração

O Estatuto Social da Companhia determina que, dos membros do Conselho de Administração, dentre outros requisitos, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão

ser Conselheiros Independentes. Ainda, a caracterização dos membros considerados como independentes será expressa para oportuna deliberação na Assembleia e ocupação dos referidos cargos. Para fins de esclarecimentos, considera-se conselheiro independente aquele que não mantém vínculo com: (1) a Companhia, sua controladora direta ou indireta, controladas ou sociedade submetida a controle comum direto ou indireto; (2) administrador da Companhia, sua controladora direta ou indireta ou controlada; (3) participante da Companhia; e (4) sócio detentor de 5% (cinco por cento) ou mais do capital votante da Companhia.

Adicionalmente, segundo o Artigo 16, Parágrafo Primeiro, do Regulamento de Listagem do Novo Mercado em vigor a partir de 22 de fevereiro de 2023, segmento no qual as ações emitidas pela Companhia são negociadas, não é considerado Conselheiro Independente aquele que: (a) é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (b) tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (c) é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; e (d) foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador.

Cumprido destacar que, em qualquer cenário e/ou processo de eleição, a composição do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos requisitos acima dispostos.

Chapas Concorrentes

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer aos cargos do Conselho de Administração da Companhia poderão fazê-lo, nos termos da regulamentação vigente e do Estatuto Social da Companhia.

Voto Múltiplo

Vale lembrar que os acionistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social votante da Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros para compor o Conselho de Administração, desde que o façam com antecedência de até 48 (quarenta e oito horas) do horário de início da Assembleia Geral Ordinária, ou dentro do prazo regulamentar caso optem por fazê-lo via boletim de voto a distância.

Na eleição dos membros do Conselho de Administração pelo processo de voto múltiplo, são atribuídos a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, sendo permitida aos acionistas a cumulação de votos em um só candidato, ou a distribuição entre vários. A eleição de Conselheiro pelo voto múltiplo é uma faculdade instituída pela Lei das Sociedades por Ações com a finalidade de permitir que os acionistas minoritários tenham maior probabilidade de eleger candidatos a vagas no Conselho de Administração, em contraposição à predominância do acionista controlador nas deliberações da Assembleia Geral.

É importante mencionar que aqueles acionistas que exercerem o voto por meio de boletim de voto a distância poderão, se quiserem, antecipar seus votos para o caso de o voto múltiplo ser eventualmente solicitado dentro do prazo legal, porém após a data de disponibilização do boletim de voto a distância. Nesse caso, os acionistas poderão optar por (i) alocar previamente seus votos de forma igualitária entre os membros da chapa da Administração; (ii) alocar previamente seus votos de forma desproporcional entre os membros da chapa da Administração; ou (iii) abster-se no que se refere à alocação prévia de seus votos. Caso optem por se abster (opção "iii"), seus votos serão considerados como abstenção na respectiva deliberação da Assembleia Geral, ou seja: seus votos não serão computados no quórum de deliberação e, portanto, tais acionistas não participarão da eleição dos membros do Conselho de Administração.

Para eleição dos membros do Conselho de Administração que cumprirão mandato desde a Assembleia Geral Ordinária de 2023 até a Assembleia Geral Ordinária de 2025 o Conselho de Administração aprovou a chapa indicada pela Administração da Companhia, conforme estabelece o artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, a qual é composta pelos seguintes candidatos:

Reconduções:

Candidatos para os cargos de membros do Conselho de Administração

 Sr. Vanderlei Rigatieri Junior

 Sr. Bruno Savassi Rigatieri

 Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa

Candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração

 Flavio Cesar Maia Luz

 Roberto José Maris de Medeiros

O Conselho de Administração, assessorado pela Diretoria, entende que os candidatos qualificados como independentes estão devidamente enquadrados nos critérios de independência do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia.

Nos termos do Artigo 11 da Res. CVM nº 81, as informações sobre os candidatos a membros do Conselho de Administração integrantes da chapa proposta pela Administração, exigidas pelos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência disposto no “Anexo C” da Res. CVM nº 80, incluindo os seus respectivos currículos, constam do **Anexo E** ao presente.

Além disso, a declaração e documentação prévia de cada candidato estão disponíveis na sede da Companhia, nos termos do Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e em consonância com as Res. CVM nºs 80 e 81 e o Regulamento do Novo Mercado, conforme aplicável.

(5) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Propomos a remuneração global anual dos Administradores no valor total de até R\$ 10.894.275,00 (dez milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais).

Nos termos do artigo 20 do Estatuto Social, caberá ao Conselho de Administração alocar a remuneração entre seus membros e os membros da Diretoria.

Temos a convicção que a proposta de remuneração para o exercício social de 2023 está alinhada com o desempenho operacional de longo prazo da empresa, e faz jus a capacidade técnica e dedicação dos seus membros.

De acordo com o entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM em reunião realizada em 8 de dezembro de 2020 (Processo CVM nº 19957.007457/2018-109), os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pelo conceito de “benefício de qualquer natureza” de que trata o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Portanto, tais encargos não foram considerados para fins da proposta de remuneração global dos administradores ora submetida.

As informações sobre remuneração dos administradores se encontram no Anexo F desta Proposta da Administração.

(4) Instalação do Conselho Fiscal

Apesar de não constar na ordem do dia da AGO, a lei faculta aos acionistas titulares com, no mínimo, 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia solicitar a instalação do Conselho Fiscal, nos termos da Res. CVM nº 80. Até a presente data, a Administração não recebeu pedido de instalação do Conselho Fiscal e recomenda o voto pela não solicitação da instalação desse órgão, por entender que o Comitê de Auditoria Estatutário já desempenha adequadamente as funções de fiscalização, de forma que a instalação do Conselho Fiscal resultaria em aumento de custos sem benefícios claros.

Por exigência legal, o Boletim de Voto contém a seguinte pergunta simples:

"Deseja solicitar a instalação do conselho fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei nº 6.404/76?"

[] Sim [] Não [] Abster-se'

A Administração informa que não houve solicitação de inclusão de candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto, conforme permitido nos termos da Res. CVM nº 81. Caso a Companhia receba indicações de candidatos ao Conselho Fiscal feitas por acionistas até 04 de abril de 2022, ou seja, dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária realizada no exercício anterior, nos termos da Res. CVM nº 81, especialmente o Artigo 37, Parágrafo Segundo, o Boletim de Voto poderá ser reapresentado para inclusão dos candidatos.

Em não havendo candidatos ao Conselho Fiscal no Boletim de Voto, os acionistas que optarem pelo voto a distância não terão condição de conhecer os nomes, currículos e outras

informações relevantes de eventuais candidatos que venham a ser indicados posteriormente, até mesmo na própria AGO, bem como de participar da eleição, caso acionistas titulares com, no mínimo, 2% (dois por cento) do total do capital social da Companhia votem a favor do pedido de instalação do Conselho Fiscal (considerando a soma dos votos presenciais e a distância).

Assim, para evitar o risco de que os acionistas que optarem pelo voto a distância inadvertidamente contribuam para a eleição de candidatos (i) indicados e apoiados por acionistas detentores de percentual ínfimo ou minimamente representativo do capital, e/ou (ii) cujos nomes e currículos e outras informações relevantes para uma decisão informada não tenham sido divulgados quando do preenchimento do Boletim de Voto, sugerimos que os acionistas que optarem pelo voto a distância votem “abster-se”, de forma que suas ações não sejam computadas para fins de requerimento de instalação do Conselho Fiscal.

O OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, incluindo os preparativos para a AGO, chama a atenção para a possibilidade de acionistas alcançarem o quórum para a instalação do Conselho Fiscal, caso em que, uma vez instalado o conselho, a eleição de membros torna-se obrigatória. Conforme recomendado no Ofício em apreço, a fim viabilizar a eleição, orientamos os acionistas no sentido de estarem preparados para este cenário na AGO.

São Paulo, 17 de março de 2023.

A Administração
Livotech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

ANEXO A: EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA
GERAL ORDINÁRIA

LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
CNPJ nº 05.917.486/0001-40
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados os Senhores Acionistas da LIVETECH DA BAHIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 19 de abril de 2023, às 16h00, de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico informado no presente Edital ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento físico, para examinar, discutir e votar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia:

- (1) Apreciar o Relatório da Administração, tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do referido Relatório da Administração, das contas da administração, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes e parecer do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia;
- (2) Com base na proposta apresentada pela Administração, deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- (3) Fixar que o Conselho de Administração da Companhia para o mandato 2023/2025 seja composto por 5 (cinco) membros a serem eleitos;
- (4) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e
- (5) Fixar a remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Informações Gerais:

a) Poderão participar da AGO os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia: (i) pessoalmente, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (ii) por seus representantes legais ou procuradores, ou (iii) via boletim de voto à distância, encaminhado com, pelo menos, 7 (sete) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia 12

de abril de 2023 (inclusive): (1) diretamente à Companhia; ou (2) à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, qual seja, Banco Bradesco S.A.; ou (3) ao seu respectivo agente de custódia, conforme as orientações constantes no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, e de acordo com o previsto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Res. CVM nº 81").

b) A Companhia realizará a AGO de forma exclusivamente digital, por meio de sistema eletrônico, *Ten Meetings*, sem a possibilidade de comparecimento físico. Mais informações sobre as funcionalidades dessa plataforma podem ser encontradas em www.tenmeetings.com.br e estão descritas no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração. Para todos os fins legais, a presente assembleia será considerada como realizada na sede da Companhia, conforme disposto no artigo 5º, §3º, da Res. CVM nº 81.

c) Conforme previsto no § 1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 5º, I, da Res. CVM nº 81, do artigo 3º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto requerer, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da AGO, a adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

d) Adicionalmente, ficam asseguradas as faculdades previstas no inciso I do § 4º e § 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações para eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

e) Nos termos do artigo 6º, §3º, da Res. CVM nº 81, os acionistas, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, que optarem por participar da AGO por meio da plataforma digital deverão realizar o seu pré-cadastro, por meio do link: <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=1F9E514EE647>, impreterivelmente em até 2 (dois) dias de antecedência da realização da AGO, isto é, até o dia 17 de abril de 2023 (inclusive), preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos previstos neste Edital e indicados no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração. Os acionistas ou procuradores que não realizarem o cadastro dentro do prazo supra não poderão participar da AGO por meio da plataforma digital. Após o credenciamento pela Companhia, os acionistas receberão os seus dados de acesso, assim como orientações gerais, relacionadas ao sistema eletrônico de participação e votação à distância.

f) O pedido de participação do acionista na AGO deve ser amparado com o depósito dos seguintes documentos:

Documentação a ser encaminhada/apresentada	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
	Comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, emitido nos últimos 5 (cinco) dias.	X	X
Documento de Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal (Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida, todos dentro do prazo de validade).	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (para fundos de investimento, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto).	-	X	X
Instrumento de mandato, quando aplicável.	X	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo.	-	-	x

g) A Companhia não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer eventuais outras questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico. Adicionalmente, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma "Ten Meetings" com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário previsto para o seu início, a fim de permitir a validação do acesso de todos os acionistas credenciados.

h) Em conformidade com o parágrafo 6º do artigo 124, e do parágrafo 5º do artigo 133, todos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, os documentos objeto das deliberações da Assembleia ora convocada, em especial os referidos no artigo 10 da Res. CVM nº 81, encontram-se à disposição dos acionistas: (i) na sede da Companhia; na rede mundial de computadores no (ii) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.wdcnet.com.br/>); (iii) website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br); e (iv) website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/).

i) O detalhamento das deliberações propostas, das regras e dos procedimentos sobre como os acionistas poderão participar e votar à distância na AGO (incluindo instruções para acesso e utilização do sistema eletrônico de participação e votação a distância pelos acionistas, bem como instruções gerais para envio do Boletim de Voto à Distância) encontram-se no Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração divulgado nesta data pela Companhia.

Ilhéus, 17 de março de 2023.

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa

Presidente do Conselho de Administração

ANEXO B: COMENTÁRIOS DOS DIRETORES (SEÇÃO 2 DO
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

2. Comentários dos diretores

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cobrir suas necessidades de capital de giro, bem como garantir as obrigações dos passivos de curto prazo, relacionadas às necessidades de recursos para atender ao financiamento de suas atividades nos próximos doze meses. Tais necessidades são suportadas pela capacidade de geração de caixa operacional e pela tomada de recursos de terceiros.

Ao longo dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, a Companhia apresentou alto e constante patamar de crescimento de receita tendo apresentado um CAGR18-22 de 30,3% da sua Receita Líquida. Este crescimento foi acompanhado de aumentos também significativos em outras linhas das demonstrações financeiras da Companhia tais como o ativo imobilizado (CAGR19-22 de 23,0%), e o contas a receber líquidas do ativo circulante e não circulante (CAGR19-21 de 41,8%).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$ 510.459 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$37.785 mil e investimentos de curto prazo de R\$ 52.046 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$ 420.627 mil, o que equivalia a 1,82x do EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$ 589.638 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 38.465 mil e investimentos de curto prazo de R\$ 298.522 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$ 252.651 mil o que equivalia a 0,91 x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um saldo de financiamentos, empréstimos e debêntures (circulante e não circulante) e instrumentos financeiros de swap cambial para eliminar efeitos cambiais de dívidas de R\$793.487 mil e um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$152.470 mil e investimentos de curto prazo de R\$152.170 mil. Assim, em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Líquida da Companhia foi de R\$488.847 mil o que equivalia a 1,74 x o EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022.

A Administração utiliza indicadores financeiros para avaliar a condução dos negócios da Companhia. Por exemplo, para avaliar a liquidez e saúde financeira da Companhia, a Administração monitora os índices de Liquidez Corrente e Liquidez Seca. O índice de Liquidez Corrente, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante e (ii) passivo circulante e, em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foi de 2,20, 1,51 e 1,02 respectivamente. Já o índice de Liquidez Seca, correspondente à divisão entre (i) ativo circulante menos estoques e (ii) passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, foi de 1,47, 1,07 e 0,71 respectivamente.

Ainda, para analisar a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras, a Administração utiliza indicadores relacionados ao endividamento bruto e líquido. O índice de endividamento bruto correspondente a divisão

da Dívida Bruta, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o índice de endividamento bruto foi de 1,22, 0,94 e 3,93 respectivamente.

O índice de endividamento líquido, correspondente a divisão da Dívida Líquida, conforme definido no antigo item 2.5 deste Formulário de Referência, dividido pelo patrimônio líquido, representando o tamanho do endividamento líquido da Companhia, quando comparado ao seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o índice de endividamento líquido foi de 0,75, 0,40 e 3,24, respectivamente. Os Diretores da Companhia avaliam que os indicadores financeiros utilizados apontam para uma regular estabilidade na capacidade da Companhia em honrar com as suas obrigações nos últimos três exercícios sociais.

A tabela abaixo resume os indicadores financeiros apresentados acima em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente:

(em R\$ milhares, exceto %)	Índices relevantes		
	Em 31 de dezembro		
	2022	2021	2020
Liquidez Corrente ⁽¹⁾	2,20	1,51	1,02
Liquidez Seca ⁽²⁾	1,47	1,07	0,71
Índice de Endividamento Bruto sobre PL ⁽³⁾	1,22	0,93	3,93
Índice de Endividamento Líquido sobre PL ⁽⁴⁾	0,75	0,40	3,24
Índice de Endividamento Bruto sobre EBITDA ⁽⁵⁾	3,08	2,16	2,32
Índice de Endividamento Líquido sobre EBITDA Ajustado ⁽⁶⁾	1,74	0,90	1,82

(1) O índice de liquidez corrente corresponde à divisão entre ativo circulante e passivo circulante.

(2) O índice de liquidez seca corresponde o ativo circulante menos estoques dividido pelo passivo circulante.

(3) O índice de endividamento bruto sobre o PL correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo patrimônio líquido

(4) O índice de endividamento líquido sobre o PL é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, e dividida pelo patrimônio líquido.

(5) O índice de Dívida bruta sobre o EBITDA correspondente aos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, dividida pelo EBITDA no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 (UDM) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018.

(6) O índice de Dívida líquida sobre o EBITDA ajustado é composto pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), mútuos com partes relacionadas, duplicatas descontadas e instrumentos financeiros de derivativos líquidos, deduzida do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, e dividida pelo EBITDA Ajustado no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 (UDM) e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração pelos Diretores da Companhia na condução de seus negócios:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2022	2021	2020	2022 x	2021 x
				2021	2020
Receita líquida	1.070.904	1.066.582	718.045	0,4%	48,5%
Lucro bruto	247.658	294.860	238.998	-16,0%	23,3%
Lucro líquido	23.169	72.454	70.587	-68,0%	2,6%
Margem Lucro Líquido	2,1%	6,7%	9,8%	-4,6 p.p.	-3,1 p.p.
Lucro Líquido Ajustado ⁽¹⁾	10.254	76.715	78.331	-86,6%	-2,0%
Margem Lucro Líquido Ajustado ⁽²⁾	0,9%	7,1%	10,9%	-6,2 p.p.	-3,8 p.p.
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	257.449	278.338	231.444	-7,5%	20,2%
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁴⁾	24,0%	26,0%	32,2%	-2,0 p.p.	-6,2 p.p.

(1) Corresponde ao Lucro Líquido Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde à Margem Lucro Líquido Ajustado da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do Lucro Líquido Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(3) Corresponde ao EBITDA Ajustado da Companhia na forma indicada no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) Corresponde à Margem EBITDA Ajustada da Companhia que é calculada pelo resultado da divisão do EBITDA Ajustado do Exercício pela receita líquida.

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de			Variações horizontais	
	2022	2021	2020	2022 x	2021 x
				2021	2020
(+) Empréstimos e Financiamentos	785.887	596.536	524.669	31,7%	13,6%
Circulante	218.820	326.680	195.861	-33,0%	66,7%
Não Circulante	567.067	269.856	328.808	110,1%	-17,9%
(+) Partes Relacionadas (Mútuo)	-	-	-		
(+) Duplicatas Descontadas	-	-	-		
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos líquidos	7.600	-8.396	-14.210	-190,5%	-40,9%
Dívida Bruta⁽¹⁾	793.487	588.140	510.459	34,9%	15,2%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	-152.470	-38.465	-37.785	296,3%	1,7%
(-) Investimento de curto prazo	-152.170	-298.522	-52.046	-49,0%	473,5%
Dívida Líquida⁽²⁾	488.847	251.153	420.627	94,6%	-40,2%

(1) Correspondente a Dívida Bruta da Companhia, na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) Corresponde a Dívida Líquida da Companhia na forma indicada no item 2.5 deste Formulário de Referência.

b) estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 129.959 mil, correspondendo a um aumento de 75,1%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R\$ 74.211 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2019 para 31 de dezembro de 2020 decorreu da existência de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não distribuído de R\$ 55.681 mil (lucro líquido de R\$ 70.587 mil descontado de distribuição de dividendos de R\$ 14.906 mil).

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 629.470 mil, correspondendo a um aumento de 384,4%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R\$ 129.959 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021 decorreu do aumento do reserva de capital em função do ágio na subscrição de ações no montante de R\$ 226.632 e também do aumento no Capital Social, também decorrente da oferta pública de ações, no montante de R\$ 226.632, descontados os Gastos com emissões de ações no montante de R\$ 15.707.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$647.794 mil, correspondendo a um aumento de 2,9%, em comparação com o patrimônio líquido da Companhia totalizando R\$629.470 mil em 31 de dezembro de 2021. O aumento do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022 decorreu do aumento do reserva de lucros no montante de R\$116.734.

A tabela abaixo ilustra a evolução da estrutura de capital da Companhia:

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2020	
	(em R\$ milhares)	%	(em R\$ milhares)	%	(em R\$ milhares)	%
Capital próprio ⁽¹⁾	647.795	39,5%	629.471	42,2%	129.960	14,3%
Capital de terceiros ⁽²⁾	990.829	60,5%	862.366	57,8%	781.352	85,7%
Capital Total ⁽³⁾	1.638.624	100,0%	1.491.837	100,0%	911.312	100,0%

(1) Corresponde à posição do patrimônio líquido da Companhia.

(2) Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante da Companhia.

(3) Corresponde à soma do patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante (capital de terceiros).

A estrutura de capital da Companhia (capital próprio e capital de terceiro) se manteve em constante aumento ao longo dos últimos três exercícios sociais. Em 31 de dezembro de 2020, o capital total da Companhia era composto de 14,3% de capital próprio e 85,7% de capital de terceiros. O aumento da preponderância do capital de terceiros sobre o capital próprio em 31 de dezembro de 2020 em comparação com os dois últimos exercícios sociais anteriores decorre dos empréstimos contraídos pela Companhia, em linha com a condução normal dos negócios considerando a estratégia de crescimento da Companhia implementada nos últimos anos através do modelo TaaS – Technology as a Service, o

qual a Companhia efetua o investimento /capex em equipamentos que são cedidos a clientes em contratos de locação de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, o capital total havia aumentado para 42,2% capital próprio e 57,8% capital de terceiros, que se justifica tanto pelo aumento do capital próprio em função da emissão de novas ações (Capital Social e Reserva de Capital) quanto pelo aumento do capital de terceiros em função do maior nível de endividamento bruto da Companhia mesmo motivo mencionando anteriormente (i.e. investimentos e crescimento da modalidade de venda TaaS). Em 31 de dezembro de 2022, o capital próprio representou 39,5% e o capital de terceiros 60,5% do capital total, em função do maior endividamento para investimentos e capital de giro da Companhia.

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia é adequada aos seus objetivos.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. A Administração acompanha de perto o índice de endividamento da Companhia, levando em consideração evolução e projeções, e saúde financeira de longo prazo, cumprindo com todas as obrigações para os próximos 12 meses.

O índice de liquidez geral da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de 1,65. O índice de liquidez geral da Companhia em 31 de dezembro de 2021 era de 1,17. Em 31 de dezembro 2020 a Companhia apresentou um índice de liquidez geral de 0,67, mantendo-se estável durante todo o período, o que evidencia a capacidade de controle da Diretoria sobre o índice de liquidez geral. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, 64,4% ou R\$328.808 mil da nossa Dívida Bruta era de longo prazo (66,6% referentes a 31 de dezembro de 2019) e 35,6% ou R\$195.861 mil era de curto prazo (33,4% referentes a 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2021, 45,8% ou R\$ 269.856 mil da nossa Dívida Bruta era de longo prazo e 54,2% ou R\$319.782 mil era de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2022, 71,5% ou R\$567.067 mil da Dívida Bruta era de longo prazo e 28,5% ou R\$226.420 mil era de curto prazo.

O indicador de liquidez geral representado acima não considera a receita futura já contratada (receita diferida) oriunda da modalidade TaaS – Technology as a Service que, em 31 de dezembro de 2022 era de R\$808.346 mil, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 591.856 mil e, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$ 407.264 mil.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia financia suas operações principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, bem como por meio de empréstimos de instituições financeiras e de fomento.

A Companhia tem utilizado seu caixa, principalmente, para financiar sua necessidade de capital de giro, cumprir com suas obrigações (pagamento de empréstimos) e investir em melhorias em sua operação. Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2021, 2020, e 2019, vide item 2.1 (i) deste Formulário de Referência.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as necessidades de capital que os Diretores da Companhia pretendem utilizar no curso regular dos negócios da Companhia é o caixa operacional.

Adicionalmente, a Companhia poderá utilizar empréstimos de instituições financeiras e de fomento. Os Diretores acreditam que essas opções são suficientes para atender às necessidades regulares de capital da Companhia, respeitando os indicadores de endividamento e liquidez de acordo com compromissos estabelecidos nos contratos atuais de empréstimos em aberto, bem como as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$785.887 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$488.847 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 596.536 mil. A Dívida Líquida, representada pelos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), instrumentos financeiros derivativos para neutralizar efeitos cambiais das dívidas em moeda estrangeira, deduzido do caixa e equivalentes de caixa (circulante e não circulante) e investimentos de curto prazo da Companhia totalizou R\$ 251.153 mil. Em 31 de dezembro de 2020 era de R\$420.628 mil, e em 31 de dezembro de 2019 era de R\$327.694 mil.

Os Diretores da Companhia reportaram que em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$524.669 mil, correspondendo a uma variação de 46,7% em comparação com o saldo de R\$357.687 mil reportado em 31 de dezembro de 2019. O saldo das dívidas em moeda estrangeira (11,2% do total da dívida bruta da Companhia) possui proteção integral à exposição cambial, de acordo com instrumentos financeiros de swap contratados junto às mesmas instituições que celebraram tais contratos de empréstimos. As dívidas que não estão indexadas ao CDI, possuem característica pré-fixada (4,2% do total), ou indexadas ao IPCA (7,7% do total).

i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A composição consolidada dos financiamentos e empréstimos da Companhia junto às instituições financeiras em 31 de dezembro de 2022	Credor	Contrato	Moeda	Taxas de juros	Garantia	Vencimento	Principal	Juros	(em R\$ mil)
Livotech	ABC Brasil	65002321	EUR	3,65% a.a + CDI	Duplicata	fev/24	5.971	100	6.072
Livotech	ABC Brasil	65012521	EUR	3,2% a.a + CDI	Duplicata	jul/24	11.432	236	11.668
Livotech	BBM Bocom	56827	USD	2,98% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	nov/24	7.938	251	8.190
Livotech	Bradesco	1172101522	R\$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	mai/24	23.857	552	24.409
Livotech	BTG	CCB 99 e 103/19 190607	R\$	2,85% a.a + CDI	Duplicata	set/23	27.911	2.679	34.138
Livotech	BTG	CCB 880/20	R\$	2,85% a.a + CDI	Duplicata	set/23	11.951	1.017	12.969
Livotech	BTG	CCB 283/21	R\$	2,85% a.a + CDI	Duplicata	set/23	9.888	848	10.737
Livotech	BTG	NP 80/19	R\$	2,45% a.a. + CDI	Duplicata	jan/22	70.043	1.939	71.983
Livotech	Caixa	253337737000000 3-61	R\$	2,43% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	fev/23	1.517	30	1.547
Livotech	Caixa	25.3337.067-79	R\$	0,18% a.m. + CDI	Duplicata	jun/24	14.451	1.706	16.157
Livotech	CCB	1298893	R\$	4,3% a.a + CDI	Duplicata	set/23	5.016	429	5.445
Livotech	CCB	1300995	R\$	2,5% a.a + CDI	Duplicata	abr/24	8.030	818	8.849
Livotech	Citi	44588652	R\$	3,5% a.a + CDI	Aval/Duplicata	nov/24	11.436	1.872	13.308
Livotech	Citi	446810	R\$	3,00% a.a. + CDI	Duplicata	fev/25	14.209	2.543	16.753
Livotech	LVTC12	LVTC12	R\$	3,0% a.a + CDI	Aval/Duplicata	nov/24	243.063	129.250	372.313
Livotech	LVTC22	LVTC22	R\$	1,50% a.a + CDI	Aval/Duplicata	nov/22	248.919	174.498	423.417
Livotech	Santander	1023959	R\$	10,56% a.a. + CDI	Aval/Duplicata	mar/23	1.614	42	1.656
Livotech	Votorantim	10226572	R\$	5,6% a.a + CDI	Duplicata	mai/23	3.678	141	3.820
Livotech	Votorantim	10232357	R\$	4,0% a.a + CDI	Duplicata	mar/24	8.361	931	9.293
Livotech	Votorantim	10254789	USD	3,65% a.a. + CDI	Duplicata	abr/25	22.145	824	24.970
Livotech	Votorantim	1026281	USD	3,82% a.a. + CDI	Duplicata	abr/25	7.447	461	7.908

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informaram que não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras além daquelas citadas no item 2.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii) grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informaram que em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de financiamentos com determinadas instituições financeiras e, para garantia destes financiamentos, determinados instrumentos dispunham sobre garantias reais de hipoteca sobre imóvel onde está localizada a unidade fabril de Ilhéus/BA, e tal hipoteca inclui benfeitorias, máquinas, entre outros, que estiverem acrescidas aos referidos imóveis. Adicionalmente, nosso acionista Vanderlei Rigatieri Junior outorgou garantias fidejussórias de aval e fiança pessoal em alguns dos contratos financeiros da Companhia.

Observado o disposto no parágrafo anterior, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as demais obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) financiamentos e empréstimos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns dos instrumentos de dívida indicados no item acima possuem cláusulas que imputam à Companhia ou suas controladas restrições (covenants) típicas em operações dessa natureza, tais como pedido de recuperação extrajudicial, judicial ou falência, protestos, cross default, reorganizações societárias, mudança de controle acionário direto ou indireto, venda de ativos, descumprimento de obrigações, distribuição de dividendos acima do mínimo legal, entre outros. A não observância dessas restrições poderá ensejar o vencimento antecipado dos saldos em abertos dos instrumentos de dívida.

Seguem abaixo relação dos contratos financeiros que possuem cláusula de vencimento antecipado em caso de alteração de controle acionário da Companhia atualmente vigentes:

Banco	Nº do Contrato	Data de Contratação	Principal Contratação	Principal - Balancete 31/12/2022	Taxa do Contrato	Taxa Mês	Taxa Ano	Comissão	Prazo	Prazo Remanescente	Garantia
Banco do Brasil	333.602.853	26/11/2020	32.500.000	17.023.809,60	3,59% a.a. + CDI	1,34%	17,34%	0,0%	46	21	50% Duplicatas + Aval
BBM Bocom	602.201	16/09/2020	15.000.000	6.296.543,02	4,50% a.a. + CDI	1,41%	18,25%	0,0%	42	15	80% Duplicatas + Aval
BBM Bocom	602.410	26/11/2020	10.000.000	3.677.941,16	3,90% a.a. + CDI	1,36%	17,65%	0,0%	36	11	Aval Vanderlei
BBM Bocom	SWAP 56827	06/05/2021	15.000.000	8.307.109,83	2,98% a.a. + CDI	1,30%	16,73%	0,9%	42	22	90% Duplicatas
Bradesco	SWAP 01172101522	27/05/2021	40.000.000	24.547.330,17	3,50% a.a. + CDI	1,33%	17,25%	0,7%	36	17	100% Duplicatas + NP
BTG	CCBB 99/19	21/09/2021	16.800.000	8.405.203,43	2,85% a.a. + CDI	1,29%	16,60%	0,7%	28	13	70% Duplicatas
BTG	CCBB 103/19	21/09/2021	39.199.999	19.612.140,71	2,85% a.a. + CDI	1,29%	16,60%	0,7%	28	13	70% Duplicatas
BTG	CCB 880/20	21/09/2021	24.000.000	12.007.433,48	2,85% a.a. + CDI	1,29%	16,60%	1,0%	28	13	70% Duplicatas
BTG	NP ICF 80/19	24/03/2021	60.000.000	70.043.878,32	2,85% a.a. + CDI	1,29%	16,60%	0,0%	22	1	100% Duplicatas
BTG	283/21	21/09/2021	20.000.000	10.006.194,60	2,85% a.a. + CDI	1,29%	16,60%	0,8%	28	13	100% Duplicatas
Caixa	25.3337.737.0000003-61	20/02/2020	25.000.000	1.517.002,93	0,20% a.m. + CD	1,26%	16,18%	0,0%	36	2	50% Duplicatas + Aval
Caixa	25.3337.767.0000067-79	25/06/2021	24.000.000	14.451.366,00	0,18% a.m. + CD	1,24%	15,93%	0,5%	36	18	45% Duplicatas
CCB	12.988.938	25/09/2020	20.000.000	5.016.815,14	4,30% a.a. + CDI	1,39%	18,05%	0,0%	36	9	70% Duplicatas
CCB	1.300.995	30/04/2021	13.000.000	8.030.903,54	2,50% a.a. + CDI	1,26%	16,25%	0,0%	36	16	70% Duplicatas
Citi	100004594 44588652	26/11/2020	21.380.000	11.436.241,80	3,50% a.a. + CDI	1,33%	17,25%	0,0%	48	23	60% Duplicatas + Aval
Citi	100004682 446810	19/02/2021	23.500.000	14.209.302,29	3,00% a.a. + CDI	1,30%	16,75%	0,0%	49	27	60% Duplicatas
Santander	1.023.959	11/03/2020	25.000.000	1.614.403,12	0,84% am.	0,84%	10,56%	0,5%	36	2	70% Duplicatas + Aval
Votorantim	10.226.572	08/05/2020	20.000.000	3.678.810,22	5,60% a.a. + CDI	1,49%	19,35%	0,0%	36	4	70% Duplicatas
Votorantim	102.323.57	23/09/2020	20.000.000	8.361.801,16	4,00% a.a. + CDI	1,37%	17,75%	0,0%	42	15	70% Duplicatas
Votorantim	SWAP 10254789	27/04/2021	35.000.000	22.145.803,03	3,65% a.a. + CDI	1,35%	17,40%	1,1%	48	28	70% Duplicatas
Votorantim	SWAP 10262810	20/07/2021	10.000.000	7.447.044,79	3,82% a.a. + CDI	1,36%	17,57%	1,0%	48	31	70% Duplicatas
			524.879.999	277.837.078,34		1,31%	16,90%		35	14	
ABC Brasil	SWAP FI-65.0023/21 7986	25/02/2021	14.961.875	7.048.913,92	3,65% a.a. + CDI	1,35%	17,40%	0,1%	36	14	80% Duplicatas
ABC Brasil	SWAP FI-65.0125/21 8436	20/07/2021	19.998.898	12.784.039,30	3,20% a.a. + CDI	1,31%	16,95%	0,1%	36	19	100% Duplicatas
			53.933.254	19.832.953,22		1,32%	17,11%		36	17	
Debêntures 2ª Emissão	LVTC12	15/06/2022	247.113.000	248.743.832,38	2,30% a.a. + CDI	1,25%	16,05%	2,0%	60	54	50% Duplicatas
Debêntures 2ª Emissão	LVTC22	15/06/2022	252.887.000	254.599.304,20	2,70% a.a. + CDI	1,28%	16,45%	2,0%	84	78	50% Duplicatas
			500.000.000	503.343.136,57		1,26%	16,25%		72	66	

Adicionalmente, alguns dos instrumentos de dívida preveem a obrigação da Companhia de observância a determinadores índices financeiros semestral e anualmente, conforme descritos a seguir:

- (i) Citibank, N.A.
 - (a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2022.
- (ii) Debêntures 2ª Emissão
 - (a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (covenants) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2022.
 - (b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido (covenants) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2022.
- (iii) Banco do Brasil (contrato 333.602.663)
 - (a) A relação entre dívida líquida e o EBITDA da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2022.

(b) A relação entre EBITDA e Resultado Financeiro Líquido da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, todos os índices financeiros descritos acima foram cumpridos. A tabela abaixo indica a evolução destes índices nas dadas mencionadas:

Indicadores	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Líquida /EBITDA	1,7	0,9	1,8
EBITDA / Resultado Financeiro Líquido	3,2	6,8	6,9

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto %)	Período de doze meses findo em 31 de dezembro de					
	2022		2021		2022 x 2021	
		AV(%)		AV(%)	AH(%)	AH(\$)
Receita líquida	1.070.905	100,0%	1.066.582	100,0%	-100,0%	-1.070.905
Custos das vendas e serviços	-823.248	-76,8%	-771.722	-72,3%	-100,0%	823.248
Lucro Bruto	247.657	23,1%	294.860	27,6%	-100,0%	-247.657
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas com Pessoal	-52.933	-4,9%	-58.808	-5,5%	-100,0%	52.933
Despesas Comerciais	-81.271	-7,5%	-72.340	-6,7%	-100,0%	81.271

Despesas Gerais e Administrativas	-17.459	-1,6%	-27.817	-2,6%	-100,0%	17.459
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-7.206	-0,6%	-1.396	-0,1%	-100,0%	7.206
		0,0%		0,0%		0
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	88.788	8,2%	134.499	12,6%	-100,0%	-88.788
Receitas Financeiras	164.590	15,3%	94.847	8,8%	-100,0%	-164.590
Despesas Financeiras	-245.484	-22,9%	-135.039	-12,6%	-100,0%	245.484
Resultado Financeiro	-80.894	-7,5%	-40.193	-3,7%	-100,0%	80.894
						0
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.894	0,7%	94.306	8,8%	-100,0%	-7.894
Imposto de renda e contribuição social corrente	6.187	0,5%	-9.869	-0,9%	-100,0%	-6.187
Imposto de renda e contribuição social diferido	9.088	0,8%	-417	0,0%	-100,0%	-9.088
Imposto de renda e contribuição social líquido	15.275	1,4%	-10.286	-0,9%	-100,0%	-15.275
Lucro líquido do período	23.169	2,1%	84.020	7,8%	-100,0%	-23.169

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 1.070.904 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$4.322 mil ou 0,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.066.582 mil. Este aumento é atribuído principalmente em função da alteração no mix entre vendas e TaaS, e alongamento do prazo médio dos contratos TaaS.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita Líquida por segmento	Período de nove meses findo em:				2022 X 2021
	2022		2021		AH(%)
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	
Telecom	467.223	40,0%	503.501	50,0%	-7,21%
Enterprise	255.793	20,0%	266.816	30,0%	-4,13%
Solar	347.888	30,0%	296.266	30,0%	17,42%
Total - Receita Líquida	1.070.904	100,0%	1.066.582	100,0%	0,41%

A Receita Líquida do segmento de Telecom totalizou R\$467.223 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$36.278 mil ou -7,21%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$503.501 mil. Essa variação ocorreu em decorrência principalmente da alteração do mix entre vendas totais e TaaS.

A Receita Líquida do segmento Enterprise totalizou R\$255.793 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$11.023 mil ou 4,13%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$286.816 mil. A redução decorreu principalmente: i) da indisponibilidade de estoques de câmeras de alta performance, impactando a vertical de Segurança Eletrônica; e (ii) redução de vendas do contrato de fulfillment.

A Receita Líquida do segmento Solar totalizou R\$347.888 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$51.623 mil ou 17,42%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$296.266 mil. Esse aumento decorreu principalmente do aumento das vendas totais no ano, com impacto positivo do início do TaaS no segmento.

Custo das vendas e serviços

O custo das vendas e serviços aumentou R\$51.524 mil, ou 7,0%, passando de R\$771.722 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$823.246 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento é atribuído principalmente aos custos com depreciação, impulsionado pelo segmento Telecom, em decorrência do alongamento de prazos da locação TaaS, conforme refletido na tabela abaixo:

(-) CMV	2.022		2.021		AH	AH\$
	VR	AV	VR	AV		
Telecom	-339.315	40,0%	-326.791	40,0%	4,0%	-12.524
. Custo de Mercadorias Vendidas	-188.283	20,0%	-204.891	30,0%	-8,0%	16.608
. Custo com Depreciação	-139.228	20,0%	-107.273	10,0%	30,0%	-31.955
. Despesas de Importação e Frete	-7.777	0,0%	-10.396	0,0%	-25,0%	2.619
. Custos com Pessoal	-1.181	0,0%	-1.513	0,0%	-22,0%	332
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-1.050	0,0%	-680	0,0%	54,0%	-370
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-957	0,0%	-881	0,0%	9,0%	-75
. Outros Custos	-839	0,0%	-1.157	0,0%	-27,0%	318
Enterprise	-179.400	20,0%	-194.548	30,0%	-8,0%	15.148
. Custo de Mercadorias Vendidas	-152.234	20,0%	-170.082	20,0%	-10,0%	17.848
. Custo com Depreciação	-22.670	0,0%	-20.779	0,0%	9,0%	-1.891
. Despesas de Importação e Frete	-3.920	0,0%	-3.706	0,0%	6,0%	-215
. Custos com Pessoal	-377	0,0%	-364	0,0%	4,0%	-13
. Provisão de Obsolescência de Estoques	335	0,0%	1.166	0,0%	-71,0%	-831
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-289	0,0%	-314	0,0%	-8,0%	25
. Outros Custos	-245	0,0%	-470	0,0%	-48,0%	225
Solar	-304.531	40,0%	-250.383	30,0%	22,0%	-54.148
. Custo de Mercadorias Vendidas	-286.495	30,0%	-238.392	30,0%	20,0%	-48.103
. Custo com Depreciação	-423	0,0%	-171	0,0%	148,0%	-252
. Despesas de Importação e Frete	-12.692	0,0%	-9.952	0,0%	28,0%	-2.740
. Custos com Pessoal	-1.489	0,0%	-1.247	0,0%	19,0%	-241
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-1.129	0,0%	391	0,0%	-389,0%	-1.520
. Serviços Prestados Pessoa Juridica	-1.248	0,0%	-407	0,0%	206,0%	-840
. Outros Custos	-1.055	0,0%	-603	0,0%	75,0%	-452
Consolidado	-823.246	100,0%	-771.722	100,0%	7,0%	-51.524

. Custo de Mercadorias Vendidas	-340.517	40,0%	-374.973	50,0%	-9,0%	34.455
. Custo com Depreciação	-161.898	20,0%	-128.051	20,0%	26,0%	-33.846
. Despesas de Importação e Frete	-11.698	0,0%	-14.101	0,0%	-17,0%	2.404
. Custos com Pessoal	-1.558	0,0%	-1.877	0,0%	-17,0%	319
. Provisão de Obsolescência de Estoques	-715	0,0%	486	0,0%	-247,0%	-1.201
. Serviços Prestados Pessoa Jurídica	-1.246	0,0%	-1.195	0,0%	4,0%	-50
. Outros Custos	-1.084	0,0%	-1.627	0,0%	-33,0%	543
Total	-823.246	100,0%	-771.722	100,0%	7,0%	-51.524

Segmento de Telecom

O custo das vendas e serviços no segmento de Telecom aumentou R\$12.524 mil, ou 4,0%, passando de R\$326.791 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$339.315 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é atribuído principalmente custos com depreciação, em decorrência do alongamento de prazos da locação TaaS.

Segmento Enterprise

O custo das vendas e serviços de segmento Enterprise reduziu R\$15.148 mil, ou 8,0%, passando de R\$194.548 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$179.400 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Segmento Solar

O custo das vendas e serviços de segmento Solar aumentou R\$54.148 mil, ou 22,0%, passando de R\$250.383 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$304.531 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é atribuído principalmente a um aumento no volume de vendas.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$247.658 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$47.203 mil ou 16,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$294.860 mil. Essa variação pode ser explicada pelos fatores mencionados acima.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por segmento	Período de nove meses findo em:				2022 X 2021	
	2022		2021		AH(%)	AH(\$)
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)		
Telecom	127.908	50,0%	176.710	60,0%	- 27,62%	-48.802
Enterprise	76.392	30,0%	72.268	20,0%	5,71%	4.125
Solar	43.357	20,0%	45.883	20,0%	-5,50%	-2.525
Total - Lucro Bruto	247.658	100,0%	294.860	100,0%	- 16,01%	- 47.203

O Lucro Bruto do segmento de Telecom totalizou R\$127.908 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$48.802 mil ou 27,62%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$176.710 mil. Essa variação decorreu principalmente dos custos com depreciação, em decorrência do alongamento de prazos da locação TaaS.

O Lucro Bruto do segmento Enterprise totalizou R\$76.392 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$4.124 mil ou 5,71%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$72.268 mil. Esse aumento ocorreu em função principalmente da redução dos custos no período.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$52.933 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$5.875 mil ou 10,0%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$58.808 mil.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$81.271 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$8.931 mil ou 12,3% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$72.340 mil. Esse aumento pode ser explicado principalmente pelo aumento das despesas com frete e armazenagem.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$17.457 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$10.360 mil ou 37,2%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$27.817 mil.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$7.205 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento nas despesas de R\$5.809 mil ou 416,1%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram uma despesa de R\$1.396 mil.

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$88.792 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$45.707 mil ou 34,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$134.499 mil.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou uma despesa financeira de R\$80.896 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$40.713 mil ou 101,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou despesa de R\$40.193 mil. Tal variação ocorreu devido a:

- A Variação Cambial Líquida e Ajuste a valor justo de instrumentos derivativos reflete a exposição cambial da Companhia sobre seus ativos e passivos em moeda estrangeira, líquido das proteções contratadas via instrumentos financeiros derivativos;
- A Receita Financeira de 2022 foi de R\$71,7 milhões, um aumento de 187,1% ou R\$46,7 milhões. As variações foram decorrentes principalmente: i) dos rendimentos de investimentos em função da aplicação dos recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures, as quais são remunerados por CDI; e ii) dos juros ativos advindos do reconhecimento de ajuste a valor presente da receita operacional de vendas a prazo, como receita financeira;
- A Despesa Financeira de 2022 foi de R\$123,8 milhões, um aumento de 69,4% ou R\$50,8 milhões em relação a 2021. As variações ocorreram em função principalmente: i) dos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, decorrentes de maior captação ocorrida no período, e maior custo de remuneração das dívidas novas e vigentes; e ii) de ajustes a valor presente do contas a receber e fornecedores, impactado principalmente pelos aumentos da taxa SELIC observados no decorrer do ano de 2022.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$7.895 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de 91,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$94.410 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou uma receita de R\$15.273 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$37.125 mil ou -169,9%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou uma despesa de R\$21.852 mil.

Lucro líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$23.169 mil, representando uma redução de R\$66.462 mil ou -86,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$76.715 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				2021 x 2020
	2021		2020 (reapresentado)		
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Receita líquida	1.066.582	100,00%	718.045	100,00%	48,50%
Custos das vendas e serviços	-771.722	-72,30%	-479.047	-66,70%	61,00%
Lucro Bruto	294.860	27,60%	238.998	33,20%	23,30%
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com Pessoal	-58.808	-5,50%	-53.022	-7,30%	10,90%
Despesas Comerciais	-72.340	-6,70%	-41.415	-5,70%	74,60%
Despesas Gerais e Administrativas	-27.817	-2,60%	-15.569	-2,10%	78,60%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-1.396	-0,10%	-5.698	-0,70%	-75,50%
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social	134.499	12,60%	123.294	17,10%	9,00%

Receitas Financeiras	94.847	8,80%	51.302	7,10%	84,80%
Despesas Financeiras	-135.039	-12,60%	-83.316	-11,60%	62,00%
Resultado Financeiro	-40.193	-3,70%	-32.014	-4,40%	25,50%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	94.306	8,80%	91.280	12,70%	3,30%
Imposto de renda e contribuições social corrente	-21.133	-1,90%	-13.736	-1,90%	53,80%
Imposto de renda e contribuições social diferido	578	0,00%	3.408	0,40%	-83,00%
Imposto de renda e contribuições social líquido	-20.555	-1,90%	-10.328	-1,40%	99,00%
Lucro líquido do período	73.751	6,90%	80.952	11,20%	-8,80%

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R\$ 1.066.582 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$348.537mil ou 48,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$718.045mil. Este aumento é atribuído principalmente ao segmento Corporativo que apresentou crescimento de R\$285.714 mil ou 103,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior no qual a nossa unidade de negócios de energia solar estava sendo criada e ainda não tinha contribuição relevante para o Total.

As receitas líquidas da Companhia, por segmento operacional, estão demonstradas na tabela abaixo:

Receita líquida por segmento	Exercício social findo em 31 de dezembro de				2021 X 2020
	2021		2020 (reapresentado)		
	(em R\$ milhares)	AV (%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	503.501	47,2%	440.677	61,4%	14,3%
Corporativo	563.082	52,8%	277.368	38,6%	103,0%

Total - Receita Líquida	1.066.582	100,0%	718.045	100,0%	48,5%
-------------------------	-----------	--------	---------	--------	-------

A Receita Líquida do segmento de Telecom totalizou R\$503.501 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$62.823 mil ou 14,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$440.677 mil. Essa variação decorreu do aumento de demanda observado e como consequência do aumento do número de clientes únicos atendidos (de 6.081 clientes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para 11.043 clientes no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021), especialmente em função da criação de área dedicada ao atendimento às grandes operadoras de telecom e agora na BU Solar.

A Receita Líquida do segmento Corporativo totalizou R\$563.082 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$285.7144 mil ou 103,0%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$277.368 mil. Esse aumento decorreu principalmente a unidade de negócios solar que apresentou um aumento de Receita Líquida de R\$232.041 mil e devido a retomada de eventos na dentro da BU Enterprise que apresentou um aumento de R\$ 53.673 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Custo das vendas e serviços

O custo das vendas e serviços aumentou R\$ 292.675 mil, ou 61,1%, passando de R\$ 479.047 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 771.722 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é atribuído principalmente a: (i) um aumento de R\$241.684 mil no custo dos produtos vendidos como resultado de um aumento do volume de vendas no período, em linha com o aumento de receita líquida da Companhia; e (ii) um aumento de R\$ 43.609 mil nos custos de depreciação. Deste aumento total, R\$ 34.382 mil foram atribuíveis ao segmento de Telecom e R\$ 9.229 mil foram atribuíveis ao segmento Corporativo, conforme refletido na tabela abaixo:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2021		2020		Variação
	(R\$ mil)	AV(%)	(R\$)	AVD(%)	(%)
Telecom.....	(326.791)	40,00%	(270.133)	60,00%	21,00%
Corporativo.....	(444.931)	60,00%	(208.914)	40,00%	113,00%
Custos de Vendas e Serviços.....	(771.722)	100,00%	(479.047)	100,00%	61,00%

Segmento de Telecom

O custo das vendas e serviços no segmento de Telecom aumentaram R\$ 56.658 mil, ou 21,0%, passando de R\$ 270.133 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 326.791 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é atribuído principalmente a um aumento no volume de vendas da Companhia e pelo aumento na depreciação com o TaaS e está em linha com o aumento na receita líquida do segmento de Telecom. Não houve um impacto significativo nos custos como resultado da pandemia do COVID-19.

Segmento Corporativo

O custo das vendas e serviços de segmento Corporativo aumentou R\$ 236.017 mil, ou 113,0%, passando de R\$ 208.914 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 444.931 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é atribuído principalmente a um aumento no volume de vendas da BU Solar e está em linha com o aumento na receita líquida do segmento Corporativo. Não houve um impacto significativo nos custos como resultado da pandemia do COVID-19.

Lucro bruto

O Lucro Bruto da Companhia totalizou R\$ 294.860 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 55.862 mil ou 23,4%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 238.998 mil. Essa variação pode ser explicada pelos fatores mencionados acima.

O lucro bruto da Companhia, por segmento operacional, está demonstrado na tabela abaixo:

Lucro Bruto por segmento	Exercício social findo em 31 de dezembro de				2021 X 2020
	2021		2020 (reapresentado)		
	(em R\$ milhares)	AV(%)	(em R\$ milhares)	AV(%)	AH(%)
Telecom	176.710	60,0%	170.443	70,0%	3,68%
Corporativo	118.151	40,0%	68.555	30,0%	72,34%
Total - Lucro Bruto	294.860	100,0%	238.998	100,0%	23,37%

O Lucro Bruto do segmento de Telecom totalizou R\$176.710 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$6.267 mil ou 3,68%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$170.443 mil. Essa variação decorreu do aumento do volume de negócios e serviços vendidos no segmento de Telecom conforme mencionado anteriormente.

O Lucro Bruto do segmento Corporativo totalizou R\$118.151 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$49.595 mil ou 72,34%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2020, quando totalizou R\$68.555 mil. Esse aumento decorreu do aumento do volume de serviços prestados na unidade de negócios Solar conforme mencionado anteriormente.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal totalizaram R\$ 58.808 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 5.787 mil ou 10,9%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$ 53.022 mil. Esse aumento é devido principalmente ao aumento de quadro de pessoal para suportar o tamanho atual da Companhia, principalmente para reforçarmos nossa área daBU Solar.

Despesas comerciais

As despesas comerciais totalizaram R\$ 72.340 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 30.925 mil ou 74,7% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$41.415 mil. Esse aumento pode ser explicado principalmente por: (i) aumento nas despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa que totalizaram R\$ 25.949 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 11.274 mil ou 76,8% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$ 14.675 mil. Esse aumento foi concentrado nos clientes do segmento de áudio e vídeo profissional que foram adversamente impactados em função da pandemia; (ii) aumento nas despesas com Representação Comercial que totalizaram R\$19.500 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 13.083 mil ou 203,9% quando comparadas ao exercício social findo em 31 de setembro de 2020, quando totalizaram R\$ 6.417 mil, as quais estão associadas a um aumento nas atividades de negócios

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$27.817 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$12.248 mil ou 78,7%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$15.569 mil. Esse aumento decorreu principalmente das despesas incorridas em razão do processo de (IPO) da Companhia e publicações atreladas as divulgações de resultados da companhia, representando um aumento de 258,7% ou R\$ 15.374 mil em serviços prestados por pessoas jurídicas, passando de R\$ 5.943 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 31.318 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais líquidas da Companhia totalizaram uma despesa de R\$ 1.396 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando uma diminuição nas despesas de R\$ 4.303 mil ou 75,5%, quando comparadas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram uma despesa de R\$ 5.698 mil. Essa melhora é função da exclusão do crédito de ICMS na base de PIS/COFINS.

Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$134.499 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 11.205 mil ou 9,1%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 123.294 mil.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou uma despesa financeira de R\$ 40.193 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 8.179 mil ou 25,5%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou despesa de R\$ 32.014 mil. Tal variação ocorreu devido a: (i) instrumentos financeiros derivativos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de R\$ 20.468 mil; (ii) pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures de R\$ 10.281 mil; e (iii) variação cambial líquida sobre o ativo de estoque em trânsito e adiantamento a fornecedores mais o passivo de fornecedores que representaram um impacto negativo de R\$ 9.169 mil, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento foi parcialmente compensado por efeito positivo ocasionado por instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados pela Companhia para proteger variações cambiais de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira de R\$ 16.941 mil e Rendimentos de investimentos de curto prazo (vencimento de títulos que foram re-investido) de R\$ 10.926 mil.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Devido aos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social da Companhia totalizou R\$ 94.306 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 3.026 mil ou 3,3%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizaram R\$ 91.280 mil.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou R\$ 21.852 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 1.159 mil ou 5,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 20.693 mil. Esse aumento decorreu pelo aumento do lucro tributável do período tendo menor impacto dado ao resultado financeiro.

Lucro Líquido do período

Devido aos fatores acima, o lucro líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$ 72.454 mil, representando um aumento de R\$ 1.867 mil ou 2,6%, quando comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 70.587 mil.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021		12.2022 x 12.2021
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	152.470	9,3%	38.465	2,6%	296,4%
Investimentos de curto prazo	152.170	9,3%	298.522	20,0 %	-49,0%
Contas a receber, líquidas	195.944	12,0%	163.719	11,0 %	19,7%
Impostos a recuperar	64.470	3,9%	49.010	3,3%	31,5%
Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	6.480	0,4%	-100,0%
Estoques	310.034	18,9%	259.361	17,4 %	19,5%
Adiantamentos a fornecedores	53.104	3,2%	73.721	4,9%	-28,0%
Despesas Antecipadas	927	0,1%	1.113	0,1%	-16,7%
Total do ativo circulante	929.119	56,7%	890.391	59,7 %	4,3%
Contas a receber, líquidas	155.312	9,5%	95.691	6,4%	62,3%
Depósitos judiciais	109	0,0%	109	0,0%	0,0%
Instrumentos financeiros derivativos	581	0,0%	9.091	0,6%	-93,6%
Impostos diferidos	26.635	1,6%	17.496	1,2%	52,2%
Ativo de direito de uso	1.832	0,1%	3.001	0,2%	-39,0%
Imobilizado, líquido	444.839	27,1%	419.205	28,1 %	6,1%
Intangível, líquido	80.196	4,9%	56.852	3,8%	41,1%
Total do ativo não circulante	709.504	43,3%	601.445	40,3 %	18,0%
Total do ativo	1.638.623	100,0 %	1.491.836	100,0 %	9,8%

(Em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021		12.2022x12.2021
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
))	
Fornecedores	142.112	8,7%	199.444	13,4%	-28,7%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.825	0,3%	8.318	0,6%	-42,0%
Impostos a recolher	6.435	0,4%	2.050	0,1%	213,9%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	218.820	13,4%	326.680	21,9%	-33,0%
Dividendos a pagar	862	0,1%	11.252	0,8%	-92,3%
Instrumentos financeiros derivativos	7.674	0,5%	7.175	0,5%	7,0%
Arrendamentos mercantis	969	0,1%	2.228	0,1%	-56,5%
Partes relacionadas	125	0,0%	232	0,0%	-46,1%
Outras obrigações	40.149	2,5%	33.488	2,2%	19,9%
Receita diferida	0	0,0%	437	0,0%	-100,0%
Total do passivo circulante	421.971	25,8%	591.304	39,6%	-28,6%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	567.067	34,6%	269.856	18,1%	110,1%
Instrumentos financeiros derivativos	507	0,0%	0	0,0%	100,0%
Provisões para demandas judiciais	378	0,0%	362	0,0%	4,4%
Receita diferida	0	0,0%	0	0,0%	100,0%
Arrendamentos mercantis	906	0,1%	844	0,1%	7,3%
Total do passivo não circulante	568.858	34,72 %	271.062	18,17 %	109,9%
Capital Social	301.397	18,4%	297.591	19,9%	1,3%
Ações em tesouraria	-7.044	-0,4%	0	0,0%	100,0%
Reservas de Capital	236.632	14,4%	236.632	15,9%	0,0%
Reservas de lucro	116.734	7,1%	94.427	6,3%	23,6%
Outros resultados abrangentes	75	0,0%	820	0,1%	-90,9%
Total do patrimônio líquido	647.794	39,5%	629.470	42,2%	2,9%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.638.623	100,0 %	1.491.836	100,0 %	9,8%



Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$1.638.623 mil, representando um incremento de 9,8%, ou R\$146.787 mil em relação a 31 de dezembro de 2021, que totalizou R\$1.491.836 mil.

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante da Companhia aumentou 4,3% ou R\$38.728 mil, passando de R\$890.391 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$929.119 mil em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$152.470 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$114.005 mil ou 296,4%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$38.465 mil. O aumento ocorreu principalmente em função de captação das debêntures em junho/22.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$195.944 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$32.225 mil ou 19,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$163.719 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$64.470 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$15.460 mil ou 31,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$49.010 mil.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$310.034 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$50.673 mil ou 19,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando correspondia a R\$259.361 mil. Esse aumento foi ocasionado principalmente pela redução das vendas do Solar, o que expandiu o estoque.



Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$53.104 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$20.617 mil ou 28,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$73.721 mil.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante da Companhia aumentou 18,0%, passando de R\$601.445 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$709.504 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$108.059 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$155.312 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$59.621 mil ou 62,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$95.691 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento de vendas da Companhia, e atendimento a grandes clientes que tomaram decisão de compra em prazos mais alongados.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R\$26.635 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$9.139 mil ou 52,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$17.496 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisão de deságio na venda de créditos acumulados de ICMS, provisões de obsolescência de estoques, ajuste à valor presente contas a receber e Derivativos Swap, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$444.839 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$25.634 mil ou 6,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$419.205 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela adição de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$80.196 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento R\$23.344 mil ou 41,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31



de dezembro de 2021, quando totalizou R\$56.852 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$1.491.836 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$1.638.623 mil em 31 de dezembro de 2022, significando um crescimento de 9,8% ou R\$146.787 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante da Companhia reduziu 28,6% ou R\$169.333 mil, passando de R\$ 591.304 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$421.971 mil em 31 de dezembro de 2022. Essa redução ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$142.112 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$57.332 mil ou 28,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$199.444 mil.

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R\$4.825 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$3.493 mil ou 42,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$8.318 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$6.435 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$4.385 mil ou 213,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$2.050 mil.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$218.820 mil em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$107.860 mil ou 33,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$326.680 mil.

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R\$0 em 31 de dezembro de 2022 representando uma redução de 100%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$437 mil. Essa redução ocorreu pois não houveram novos ingressos nessa rubrica que trata apenas do saldo residual da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante da Companhia cresceu 109,9% ou R\$297.796 mil, passando de R\$271.062 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$568.858 mil em 31 de dezembro de 2022. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$568.858 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$297.211 mil ou 110,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$269.856 mil. O aumento ocorreu em função da 2ª emissão de debentures, ocorrida em junho/22.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 2,9%, passando de R\$629.470 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$647.794 mil em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$146.787 mil.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO

(Em R\$ milhares, exceto %)	dezembro de 2021		dezembro de 2020		2021 x 2020
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
	Caixa e equivalentes de caixa	38.465	2,6%	37.785	4,1%
Investimentos de curto prazo	298.522	20,0%	52.046	5,7%	473,6%
Contas a receber, líquidas	163.719	11,0%	162.581	17,8%	0,7%

Impostos a recuperar	49.010	3,3%	22.762	2,5%	115,3%
Instrumentos financeiros derivativos	6.480	0,4%	8.088	0,9%	-19,9%
Estoques	259.361	17,4%	138.780	15,2%	86,9%
Adiantamentos a fornecedores	73.721	4,9%	34.927	3,8%	111,1%
Despesas Antecipadas	1.113	0,1%	183	0,0%	508,2%
Total do ativo circulante	890.391	59,7%	457.152	50,2%	94,8%
Contas a receber, líquidas	95.691	6,4%	43.590	4,8%	119,5%
Depósitos judiciais	109	0,0%	-	-	100%
Instrumentos financeiros derivativos	9.091	0,6%	6.122	0,7%	48,5%
Impostos diferidos	17.496	1,2%	15.231	1,7%	14,9%
Ativo de direito de uso	3.001	0,2%	5.313	0,6%	-43,5%
Imobilizado, líquido	419.205	28,1%	345.930	38,0%	21,2%
Intangível, líquido	56.852	3,8%	37.972	4,2%	49,7%
Total do ativo não circulante	601.445	40,3%	454.158	49,8%	32,4%
Total do ativo	1.491.836	100,0 %	911.310	100,0 %	63,7%

PASSIVO

(Em R\$ milhares, exceto %)					
	dezembro de2021		dezembro de2020		2021 x 2020
		AV(%)		AV(%)	AH(%)
Fornecedores	199.444	13,4%	149.074	16,4%	33,8%
Pessoal, encargos e benefícios sociais	8.318	0,6%	24.269	2,7%	-65,7%
Impostos a recolher	2.050	0,1%	8.907	1,0%	-77,0%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	326.680	21,9%	195.861	21,5%	66,8%
Dividendos a pagar	11.252	0,8%	15.006	1,6%%	-25,0%
Instrumentos financeiros derivativos	7.175	0,5%	-	0,0%	100,0%
Arrendamentos mercantis	2.228	0,1%	2.650	0,3%	-15,9%
Partes relacionadas	232	0,0%	309	0,0%	-25,0%
Outras obrigações	33.488	2,2%	45.225	5,0%	-26,0%
Receita diferida	437	0,0%	7.545	0,8%	-94,2%
Total do passivo circulante	591.304	39,6%	448.846	49,3%	31,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	269.856	18,1%	328.808	36,1%	-17,9%

Instrumentos financeiros derivativos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Provisões demandas judiciais	362	0,0%	479	0,1%	-24,5%
Receita diferida	0	0,0%	437	0,0%	-100,0%
Arrendamentos mercantis	844	0,1%	2.781	0,3%	-69,6%
Total do passivo não circulante	271.062	18,17%	332.505	36,5%	-18,5%
Capital Social	297.591	19,9%	86.666	9,5%	243,4%
Reservas de Capital	236.632	15,9%	10.000	1,1%	2266,3%
Reservas de lucro	94.427	6,3%	33.225	3,6%	184,2%
Prejuízo Acumulado	0	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros resultados abrangentes	820	0,1%	68	0,0%	1110,7%
Total do patrimônio líquido	629.470	42,2%	129.959	14,3%	384,4%
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.491.836	100,0%	911.310	100,0%	63,7%

Total do ativo

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um Total do Ativo de R\$ 1.491.836 mil, representando um incremento de 63,7%, ou R\$ 580.526 mil em relação a 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$ 911.310 mil.



Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia aumentou 94,8% ou R\$433.239 mil, passando de R\$ 457.152 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 890.391 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia correspondeu a R\$38.465 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$0,7 mil ou 1,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$37.785 mil. Ocorreu um ligeiro aumento devido principalmente ter ocorrido investimentos em ativos imobilizados em função da modalidade de vendas TaaS.

Contas a receber, líquidas

O saldo de contas a receber da Companhia totalizou R\$ 163.719 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 1.138 mil ou 0,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$162.581 mil.

Impostos a recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R\$ 49.010 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$ 26.248 mil ou 115,3%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 22.762 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos seguintes fatores: (i) recuperação dos impostos retidos nas compras de mercadoria para revenda; e (ii) pelas antecipações por estimativa.

Estoques

O saldo de Estoques da Companhia totalizou R\$ 259.361 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 120.581 mil ou 86,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando correspondia a R\$138.780 mil. Esse aumento foi ocasionado principalmente pelo fator "Pandemia" que forçou a aceleração das empresas ao processo digital, aumentando as vendas e consequentemente o aumento do estoque.

Adiantamentos a fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores da Companhia totalizou R\$ 73.721 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$ 38.794 mil ou 111,1%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$34.927 mil. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de adiantamento a fornecedores internacionais, e que possuem relacionamento de crédito



recente com a Companhia, e demandam condições de pagamento que ainda possuem entrada à vista no momento da colocação de pedidos.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante da Companhia aumentou 32,4%, passando de R\$ 454.158 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 601.445 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 147.287 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Contas a receber, líquidas

O saldo de Contas a receber líquidas da Companhia totalizou R\$ 95.691 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$ 52.101 mil ou 119,5%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$43.590 mil. Esse aumento decorreu principalmente pelo aumento de vendas da Companhia, e atendimento a grandes clientes que tomaram decisão de compra em prazos mais alongados.

Impostos diferidos

O saldo de impostos diferidos da Companhia totalizou R\$ 17.496 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$ 2.265 mil ou 14,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 15.231 mil. Esse aumento decorreu principalmente devido à constituição de créditos de IR/CS diferidos sobre provisões de clientes de liquidação duvidosa, provisão de deságio na venda de créditos acumulados de ICMS, provisões de obsolescência de estoques, ajuste à valor presente contas a receber e Derivativos Swap, sendo todos estes itens excluídos da base de despesas dedutíveis, e gerando tais créditos.

Imobilizado líquido

O saldo de imobilizado líquido da Companhia totalizou R\$ 419.205 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$ 73.275 mil ou 21,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$345.930 mil. Esse aumento decorreu principalmente pela adição de novos equipamentos dedicados ao atendimento de contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).

Intangível líquido

O saldo de intangível líquido da Companhia totalizou R\$ 56.852 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$18.880 mil ou 49,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$37.972 mil. Esse aumento decorreu devido ao crescimento do negócio de cibersegurança, o qual demandou imobilizações de softwares/intangíveis para cessão de uso em contratos de locação de longo prazo (modalidade de TaaS – Technology as a Service).



PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

A Companhia apresentou um aumento em seu passivo e patrimônio líquido, passando de R\$ 911.310 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.491.836 mil em 31 de dezembro de 2021, significando um crescimento de 63,7% ou R\$ 580.526 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia aumentou 31,7% ou R\$ 142.458 mil, passando de R\$ 448.846 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 591.304 mil em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo:

Fornecedores

O saldo de Fornecedores da Companhia totalizou R\$199.444 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$50.370 mil ou 33,8%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$149.074 mil. Esse aumento decorreu, principalmente, do aumento das atividades operacionais da Companhia.

Pessoal, encargos e benefícios sociais

O saldo de pessoal, encargos e benefícios sociais da Companhia totalizou R\$ 8.318 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 15.951 mil ou 65,7%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$24.269 mil. Essa redução decorreu, principalmente, em função do pagamento não recorrente do plano de remuneração baseado em ações que estava provisionado em R\$ 14.723 mil e foi pago durante o terceiro trimestre de 2021 em função da realização do IPO. Adicionalmente foram contabilizadas todas as demais provisões rotineiras tais como provisão de 13º Salário e Encargos, Férias, PLR do exercício de 2021, Remuneração Baseada em Ações, dentre outros, totalizando uma redução de R\$ 1.228 mil.

Impostos a recolher

O saldo de impostos a recolher da Companhia totalizou R\$ 2.050 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 6.857 mil ou 77,0%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 8.907 mil. Essa redução decorreu principalmente em relação ao aumento de créditos recuperáveis e dedução da base de cálculo dos custos de captação do IPO, impactando diretamente no recolhimento de IR e CSLL.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimo, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$ 326.680 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento R\$ 130.819 mil ou 66,8%, quando comparado ao mesmo



saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 195.861 mil. Esse aumento ocorreu devido à captação de novos empréstimos para fazer frente aos investimentos necessários pelo crescimento das vendas na modalidade TaaS (Technology as a Service).

Receita diferida

O saldo de receita diferida da Companhia totalizou R\$ 437 mil em 31 de dezembro de 2021 representando uma redução de R\$ 7.108 mil ou 94,2%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 7.545 mil. Essa redução ocorreu pois não haverá novos ingressos nessa rubrica que trata apenas do saldo residual da incorporação da empresa MaxBr, ocorrida em 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante da Companhia reduziu 18,5% ou R\$61.443 mil, passando de R\$ 332.505 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 271.062 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa variação deu-se em decorrência do abaixo exposto:

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia totalizou R\$ 269.856 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de R\$ 58.952 mil ou 17,9%, quando comparado ao mesmo saldo verificado em 31 de dezembro de 2020, quando totalizou R\$ 328.808 mil. Essa redução ocorreu devido amortização de empréstimos em moeda nacional e em relação a debêntures.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 384,4%, passando de R\$ 129.959 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 629.470 mil em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de R\$ 499.511 mil. Essa variação ocorreu devido principalmente aos motivos apresentados acima referentes ao resultado dos períodos de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021.

2.2 - Resultado operacional e financeiro

- a. resultados das operações do emissor
- i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita do demonstrativo de resultado da Companhia reflete a segmentação da sua atuação nos mercados de (i) Telecom (ii) Enterprise e (iii) Solar. Esta segmentação decorre do entendimento da Companhia de que as dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e modelos de negócios são distintas nestes mercados e, conseqüentemente requerem equipes independentes e especializadas, que possam entender as necessidades específicas de cada cliente. Dentro de cada segmento, observa-se a existência



do conceito de Unidades de Negócios (ou BUs) que focam em mercados distintos e, conseqüentemente, em produtos para finalidades distintas, que possuem contratos de distribuição ou montagem local com mais de 60 fabricantes.

Dentro de cada segmento, as BUs e produtos estão divididos de acordo com a descrição abaixo:

(i) TELECOM

Redes de Fibra Ótica (FTTx): Linha completa de centrais de distribuição de sinal de internet de banda larga, modems de fibra para o cliente, cabos de fibra ótica, e componentes de rede para construção de redes banda-larga fixa.

Redes de alta-capacidade DWDM: Sistema de transmissão de dados com alta-capacidade entre cidades, interligando regiões e criando backhaul para operadoras.

Produtos de Infraestrutura de Data Centers: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2022 representou 49% das Vendas Totais da Companhia, uma diminuição de 3 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano de 2021, essa contração ocorreu principalmente pela expansão da unidade solar. Do ponto de vista de crescimento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, esse segmento apresentou variação negativa de 4,1% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2021 representou 52,0% das Vendas Totais da Companhia, uma diminuição de 17 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano de 2020, essa contração ocorreu principalmente pela expansão da unidade solar. Do ponto de vista de crescimento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, esse segmento apresentou variação positiva crescendo 21,5% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O segmento de Telecom no exercício social findo em 31 de dezembro 2020 representou 62,1% das Vendas Totais da Companhia (cf. item 3.2 deste Formulário de Referência), um incremento de 3 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 esse segmento apresentou variação de 46,4% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, também no conceito de Vendas Totais.

A Receita Bruta em 31 de dezembro de 2022 reduziu 0,5% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em função da alteração do mix entre vendas e locação. O prazo médio dos novos contratos TaaS passou para 53 meses e um total de 1.214 contratos fechados em 2022.

A Receita Bruta em 31 de dezembro de 2021 cresceu 14,1% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em razão do aumento do prazo médio dos contratos de TaaS (Technology as a Service) – Locações de equipamentos. O prazo médio dos novos contratos TaaS saiu de 32,2 meses no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, para 44,4 meses no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que fez com que a proporção do TaaS sobre a Receita Bruta da Companhia, caísse de 41% em 31 de dezembro de 2020 para 40% em 31 de dezembro de 2021. Para fins de esclarecimento, quanto maior o

prazo do contrato menor é o valor reconhecido no período. Por exemplo um contrato de 5 anos com valor de 100 tem reconhecimento de 20 por ano. Já um contrato de 2 anos com o mesmo valor de 100 tem reconhecimento de 50 por ano. Atribuímos a performance positiva desse segmento pela aceitação dos clientes do modelo TaaS e aumento substancial da demanda nas linhas de produtos de Redes de Fibra Ótica (FTTx), decorrentes da expansão de rede por parte de ISPs (internet service providers) em função da maior necessidade de infraestrutura para o cenário de Home Office.

Quando analisamos a Receita Bruta em 2020 o crescimento foi de 38,1%, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em razão do aumento do prazo médio dos contratos de TaaS (Technology as a Service) – Locações de equipamentos. O prazo médio dos novos contratos TaaS saiu de 24,1 meses, no exercício social findo em 31 de dezembro 2019, para 32,2 meses no exercício social findo em 31 de dezembro 2020 o que fez com que a proporção do TaaS sobre a Receita Bruta da Companhia, caísse de 45% de 31 de dezembro 2019, para 41% em 31 de dezembro 2020.

Resultado Segmentado	Telecom				
	Nos exercícios sociais findos em				
(R\$ milhões, exceto%)	31/12/2022	31/12/2021	AH%	31/12/2020	AH%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	302,8	360,3	-16,0%	308,9	16,6%
Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	422,6	396,4	6,6%	314,1	26,2%
Vendas Totais	725,4	756,8	-4,1%	622,9	21,5%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	302,8	360,3	-16,0%	308,9	16,6%
Receita Bruta TaaS	239,4	241,6	-0,9%	218,9	10,4%
Receita Bruta	542,1	601,9	-9,9%	527,7	14,1%

(ii) ENTERPRISE

- Sistemas de Segurança Eletrônica: Câmeras de vigilância, controle de acesso biométricos, alarmes e sistemas de detecção de incêndio, entre outros.
- Sistemas de Cyber Segurança: Firewalls, sistemas de proteção contra ataques de hackers, controle parental de acesso à internet, entre outros.

- Produtos de Infraestrutura de Data Centers: Racks, esteiras, cabeamento, no-breaks, sistemas de incêndio, geradores, entre outros.
- Automação de Escritórios e Residências: Automação de iluminação, fechaduras eletrônicas, ar condicionado, e salas de reunião.
- Produtos de Áudio e Vídeo Profissional: Sonorização de salas, auditórios, igrejas, projetores profissionais, equipamento de videoconferência e trabalho remoto.
- Painéis de LED: Sistemas de última geração para uso em mídia Out-Of-Home (OOH), sinalização e decoração.

O segmento Enterprise no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 representou 23% das Vendas Totais da Companhia, uma redução de 2,2 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação de -7,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, também no conceito de Vendas Totais.

O segmento Enterprise no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 representou 25% das Vendas Totais da Companhia, uma redução de 5,6 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação de 18,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, também no conceito de Vendas Totais.

Resultado Segmentado	Enterprise		
	Nos exercícios sociais findos em		
(R\$ milhões, exceto%)	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	267,1	282,5	-5,46%
Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	73,2	83,9	-12,78%
Vendas Totais	340,2	366,4	-7,14%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	267,1	282,5	-5,46%
Receita Bruta TaaS	52,0	47,3	10,06%
Receita Bruta	319,1	329,8	-3,24%

iii) SOLAR

- Painéis de LED: Sistemas de última geração para uso em mídia Out-Of-Home (OOH), sinalização e decoração.
- Geradores de Energia Solar Fotovoltaico: Portfólio completo de equipamentos de geração de energia distribuída para usinas e fazendas de geração de qualquer porte e também sistemas de geração domésticos
- Componentes: Baterias de lítio, racks e toda a linha de produtos que é usada na infraestrutura de data centers. O aspecto mais relevante dessas novas tecnologias é a possibilidade do uso de energias renováveis, fotovoltaica, com armazenamento de energia (ESS – Energy Storage System)

O segmento Solar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 representou 28% das Vendas Totais da Companhia, um crescimento de 5,2 pontos percentuais sobre as Vendas Totais em relação ao ano anterior. Do ponto de vista de crescimento, esse segmento apresentou variação de 24,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, também no conceito de Vendas Totais. O segmento Solar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 representou 23% das Vendas Totais da Companhia.

Resultado Segmentado	Solar		
	Nos exercícios sociais findos em		
(R\$ milhões, exceto%)	31/12/2022	31/12/2021	AH%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	395,4	332,7	18,9%
Receita Bruta TaaS (VGV Locações)	19,8	0,6	3497,4%
Vendas Totais	415,2	333,2	24,6%
Receita Bruta Venda Mercadorias e Serviços	395,4	332,7	18,9%
Receita Bruta TaaS	2,0	0,1	2605,0%
Receita Bruta	397,5	332,7	19,4%

ii. fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais, condição financeira e liquidez da Companhia foram e poderão continuar sendo influenciados por uma ampla gama de fatores. Em especial, o mercado de atuação da Companhia é afetado pelos seguintes fatores:

- (i) Estratégia de compras: Um dos fatores críticos para os resultados operacionais da Companhia é a nossa cadeia de compras junto a nossos fabricantes parceiros. No exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 tivemos, respectivamente, 70%, 63% e 62% de nossas compras de produtos para



comercialização realizadas através de importação e 30%, 37% e 38% realizadas através de compras nacionais. Sendo assim, estamos expostos a possíveis variações nos custos de importação e respectivos tramites aduaneiros, bem como ariscos diplomáticos de países nos quais esses fornecedores estão inseridos.

(ii) Obsolescência de estoque: Os custos decorrentes da variação de provisão de estoques obsoletos podem impactar materialmente os resultados. Cabe ressaltar que a Companhia oferta o que tem de mais inovador no mercado em se tratando de tecnologia e, a renovação tecnológica pode fazer com que tenhamos produtos que não deixem de ter uma demanda crescente de mercado.

(iii) Crescimento PIB (Produto Interno Bruto): As linhas de produtos nos quais a Companhia está inserida estão suscetíveis ao poder de consumo e desenvolvimento da atividade do país. Os indicadores de PIB tiveram performance de -4,05% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, -3,9% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e +2,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O aumento da atividade econômica estimula os investimentos e contribuem para aquecer o consumo, os quais estimulam positivamente os negócios em que a Companhia atua.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia podem ser impactadas pela variação do PIB e nos índices de inflação, uma vez que impacta diretamente as despesas da Companhia (como salários, contratos e materiais de consumo) e, também, custos de produção.

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações na Receita Bruta dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 deveram-se aos seguintes fatores:

(i) Variação cambial: A Companhia faz o repasse das variações cambiais dos produtos atrelados ao dólar vendidos aos seus clientes. O repasse é realizado através de atualizações periódicas dos custos de reposição de produtos e recálculo dólar Ptax, considerando a cotação do dia anterior a venda. Dessa forma podemos afirmar que 100% dos custos decorrentes da variação do câmbio são repassados, o que nos protege das flutuações cambiais e nos mantém com margens saudáveis. A Companhia tem exposição à flutuação do câmbio nos seus contratos de moeda estrangeira. Adicionalmente a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e possui respectivos instrumentos de derivativos que anulam o risco de variação cambial, vide item 2.1 desse formulário de referência.

(ii) Inflação: Historicamente, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são afetados pelos índices de inflação no Brasil. A inflação impacta na aplicação do dissídio dos colaboradores de nossa linha de produção e logística. Sendo esses custos revistos para possíveis ajustes nos preços de venda dos produtos. Os contratos de locação (Despesa) da Companhia são reajustados pelo IGPM. Estamos expostos a possíveis variações de CDI e IPCA, decorrentes dos contratos de empréstimos que temos em vigor. Os contratos de locação no modelo TaaS (Receita) são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

(iii) Revisão tecnológica dos produtos: Com o crescente aperfeiçoamento e investimento em tecnologia, bem como em pesquisas de novo produtos, a evolução tecnológica pressiona para baixo dos preços dos produtos. A Companhia busca sempre diagnosticar as tendências de mercado a fim de se antecipar aos futuros movimentos de mercado.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais impactos no resultado operacional e no resultado financeiro são:

(i) Prazo de pagamento de fornecedores estrangeiros de 130 dias, acarretando em uma exposição de variação cambial.

(ii) A variação cambial gera grande sensibilidade em nossas linhas de estoque de fornecedores estrangeiros. As flutuações cambiais impactam tanto nos custos de importação quanto o resultado financeiro da Companhia.

2.3 Os diretores devem comentar:

i) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Pronunciamentos contábeis aplicados inicialmente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

- Alterações anuais relativas ao ciclos de melhorias;
- Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS;
- Alterações à IFRS 1 – Adoção inicial as normas de contabilidade – Subsidiária como adotante pela primeira vez;
- Alterações à IFRS 9 – Instrumentos financeiros - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros; e
- Alterações à IFRS 41 – Ativo Biológico - Tributação em mensuração a valor justo;

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não teve impacto significativo para Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial.

ii) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 8 de janeiro de 2019, a Companhia, adquiriu 100% do capital social da Munddo Comércio e Importação Ltda. ("Munddo"), especializada na distribuição de sistemas inteligentes para automação residencial e predial. A principal motivação para aquisição foi o know-how e relação comercial com fabricantes de tais segmentos.

Em conjunto com os produtos já oferecidos pela Companhia, essa aquisição possibilita a oferta de soluções mais completas aos clientes.

Em 12 de setembro de 2019, como parte da reestruturação societária, a Munddo foi incorporada pela Companhia.

No dia 15 de fevereiro de 2021 os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, o plano de opção de compra de ações da Companhia.

c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Vendas Totais	1.480.902	1.456.396	1.002.483
Valor Novos Contratos TaaS (Média R\$ mil/contrato)	425	302	238

EBITDA	257.298	271.880	219.710
Margem EBITDA	24,03%	25,50%	30,60%
EBITDA Ajustado	257.449	278.338	231.443
Margem EBITDA Ajustada	24,04%	26,10%	32,20%
Lucro Líquido do exercício	23.169	72.454	70.587
Margem Lucro Líquido	2,16%	6,80%	9,80%
Lucro Líquido Ajustado	10.254	76.715	78.331
Margem Lucro Líquido Ajustado	0,96%	7,20%	10,90%
Dívida Bruta	793,5	588.140	510.459
Dívida Líquida	488,8	251.153	420.627
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,74	0,9	1,8
ROIC	11,00%	15,70%	21,50%

Vendas Totais

Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que considera soma do valor nominal dos contratos de locação "TaaS (VGV Locações)" e a Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços de acordo com o IFRS. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato (Valor Geral de Vendas de Locações – "VGV Locações"). A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Internacional Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Valor Novos Contratos TaaS

O Valor Novos Contratos TaaS é uma medida não contábil que é obtida através da divisão do valor total de Vendas Totais (ou VGV Locações) pela quantidade de novos contratos celebrados no período.

O Valor Novos Contratos TaaS não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelo IFRS emitido pelo IASB, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Valor Médio de Novos Contratos TaaS de maneira diferente da Companhia.



EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA, Margem EBITDA LTM e, Margem EBITDA Ajustada e Margem EBITDA LTM Ajustada

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527/12"), conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro líquido do exercício ou do período, acrescido resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O EBITDA sugere o patamar de geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA LTM ("Last Twelve Months"), correspondendo ao EBITDA calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA LTM, correspondente ao EBITDA LTM dividido pela receita líquida reconhecida no período de doze meses anterior às datas indicadas.

A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado, bem como a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustada como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, EBITDA LTM e EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada não são medidas de desempenho financeiro elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil BR GAAP, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting.

Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco devem ser considerados como uma alternativas ao lucro (prejuízo) líquido, indicadores do desempenho operacional, alternativas aos fluxos de caixa ou como indicadores de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, EBITDA LTM Ajustado, bem como a Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada Margem EBITDA LTM e a Margem EBITDA LTM Ajustada também não devem ser analisados individualmente. Tais medidas não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde



ao EBITDA ajustado por (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, sendo o início da operação na Colômbia, (iii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e (iv) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019, e 2018. Para mais detalhes sobre os ajustes contemplados no EBITDA Ajustado, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo. Por sua vez, a Margem EBITDA consiste no EBITDA, dividido pela receita líquida. E a Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado, dividido pela receita líquida. Adicionalmente, apresentamos também, com relação aos períodos findos em 31 de dezembro de 2021, o EBITDA Ajustado LTM ("Last Twelve Months"), correspondendo ao EBITDA Ajustado calculado considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas, bem como a Margem EBITDA Ajustada LTM ("Last Twelve Months"), correspondente Margem EBITDA Ajustada, calculada considerando os resultados, no período de doze meses anterior às datas indicadas.

Lucro Líquido Ajustado e Margem de Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes e a reversão do IR e CSLL. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera os seguintes ajustes: (i) despesas relacionadas à tentativa de realização de sua oferta pública inicial de ações no primeiro trimestre de 2021; (ii) despesas não recorrentes com a aquisição empresa Munddo Comércio e Importação Ltda. no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (iii) provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações, registradas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, (iv) despesas não recorrentes pré-operacionais com a abertura da Casa Conectada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e no início da operação na Colômbia e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e (v) reversão do IR e CSLL, relativo ao plano de opção de compra de ações da Companhia, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

A Margem de Lucro Líquido Ajustado é calculada pela divisão de Lucro Líquido Ajustado pela receita líquida.

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado não são medidas de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Lucro Líquido Ajustado e a Margem de Lucro Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Dívida Bruta, Dívida Líquida, e Dívida Líquida / EBITDA Ajustado

A Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida / EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não devem ser consideradas como substitutos para o fluxo de caixa, bem como não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a soma de empréstimos e financiamentos bancários (circulante e não-circulante), bem como de instrumentos financeiros derivativos líquidos (ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante e passivo não circulante), mútuo com partes relacionadas (passivo circulante), e duplicatas descontadas (passivo circulante).

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Bruta, menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa (ativo circulante), e investimento de curto prazo (ativo circulante).

A Dívida Líquida / EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada por nós e representa a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado.

ROIC

O Retorno sobre o Capital Investido, também conhecido como ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) é uma medida não contábil que é obtida pela divisão do Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social depois de imposto de renda e contribuição social (NOPAT) pelo Capital Investido. O capital investido por sua vez, é a somatória do capital investido nas atividades operacionais da Companhia composto pelo Patrimônio Líquido e Dívida Bruta, Caixa e equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo. Entendemos que a média do capital investido entre o período corrente e anterior reflete melhor o desempenho da Companhia em função do crescimento acelerado.

O ROIC não é uma medida de resultado em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS emitido pelo IASB. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira diferente da Companhia.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Vendas Totais

Vendas Totais (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(+) Receita Bruta Vendas	965.271	975.509	608.975

(+) TaaS (VGV Locações)	515.631	480.886	393.508
Vendas Totais	1.480.902	1.456.396	1.002.483

Valor Médio de Novos Contratos TaaS

Novos Contratos TaaS (Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
TaaS (VGV Locações)	482.100	480.886	393.508
Quantidade de novos contratos celebrados (#)	1214	1.593	1.652
Valor Novos Contratos TaaS (Média R\$ mil/contrato)	425	302	238

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA, Margem EBITDA Ajustada, EBTIDA LTM e Margem EBTIDA Ajustada LTM

Reconciliação EBITDA (Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Receita Líquida	1.070.904	1.066.582	718.045
Lucro Líquido do período	23.169	72.454	70.587
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.273	21.852	20.693
(+) Resultado financeiro, líquido	- 80.896	40.193	32.015
(+) Depreciação e amortização	168.507	137.382	96.417
EBITDA	257.298	271.880	219.712
Margem EBITDA (%)	24,03%	25,50%	30,60%
(+) Despesas IPO ¹	-	6.903	-

(+) Despesas M&A ²	151	-	-
(+)	-	7.253	
Remuneração Variável Baseado em Ações ³	-		11.424
(-) Excl. Crédito ICMS na Base PIS/COFINS (17-20)	-	7.698	-
(+) Despesas Pré-Operacionais ⁵	-	-	-
EBITDA Ajustado	257.449	278.338	231.445
Margem EBITDA Ajustada (%)	24,04%	26,10%	32,20%

(1) Despesas IPO: despesas não recorrentes com a tentativa de oferta pública inicial da Companhia.

(2) Despesas M&A: despesas não recorrentes com a aquisição Munddo.

(3) Despesas Remuneração Variável Baseado em Ações: provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações.

(4) Em 17 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu pela Repercussão Geral da RE 574.706 (Tema 69) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS à partir de 15/03/2017. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, apurou o montante de ICMS na base de PIS e COFINS referente ao período de abril de 2017 a maio de 2021, totalizando R\$8.595. Tal montante foi reconhecido no período findo em 30 de junho de 2020 na rubrica de outras receitas operacionais. A partir da decisão do STF, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de PIS e COFINS. Do montante total, R\$7,7 milhões foi considerado como não recorrente por ser referente a exercícios anteriores (2017-2020).

(5) Despesas pré-operacionais: abertura Casa Conectada em 2020, e operação na Colômbia em 2019

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

Reconciliação Lucro Líquido Ajustado (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Receita Líquida	1.070.904	1.066.582	718.045
Lucro Líquido do exercício	23.169	72.454	70.587
Margem Lucro Líquido (%)	2,16%	6,80%	9,80%
(+) Despesas IPO ¹		6.903	-

(+) Despesas M&A ²	151	-	-
(+) Remuneração Variável Baseado em Ações 3	-	7.253	11.424
(-) Excl. Crédito ICMS na Base PIS/COFINS (17-20)	- 13.015	-7.698	
(+) Despesas Pré-Operacionais 5		0	309
(-) Reversão IR e CSLL ⁶	- 51	-2.196	-3.989
Lucro Líquido Ajustado	10.254	76.715	78.331
Margem Lucro Líquido Ajustado (%)	0,96%	7,20%	10,90%

- (1) Despesas IPO: despesas não recorrentes com a tentativa de oferta pública inicial da Companhia.
- (2) Despesas M&A: despesas não recorrentes com a aquisição Munddo.
- (3) Despesas Remuneração Variável Baseado em Ações: provisões de remuneração variável baseado em ações que a Companhia trata como despesa não recorrente, pois o plano será extinto após oferta pública de ações.
- (4) Em 17 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu pela Repercussão Geral da RE 574.706 (Tema 69) que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS à partir de 15/03/2017. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, apurou o montante de ICMS na base de PIS e COFINS referente ao período de abril de 2017 a maio de 2021, totalizando R\$8.595. Tal montante foi reconhecido no período findo em 30 de junho de 2020 na rubrica de outras receitas operacionais. A partir da decisão do STF, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de PIS e COFINS. Do montante total, R\$7,7 milhões foi considerado como não recorrente por ser referente a exercícios anteriores (2017-2020).
- (5) Despesas pré-operacionais: abertura Casa Conectada em 2020, e operação na Colômbia em 2019
- (6) Reversão do IR e CSLL relativo aos ajustes do EBITDA, usando alíquota de IR e CSLL no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

Dívida Bruta, Dívida Líquida e Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado

Reconciliação Dívida Bruta e Dívida Líquida	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(em R\$ milhares, exceto %)			
(+) Empréstimos e Financiamentos	785.887	596.536	524.669
Circulante	218.820	326.680	195.861
Não Circulante	567.067	269.856	328.808

(+) Partes Relacionadas circulante (Mútuo)	-	-	-
(+) Duplicatas Descontadas circulante	-	-	-
(+/-) Instrumentos Financeiros Derivativos Líquidos	7.600	8.396	14.210
Dívida Bruta	793.487	588.140	510.459
(-) Caixa e equivalentes de caixa	152.470	38.465	37.785
(-) Investimentos de curto prazo	152.170	298.522	52.046
Dívida Líquida	488.847	251.153	420.628

Reconciliação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
(em R\$ milhares, exceto %)			
Dívida Líquida	488.847	251.153	420.628
EBITDA Ajustado	257.449	278.338	231.445
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	1,9	0,9	1,8

ROIC

Reconciliação ROIC (em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social (1)	88.792	134.499	123.295
(-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (2)	15.273	-21.852	-20.693
Lucro Operacional Depois de Impostos (A) (3)	104.065	112.646	102602
(+) Patrimônio Líquido	647.794	629.470	129.959

Média últimos 2 anos (B)	638.632	629.470	102.085
(+) Dívida Bruta	793.487	588.140	510.459
Média últimos 2 anos (C)	690.814	588.140	435.256
(-) Caixa e equivalentes de caixa	- 152.470	-38.465	-37.785
Média últimos 2 anos (D)	- 95.468	-38.465	-33.007
(-) Investimentos de curto prazo (E)	- 152.170	-298.522	-52.046
Média últimos 2 anos (E)	- 225.346	-298.522	-28.088
Capital Investido (F = B + C + D + E)	1.008.632	715.605	476.246
ROIC (A / F)	10,32%	15,70%	21,50%

(1) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(2) Saldos divulgados considerando o período de doze meses.

(3) NOPAT: Net Operating *Profit After Taxes* ou Lucro Operacional Líquido Após os Impostos.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Vendas Totais

As Vendas Totais é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa a somadas vendas faturadas. No caso de valores recebidos pela Companhia em razão de locações no modelo TaaS, considera-se como Venda Total o valor integral de locação considerando o período integral do respectivo contrato. A Receita Bruta da Companhia considera a aplicação dos critérios contábeis de reconhecimento de receitas de acordo com a evolução da competência de cada contrato. As Vendas Totais demonstram de forma direta o resultado do esforço e desempenho comercial e operacional da Companhia no atendimento à demanda de nossos clientes. Vendas Totais não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não deve ser considerada como substituto para o fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparável a medidas contábeis semelhantes fornecidas por outras companhias.

Valor Médio de Novos Contratos TaaS



O Valor Médio de Novos Contratos TaaS é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e representa o Valor Total dos novos contratos vendidos na modalidade TaaS no período dividido pela quantidade total de contratos vendidos no mesmo período.

A Companhia apresenta o Valor Médio de Novos Contratos TaaS como indicador de eficiência de vendas (venda de serviços agregados).

EBITDA

A Companhia entende que o EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente sua condição financeira e do resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustada

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses)

A Companhia apresenta a Margem EBITDA Ajustada LTM (*Last Twelve Months* – últimos 12 meses) como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional do período dos últimos 12 meses, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Além disso, a Margem EBITDA Ajustada LTM demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta o Lucro Líquido ajustado como forma de avaliação do seu rendimento real, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado.

O Lucro Líquido Ajustado considera o ajuste com as despesas de remuneração variável baseado em ações não recorrentes e a reversão do IR e CSLL, no total de 34%, que incidiria sobre o Lucro antes de impostos.

Margem Lucro Líquido Ajustado

A Companhia apresenta a Margem Lucro Líquido Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro para os acionistas, pois é uma medida não contábil de resultado que expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado nos períodos em questão.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

Entendemos que a Dívida Bruta e a Dívida Líquida, indicadores não contábeis utilizados pela nossa administração, são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

ROIC

A Companhia apresenta o ROIC (*Return on Invested Capital* ou Retorno sobre o Capital Investido) como medida de retorno sobre o capital investido da Companhia, ou seja, considera o capital empregado para as atividades da Companhia.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não aplicável.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

a) regras sobre retenção de lucros

A retenção de lucros é uma decisão que Companhia pode tomar com o objetivo de financiar suas operações futuras. Ao deixar de distribuir os lucros a seus acionistas, a Companhia se capitaliza e torna o seu capital próprio maior, melhora sua estrutura de capitais e financia seu crescimento com recursos próprios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reteve R\$2.584.810,76.

b) regras sobre distribuição de dividendos

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

c) periodicidade das distribuições de dividendos

A periodicidade é uma vez ao ano.

d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

iii) contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:



a) investimentos, incluindo:

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Parte importante da estratégia da Companhia é o modelo de vendas TaaS no qual o cliente aluga o bem ao invés de comprar e realizar investimentos em ativo imobilizado. Esse modelo requer que a Companhia faça investimentos constantes em ativos imobilizado, o que justifica o incremento em nosso imobilizado líquido (i.e. valor de aquisição do bem, menos as baixas por vendas ou descarte e depreciação), o qual era de R\$345.930 mil em 31 de dezembro de 2020, de R\$419.205 mil em 31 de dezembro de 2021, e de R\$444.839 mil em 31 de dezembro de 2022.

Pretendemos continuar expandindo o modelo de vendas TaaS pois acreditamos que esse modelo gera benefícios para nossos clientes e também para a Companhia. Como consequência da continuidade dessa estratégia, devemos continuar incrementando o imobilizado líquido da Companhia, porém em função da velocidade de crescimento das vendas advindas do modelo TaaS.

Os investimentos futuros serão consequência do crescimento e penetração do modelo TaaS em todas as nossas linhas de negócio.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende manter suas fontes atuais de financiamento, quais sejam: (i) recursos próprios e (ii) recursos de terceiros (empréstimos) contraídos com a finalidade específica de expansão para compra de ativo imobilizado (Capex) e expansão do modelo TaaS.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia adquiriu ativos da Axyon em 2018 e a totalidade do capital social da Munddo em 2019. Essas aquisições foram importantes do ponto de vista de ampliação do portfólio de produtos e serviços. Conseguimos integrar essas operações a nossa estrutura sem qualquer evento material e de forma rápida. Em



2020 observamos expressiva evolução nas vendas dos produtos dessas duas empresas que representaram mais do 4 vezes a soma das receitas das duas empresas em 2018.

c) novos produtos e serviços, indicando:

v) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

vi) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

vii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

viii) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não aplicável.



2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA AS ATIVIDADES DA COMPANHIA

A Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, observou que o maior desafio enfrentado durante esse período esteve atrelado ao aumento nos prazos de entregas das mercadorias, quanto no que diz respeito ao aumento de custo com frete, em consequência a nova variante Ômicron no início de 2022.

Apesar da dificuldade observada em alguns setores, como o setor logístico, a Companhia evitou a ruptura de sua produção através de um aumento na quantidade de produtos, componentes e matérias primas adquiridos usualmente, construindo assim um estoque de segurança. De acordo com as políticas operacionais da Companhia, os centros logísticos da Companhia no Panamá e em Ilhéus (BA) estavam abastecidos durante a pandemia de COVID-19. Como consequência do aumento da demanda pelos nossos serviços, a Companhia utilizou grande parte de seu estoque de segurança para suprir a falta de envio de materiais no início da pandemia de COVID-19. Dessa forma, conseguimos manter o suprimento de mercadorias e matérias primas durante o período de maior criticidade da pandemia de COVID-19 sem impactar as operações.

A Companhia seguiu observando atentamente o desenvolvimento desse assunto, bem como seus possíveis efeitos nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

ANEXO C: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA
COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Livotech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	9
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	12
Demonstrações do valor adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas
Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu receitas operacionais no montante de R\$ 1.229.623 e R\$ 1.258.719, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa 23. As receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) das receitas com vendas de mercadorias que devem ser reconhecidas quando a Companhia satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo um bem ou serviço prometido a um cliente. A Companhia reconhece a receita no momento em que os itens são entregues para os clientes e a obrigação de desempenho é cumprida (transferência do risco); e (ii) das receitas com locação de equipamentos, reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato de locação.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, quer seja pela entrega das mercadorias efetivamente ou apropriação da receita com locação, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício (“corte das vendas”).

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista os riscos de que uma receita seja reconhecida, antes da transferência dos riscos e benefícios para o cliente e do cumprimento da obrigação de desempenho.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros:

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas de mercadorias;
- Consideramos nos testes relacionados a receita da venda de mercadoria em uma extensão dos testes de detalhe maior do que se o risco não existisse;
- Realizamos procedimentos de teste de corte da receita de forma extensiva, com a alocação da materialidade proporcionalmente à população de teste;
- Realizamos análises sobre os valores faturados e as respectivas saídas de mercadorias no estoque da Companhia;

- Recálculo da receita do período para uma amostra de contratos de locação, considerando especificidades contratuais;
- Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da receita;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas incluídas na nota explicativa 23 das demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios utilizados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S Ltda.
CRC-SP034519/O

Bruno Mattar Galvão
Contador CRC-SP267770/O

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	147.413	32.603	152.470	38.465
Investimentos de curto prazo	5.2	152.170	298.522	152.170	298.522
Contas a receber, líquidas	6	189.035	161.316	195.944	163.719
Impostos a recuperar	7.1	63.519	48.464	64.470	49.010
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	6.480	-	6.480
Estoques	8	298.564	244.395	310.034	259.361
Adiantamentos a fornecedores	12	49.537	73.509	53.104	73.721
Partes relacionadas	22	12.382	10.366	-	-
Despesas antecipadas		927	1.113	927	1.113
Total do ativo Circulante		913.547	876.768	929.119	890.391
Não circulante					
Contas a receber, líquidas	6	155.312	95.691	155.312	95.691
Depósitos judiciais		109	109	109	109
Instrumentos financeiros derivativos	27	581	9.091	581	9.091
Impostos diferidos	7.2	26.330	17.440	26.635	17.496
Ativo de direito de uso	17	1.832	3.001	1.832	3.001
Investimento	9	9.945	6.399	-	-
Imobilizado, líquido	10	444.740	419.059	444.839	419.205
Intangível, líquido	11	80.194	56.849	80.196	56.852
Total do ativo não circulante		719.043	607.639	709.504	601.445
Total do ativo		1.632.590	1.484.407	1.638.623	1.491.836

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	137.000	192.643	142.112	199.444
Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	4.617	8.220	4.825	8.318
Impostos a recolher	15	6.317	1.499	6.435	2.050
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	218.820	326.680	218.820	326.680
Dividendos a pagar	20	862	11.252	862	11.252
Instrumentos financeiros derivativos	27	7.674	7.175	7.674	7.175
Arrendamentos mercantis	17	969	2.228	969	2.228
Partes relacionadas	22	125	232	125	232
Outras obrigações	18	39.554	33.509	40.149	33.488
Receita diferida		-	437	-	437
		415.938	583.875	421.971	591.304
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	567.067	269.856	567.067	269.856
Instrumentos financeiros derivativos	27	507	-	507	-
Provisões para demandas judiciais	19	378	362	378	362
Arrendamentos mercantis	17	906	844	906	844
		568.858	271.062	568.858	271.062
Patrimônio líquido					
Capital social	20	301.397	297.591	301.397	297.591
Ações em tesouraria	20	(7.044)	-	(7.044)	-
Reservas de capital	20	236.632	236.632	236.632	236.632
Reservas de lucro	20	116.734	94.427	116.734	94.427
Outros resultados abrangentes	20	75	820	75	820
		647.794	629.470	647.794	629.470
Total do passivo e patrimônio líquido		1.632.590	1.484.407	1.638.623	1.491.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	23	1.042.018	1.043.742	1.070.905	1.066.582
Custo das vendas e serviços	24	(800.437)	(754.085)	(823.248)	(771.722)
Lucro bruto		241.581	289.657	247.657	294.860
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com pessoal	25	(50.695)	(57.723)	(52.933)	(58.808)
Despesas comerciais	25	(79.205)	(71.589)	(81.271)	(72.340)
Despesas gerais e administrativas	25	(16.454)	(27.094)	(17.459)	(27.817)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	25	(6.904)	194	(7.206)	(1.396)
Equivalência patrimonial	9	(609)	49	-	-
		(153.867)	(156.163)	(158.869)	(160.361)
Lucro antes do resultado financeiro, impostos de renda e contribuição social		87.714	133.494	88.788	134.499
Receitas financeiras		164.078	94.768	164.590	94.846
Despesas financeiras		(243.615)	(134.359)	(245.484)	(135.039)
Resultado financeiro	26	(79.537)	(39.591)	(80.894)	(40.193)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		8.177	93.903	7.894	94.306
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	6.102	(23.658)	6.187	(24.061)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	8.890	2.209	9.088	2.209
Lucro do exercício		23.169	72.454	23.169	72.454
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores				23.169	72.454
Acionistas não controladores				-	-
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores (Expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico e diluído por ação	20.7			0,3602	1,3555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	23.169	72.454	23.169	72.454
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para o resultado				
Ajuste de conversão de balanço	(745)	752	(745)	752
Resultado abrangente do exercício	22.424	73.206	22.424	73.206
Atribuíveis a:				
Acionistas controladores			22.424	73.206
Acionistas não controladores			-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social			Reserva de capital	Reserva de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Ações em tesouraria	Ágio Subscrição	Reserva Legal	Subvenção Investimento	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	86.666	-	-	10.000	6.363	11.961	14.901	68	-	129.959
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	72.454	72.454
Aumento de capital social	226.632	-	-	-	-	-	-	-	-	226.632
Gastos com emissão de ações	-	(15.707)	-	-	-	-	-	-	-	(15.707)
Ágio na subscrição das ações	-	-	-	226.632	-	-	-	-	-	226.632
Destinação do Lucro:										
Reserva legal	-	-	-	-	3.623	-	-	-	(3.623)	-
Subvenção para investimento	-	-	-	-	-	23.825	-	-	(23.825)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.252)	(11.252)
Destinação a reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	33.754	-	(33.754)	-
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	-	-	-	752	-	752
Saldo em 31 de dezembro de 2021	313.298	(15.707)	-	236.632	9.986	35.786	48.655	820	-	629.470
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	23.169	23.169
Aumento de capital social	4.593	-	-	-	-	-	-	-	-	4.593
Gastos com emissão de ações	-	(787)	-	-	-	-	-	-	-	(787)
Ações em tesouraria	-	-	(7.044)	-	-	-	-	-	-	(7.044)
Destinação do Lucro:										
Reserva legal	-	-	-	-	1.158	-	-	-	(1.158)	-
Subvenção para investimento	-	-	-	-	-	54.826	(36.262)	-	(18.564)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(862)	(862)
Destinação a reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	2.585	-	(2.585)	-
Ajuste de conversão de balanço	-	-	-	-	-	-	-	(745)	-	(745)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	317.891	(16.494)	(7.044)	236.632	11.144	90.612	14.978	75	-	647.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	23.169	72.454	23.169	72.454
Depreciação e amortização	168.463	137.349	168.507	137.382
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	27.599	25.945	27.642	25.949
Provisão para obsolescência de estoques	1.868	(877)	1.846	(701)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	16	(7)	16	(7)
Marcação a mercado de derivativos	28.397	(13.047)	28.397	(13.047)
Resultado de equivalência patrimonial	609	(49)	-	-
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(23.618)	(8.102)	(23.618)	(8.102)
Despesas de juros e variação cambial	99.502	57.416	100.324	56.459
Despesas de ajuste a valor presente	15.069	8.345	15.069	8.345
Baixa de ativo imobilizado e intangível	1.543	361	1.554	361
Despesa com remuneração baseada em ação	-	7.253	-	7.253
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.102)	23.658	(6.187)	24.061
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(8.890)	(2.209)	(9.088)	(2.265)
Redução (aumento) dos ativos:				
Contas a receber	(130.419)	(86.233)	(134.968)	(87.637)
Impostos a recuperar	(15.055)	(27.579)	(15.460)	(26.248)
Estoques	(53.121)	(110.223)	(49.603)	(120.765)
Adiantamentos a fornecedores e depósitos judiciais	20.742	(38.029)	17.387	(37.067)
Despesas antecipadas	186	(931)	186	(930)
Liquidação de derivativos	(12.401)	4.651	(12.401)	4.651
Aumento (redução) dos passivos:				
Fornecedores	(69.268)	54.200	(71.465)	56.295
Impostos a recolher	15.433	(11.564)	15.034	(13.227)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(3.603)	(23.231)	(3.493)	(23.204)
Receita diferida	(437)	(7.545)	(437)	(7.545)
Partes relacionadas	(107)	(77)	(107)	(77)
Outras obrigações	6.045	(11.378)	6.661	(11.679)
Pagamento de juros	(84.972)	(52.454)	(84.972)	(52.454)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(4.513)	(17.691)	(4.513)	(17.691)
Pagamento de processos judiciais e outros	-	(110)	-	(110)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais:	(3.865)	(19.704)	(10.520)	(29.546)

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Atividades de investimentos:				
Mútuo ativo com partes relacionadas	(2.016)	(7.092)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(216.506)	(227.013)	(216.513)	(227.049)
Aumento de capital em investida	(4.586)	(3.330)	-	-
Aplicação em investimento de curto prazo	(863.250)	(564.209)	(863.250)	(564.209)
Resgates dos investimentos de curto prazo	1.033.220	325.835	1.033.220	325.835
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos:	(53.138)	(475.809)	(46.543)	(465.423)
Atividades de financiamentos:				
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	488.008	275.461	488.008	275.461
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(299.126)	(200.040)	(299.126)	(200.040)
Pagamento de obrigações por arrendamento mercantil	(2.579)	(3.075)	(2.579)	(3.075)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(11.252)	(15.006)	(11.252)	(15.006)
Oferta pública inicial de ações - IPO		437.557		437.557
Aumento de capital e reservas - Follow-on 400 - Nota (22.1)	3.806	-	3.806	-
Recuperação de ações - Nota (22.2)	(7.044)	-	(7.044)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento:	171.813	494.897	171.813	494.897
	114.810	(616)	114.750	(72)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	-	-	(745)	752
Variação no caixa líquido da Companhia	114.810	(616)	114.005	680
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32.603	33.219	38.465	37.785
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	147.413	32.603	152.470	38.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Venda de mercadoria, produtos e serviços	1.192.889	1.215.402	1.222.016	1.240.554
Outras receitas	-	8.778	199	8.778
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(27.599)	(25.945)	(27.642)	(25.945)
Insumos adquiridos de terceiros	1.165.290	1.198.235	1.194.573	1.223.387
Custo produtos, mercadorias e serviços vendidos	(604.202)	(595.728)	(627.012)	(615.420)
Materiais, energia, serviço terceiros, outros	(86.241)	(82.154)	(91.007)	(84.970)
Perda/ Recuperação de valores ativos	(1.868)	877	(1.846)	877
Outros	(2.445)	(2.237)	(2.852)	(2.670)
	(694.756)	(679.242)	(722.717)	(702.183)
Valor adicionado bruto	470.534	518.993	471.856	521.204
Retenções				
Depreciação e amortização	(168.463)	(137.349)	(168.507)	(137.382)
Valor adicionado líquido produzido	302.071	381.644	303.349	383.822
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(609)	49	-	-
Receitas financeiras	164.078	63.697	164.590	63.697
Outras	2.489	33.515	2.489	33.515
Valor adicionado total a distribuir	468.029	478.905	470.428	481.034
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	35.262	39.519	36.302	40.054
Participação dos empregados nos lucros	91	3.705	91	3.705
Benefícios	6.377	6.443	7.482	6.958
FGTS	2.548	2.218	2.548	2.218
Outros	1.18	606	1.297	643
	45.476	52.491	47.720	53.578
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	126.049	175.685	126.082	176.379
Estaduais	8.358	22.307	8.358	22.307
Municipais	25.181	25.755	25.195	25.755
	159.588	223.747	159.635	224.441
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variação cambial	239.700	130.060	239.736	130.073
Aluguéis	96	153	168	488
Outros	-	-	-	-
	239.796	130.213	239.904	130.561
Remuneração de capitais de próprios				
Dividendos e juros sobre capital próprio	862	11.252	862	11.252
Lucro retido no período	22.307	61.202	22.307	61.202
	23.169	72.454	23.169	72.454
Valor adicionado total a distribuir	468.029	478.905	470.428	481.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), ou WDC Networks, que está listada no Novo Mercado da B3 S.A com símbolo LVTC3, sediada na Cidade de Ilhéus, Estado da Bahia, na Rodovia BA-262, Ilhéus x Uruçuca, s/nº, Km 2,8, Quadra A, Bairro Iguape, Polo de Informática de Ilhéus, CEP 45658-335, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.486/0001-40, é uma empresa de tecnologia, que importa, industrializa e comercializa produtos de Telecomunicações (fibra ótica, FTTH), Data Center, Áudio e Vídeo Profissional, Segurança Eletrônica, Comunicações Unificadas, Segurança da Informação, Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica entre outras.

A Companhia atua no Brasil desde 2004 na venda de produtos de nichos de mercado com altas taxas de crescimento, e tem um modelo de negócio inovador TaaS – Technology as a Service, que consiste em comercializar qualquer das tecnologias no formato de locação (OPEX).

Além de sua sede na cidade de Ilhéus-BA, possui ainda um centro de distribuição em Salvador-BA, uma unidade fabril em Extrema-MG, escritório comercial em São Paulo e presença internacional em Bogotá, Colômbia, Cidade do Panamá, Panamá e Miami, USA.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), moeda funcional e de apresentação.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e concluiu de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A Administração da Companhia autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 28 de fevereiro de 2023.

As práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2.1. Base de Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de regular as políticas financeiras e operacionais que geralmente acompanham uma participação de mais do que metade dos direitos a voto. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Elas deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle termina.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

2.1. Base de Consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendem as informações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O exercício social das controladas é coincidente com o da Controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme por todas as entidades consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, apresentadas a seguir:

Controladas	Porcentagem de participação	
	2022	2021
Livotech Colombia, S.A.S ("WDC Colombia")	100%	100%
Wdchnet Usa, Corp ("WDC US")	100%	100%
Livotech Panamá, S.A ("WDC Panamá")	100%	100%
Livotech Franchising Administração Ltda ("Franchising")	100%	100%

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
-

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

A Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos Telecom, Solar e Enterprise. As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e demais contas a receber.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros podem ser classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia registra grande parte de seus ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa (vide Nota 27).

Ativos financeiros ao valor justo

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se:

- a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal;
- b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e
- c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado.

Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado.

Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e; (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre; (i) o valor do ativo, e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3.24.
- Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato - Nota 6.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros -- continuação

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses).

Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica aos fornecedores, empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos. Para mais informações, vide Nota 27.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

Reconhecimento e mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Os equivalentes de caixa são mensurados, após o reconhecimento inicial, ao custo amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

3.5 Estoque

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido dos tributos recuperáveis, que não excede o valor de sua realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

3.6 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.8. Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, reduzidos pela amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis—Continuação

3.8. Ativos Intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.9. Investimentos em controladas (na Controladora)

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

3.10. Distribuição de Lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios previstos em Lei estão demonstrados nos balanços patrimoniais como dividendos a pagar. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, são demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis—Continuação

3.11. Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

3.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.13. Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Impostos e contribuições -- continuação

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Impostos e contribuições -- continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Imposto sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,6%.

3.14. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar.

Crédito Presumido ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de Crédito Presumido de 100% do ICMS devido sobre as vendas de produtos industrializados em sua matriz, localizada no Polo de Informática de Ilhéus/BA, que poderá ser prorrogado até 2032.

Sobre os produtos importados para revenda (sem industrialização), a carga tributária será de 3,5% de ICMS para vendas dentro do Estado da Bahia, e 1% para operações interestaduais, que poderá ser prorrogado até 2032.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Subvenções e assistências governamentais--Continuação

Condições:

- Renovação anual da habilitação ao incentivo;
- Aprovação dos projetos industriais pelo Conselho do Programa de Promoção ao Desenvolvimento da Bahia - PROBAHIA
- Comprovação de faturamento da produção na unidade equivalente à, no mínimo, 5% do total da empresa, a partir do 6º ano de produção efetiva;
- Ter realizado investimento de 70%, no mínimo, de seu projeto industrial;
- Manter regularidade fiscal perante à Sefaz/BA;
- Possuir Certificado "ISO 9.000" ou posterior;
- Contribuir anualmente, até 31 de março do ano subsequente, com 0,5% (no mínimo) do valor de vendas dos produtos industrializados alcançados pelo benefício, para o Programa INOVATEC;
- Efetuar, a partir de janeiro de 2009, em território baiano o desembaraço aduaneiro de, no mínimo, 15% (quinze por cento) das importações que realizar;

Sudene

A Companhia também possui incentivo fiscal de Redução do IRPJ Principal (15%) e adicional (10% da parcela excedente à R\$240 Mil anuais) de 75% calculados sobre o Lucro de Exploração.

Condições:

- Cumprimento das Legislações trabalhista, social e ambiental;
- Apresentação anual das declarações de rendimentos apresentando as reduções;
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas, do valor do imposto relativo à redução;
- Fornecer informações anuais na pesquisa anual de Incentivos da SUDENE;
- Apresentação anual à SUDENE (até 31/12 de cada exercício) de Certidão de regularidade de tributos federais e previdenciário;

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Subvenções e assistências governamentais--Continuação

- Prova documental da contabilização do valor resultante da redução concedida, em conformidade com a legislação vigente.
- Homologação anual na RFB do Laudo de incentivos da SUDENE.

A reserva por hora constituída poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal; ii) aumento de capital social.

3.15. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são avaliados e, quando necessário e relevante, são ajustados a seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxa de juros explícitas ou implícitas. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, registrou ajustes a valor presente sobre o Contas a Receber e Fornecedores.

3.16. Transações em moeda estrangeira

Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Transações em moeda estrangeira--Continuação

Controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de médias. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes.

3.17. Receita de contratos com clientes

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do CPC 47/IFRS 15 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

a) Venda de produtos

A receita por venda de mercadorias é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do equipamento na localidade física indicada pelo cliente, conforme os termos de venda acordados.

b) Locação

A Companhia e suas controladas auferem receitas de venda com locação de equipamentos e software (TaaS) ao longo do prazo de vigência de cada contrato, sendo a obrigação de desempenho cumprida ao longo do período de contrato.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.18. Arrendamento

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.18. Arrendamento--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendadora

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel.

Para os contratos de arrendamento em que o prazo de recebimento é inferior ao tempo de contrato, a Companhia reconhece uma receita diferida no passivo que representa o montante dos recebimentos antecipados, os quais são reconhecidos no resultado ao longo do prazo do arrendamento.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.19. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

3.20. Mensuração a valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros contabilizados a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Outrossim, os valores justos de instrumentos financeiros mensurados a custo amortizado são divulgados na Nota 29.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.20. Mensuração a valor justo--Continuação

- Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

3.21. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.21. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

3.22. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Novos pronunciamentos contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1)

As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:

- Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato;
- Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e
- Referências à Estrutura conceitual.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022.

Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que o Grupo não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Novos pronunciamentos contábeis--continuação

Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido

A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

Referências à Estrutura conceitual

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

De acordo com as disposições transitórias, o Grupo aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial).

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Novos pronunciamentos contábeis--continuação

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período.

IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por não ser um adotante pela primeira vez.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola)

A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Novos pronunciamentos contábeis--continuação

Pronunciamentos contábeis emitidos, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.23. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.24. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatário)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.24. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

a) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b) *Provisão para perdas esperadas para contas a receber e ativos de contrato*

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia em relação aos últimos 24 meses. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.24. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

c) Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado).

d) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas. Para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) Recuperabilidade de Impostos diferidos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a realização dos ativos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide Nota 21.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

3.25. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

4. Eventos especiais ocorridos durante o exercício

4.1. Efeito do Novo Coronavírus das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Companhia tem realizado acompanhamento constante relacionado à estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como à lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

A Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD, impactos do aumento de taxas de juros, recuperabilidade dos ativos de longo prazo, realização dos ativos diferidos, aquisições de estoques, entre outros, e julgou que os potenciais efeitos não devem afetar as projeções de médio e longo prazos a ponto de prejudicar a realização dos saldos ou impactar as operações.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalente de caixa	16.962	32.603	22.019	38.465
Aplicações financeiras (a)	130.451	-	130.451	-
Total	147.413	32.603	152.470	38.465

- (a) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) eram remuneradas por uma taxa média de 103% do CDI (105% do CDI em 31 de dezembro de 2021) com liquidez diária resgatáveis junto ao próprio emissor, sem perda significativa de valor.

5.2. Investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Certificados de depósitos bancários (b)	152.170	298.522	152.170	298.522
Total	152.170	298.522	152.170	298.522

- (b) Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) eram remuneradas por uma taxa média de 103% do CDI (105% do CDI em 31 de dezembro de 2021) com prazo médio de resgates de 6 meses.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber venda mercadoria	302.125	229.536	309.077	231.939
Contas a receber locação	122.325	79.975	122.325	79.975
Contas a receber bruto	424.450	309.511	431.402	311.914
Provisão para perdas de crédito esperadas	(80.103)	(52.504)	(80.146)	(52.504)
Total	344.347	257.007	351.256	259.410
Circulante	189.035	161.316	195.944	163.719
Não circulante	155.312	95.691	155.312	95.691

Movimentação das provisões para perdas de crédito esperadas:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	(26.558)	(26.558)
Adições	(25.946)	(25.946)
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	(52.504)	(52.504)
Adições	(27.599)	(27.642)
Baixas	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	(80.103)	(80.146)

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (aging list) em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos a vencer	306.386	227.366	313.338	229.769
Títulos vencidos de - 0 a 30 dias	26.366	12.313	26.366	12.313
Títulos vencidos de - 31 a 90 dias	9.838	9.352	9.838	9.352
Títulos vencidos de - 91 a 180 dias	7.877	9.497	7.877	9.497
Títulos vencidos de - 181 a 270 dias	6.135	10.072	6.135	10.072
Títulos vencidos de - 271 a 365 dias	6.737	8.147	6.737	8.147
Títulos vencidos acima de 365 dias	61.111	32.764	61.111	32.764
Total	424.450	309.511	431.402	311.914

A Companhia possui como linha de negócios a locação de equipamentos. Tais locações tem prazo médio de 60 meses e os aluguéis mínimos são fixos, sujeitos a reajuste anual conforme índice de inflação.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

Os recebimentos mínimos futuros de tais locações estão demonstrados abaixo:

Controladora e Consolidado		
Recebimentos mínimos de locação	2022	2021
2022	-	233.885
2023	279.786	160.394
2024	218.925	106.948
2025	166.692	71.143
2026	102.122	19.050
2027	40.066	-
2028	755	-
Total	808.346	591.420

Tais contratos de locação geraram receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$293.447 (R\$288.930 em 31 de dezembro de 2021), e estão divulgadas na Nota 23.

7. Impostos a recuperar e diferidos

7.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRRF a recuperar	5.228	439	5.228	439
IRPJ e CSLL a compensar (b)	21.549	8.663	21.549	8.663
PIS e COFINS a recuperar	10.254	12.651	10.254	12.651
ICMS a compensar	22.900	23.122	22.900	23.122
IPI a compensar	2.933	3.479	2.933	3.479
PIS e COFINS Diferido	-	17	-	17
Outros (a)	655	93	1.606	639
Total	63.519	48.464	64.470	49.010

- a) Os saldos de 2022 são decorrentes de: Imposto de Importação R\$ 74, INSS R\$ 21 Processo RFB R\$ 560, IVA Colômbia de R\$951. Os saldos de 2021 são decorrentes de: Imposto de Importação R\$ 22, INSS R\$ 21Pis, Cofins e CSLL R\$50 e IVA Colômbia de R\$546.
- b) A Companhia reconheceu durante o exercício créditos referentes a subvenções para investimentos que, conforme previsto em lei, são excluídas da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para maiores informações vide Nota 20.5.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

7. Impostos a recuperar e diferidos--Continuação

7.2. Impostos diferidos

	Controladora e Consolidado			
	2022	2021	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para devedores duvidosos	12.294	10.160	12.599	10.216
Ajuste a valor presente contas a receber	8.678	3.416	8.678	3.416
Provisão de perda por desvalorização de estoque	4.812	3.397	4.812	3.397
Derivativos – Swap	766	233	766	233
Provisão de deságio na venda de crédito acumulado de ICMS	753	436	753	436
Provisão para contingências fiscais	129	123	129	123
Outros	-	100	-	100
Tributos ativos	27.432	17.865	27.737	17.921
Ajuste a valor presente das contas a pagar	(522)	-	(522)	-
Amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da Munddo	(580)	(425)	(580)	(425)
Tributos passivos	(1.102)	(425)	(1.102)	(425)
Ativo fiscal diferido, líquido	26.330	17.440	26.635	17.496

7.2.1. Estimativa de realização dos impostos diferidos ativos

	Tributos e contribuições sociais diferidos	
	Controladora	Consolidado
2023	5.152	5.457
2024	6.122	6.122
2025	4.244	4.244
2026	3.650	3.650
2027	8.264	8.264
Total	27.432	27.737

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Matérias-primas	20.370	13.465	20.370	13.465
Mercadorias	183.694	113.678	195.553	118.472
Estoque em trânsito	40.679	72.710	45.443	83.057
Produtos acabados	24.468	38.900	24.468	38.900
Software para revenda	43.507	17.928	43.507	17.928
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(14.154)	(12.286)	(14.307)	(12.461)
Total	298.564	244.395	310.034	259.361

	Provisão Obsoletos	
	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	(13.162)	(13.162)
Adições	(9.436)	(9.611)
Reversões	10.312	10.312
Em 31 de dezembro de 2021	(12.286)	(12.461)
Adições	(11.926)	(11.926)
Reversões	10.058	10.080
Em 31 de dezembro de 2022	(14.154)	(14.307)

9. Investimento

	Controladora	
	2022	2021
Wdc Us	3.060	1.648
Wdc Colômbia	2.593	4.679
Panamá	4.481	23
Franchising	(189)	49
	9.945	6.399

Abaixo demonstramos as principais informações financeiras das controladas:

Controladas	Percentual de participação	2022		
		Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Wdc Us	100%	3.060	18.480	1.480
Colômbia	100%	2.593	21.104	(1.258)
Panamá	100%	4.481	3.661	(594)
Franchising	100%	(189)	135	(237)
Total		9.945	43.380	(609)

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

9. Investimento—Continuação

2021				
Controladas	Percentual de participação	Patrimônio Líquido	Receita Líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Wdc Us	100%	1.648	4.012	128
Colombia	100%	4.679	18.372	418
Panamá	100%	23	2.500	(496)
Franchising	100%	49	-	(1)
Total		6.399	24.884	49

A movimentação dos investimentos é como segue:

Movimentação de investimentos	Wdc Usa	Wdc Colômbia	Wdc Panamá	Wdc Franchising	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.414	598	497	-	2.509
Aumento de capital	-	3.280	-	50	3.330
Equivalência patrimonial	128	418	(496)	(1)	49
Variação cambial investimento (a)	(238)	(465)	(49)	-	(752)
Outras variações	344	848	71	-	1.263
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.648	4.679	23	49	6.399
Aumento de capital	-	-	4.586	-	4.586
Resultado do exercício	1.480	(1.258)	(594)	(237)	(609)
Variação cambial investimento (a)	(15)	(1.093)	364	(1)	(745)
Outras variações	(53)	265	102	-	314
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.060	2.593	4.481	(189)	9.945

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi gerado um valor de R\$ (745) (R\$ 752 em 31 de dezembro de 2021) relativo aos efeitos da variação cambial derivados da conversão para reais das demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior, originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (USD) e pesos colombianos (COP). Estes efeitos são registrados como "Outros Resultados Abrangentes" no Patrimônio Líquido.

10. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não tem bens penhorados ou bloqueados judicialmente, nem bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos, exceto pelos bens objeto de arrendamento financeiro.

A Companhia avaliou a vida útil-econômica do ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos ao término de cada exercício uma vez que não ocorreu alteração relevantes nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado da Companhia:

	Controladora							Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Produtos para locação	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	
Taxa anual de depreciação (%)	10%	20%	20%	20%	10%	4%	20%	
Em 31 de dezembro de 2020	694	829	395	341.609	247	562	1.451	345.787
Adições	111	503	-	191.802	128	80	79	192.703
Baixas	-	-	(139)	(222)	-	-	-	(361)
Depreciação	(112)	(352)	(95)	(118.187)	(43)	(250)	(31)	(119.070)
Em 31 de Dezembro de 2021	693	980	161	415.002	332	392	1.499	419.059
Adições	589	605	-	171.881	433	-	24	173.532
Baixas	(1)	-	(115)	(1.175)	-	(252)	-	(1.543)
Depreciação	(130)	(595)	(39)	(144.602)	(67)	(140)	(735)	(146.308)
Em 31 de dezembro de 2022	1.151	990	7	441.106	698	-	788	444.740
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	1.492	2.492	483	699.064	548	641	1.703	706.423
Depreciação acumulada	(799)	(1.512)	(322)	(284.062)	(216)	(249)	(204)	(287.364)
Valor residual líquido	693	980	161	415.002	332	392	1.499	419.059
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	2.080	3.098	369	846.623	982	389	1.727	855.268
Depreciação acumulada	(929)	(2.108)	(362)	(405.517)	(284)	(389)	(939)	(410.528)
Valor residual líquido	1.151	990	7	441.106	698	-	788	444.740
	Consolidado							Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Produtos para locação	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros	
Taxa anual de depreciação (%)	10%	20%	20%	20%	10%	4%	10%	
Em 31 de dezembro de 2020	721	945	395	341.609	247	562	1.451	345.930
Adições	100	550	-	191.802	128	80	79	192.739
Baixas	-	-	(139)	(222)	-	-	-	(361)
Depreciação	(117)	(380)	(95)	(118.187)	(43)	(250)	(31)	(119.103)
Em 31 de Dezembro de 2021	704	1.115	161	415.002	332	392	1.499	419.205
Adições	594	607	-	171.881	433	-	24	173.539
Baixas	(1)	(10)	(115)	(1.175)	-	(252)	-	(1.553)
Depreciação	(134)	(635)	(39)	(144.602)	(67)	(140)	(735)	(146.352)
Em 31 de dezembro de 2022	1.163	1.077	7	441.106	698	-	788	444.839
Em 31 de Dezembro de 2021								
Custo	1.503	2.661	483	699.064	548	641	1.703	706.603
Depreciação acumulada	(804)	(1.541)	(322)	(284.062)	(216)	(249)	(204)	(287.398)
Valor residual líquido	699	1.120	161	415.002	332	392	1.499	419.205
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	2.101	3.253	369	846.623	982	389	1.727	855.444
Depreciação acumulada	(938)	(2.176)	(362)	(405.517)	(284)	(389)	(939)	(410.605)
Valor residual líquido	1.163	1.077	7	441.106	698	-	788	444.839

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

11. Intangível

	Licenças de software	Software para Locação	Carteira de clientes	Ágio Incorporação (a)	Marcas e Patentes	Total
Controladora						
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	27%	Indefinido	20%	
Em 31 de dezembro de 2020	1.777	26.582	7.320	2.275	15	37.969
Adições	959	33.348	-	-	3	34.310
Amortização	(1.446)	(9.334)	(4.650)	-	-	(15.430)
Em 31 de dezembro de 2021	1.290	50.596	2.670	2.275	18	56.849
Adições	115	42.849	-	-	10	42.974
Baixas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(710)	(16.239)	(2.670)	-	(10)	(19.629)
Em 31 de dezembro de 2022	695	77.206	-	2.275	18	80.194
Consolidado						
Taxa anual de amortização (%)	20%	20%	27%	Indefinido	20%	
Em 31 de dezembro de 2020	1.780	26.582	7.320	2.275	15	37.972
Adições	959	33.348	-	-	3	34.310
Amortização	(1.446)	(9.334)	(4.650)	-	-	(15.430)
Em 31 de dezembro de 2021	1.293	50.596	2.670	2.275	18	56.852
Adições	115	42.849	-	-	10	42.974
Baixas	(1)	-	-	-	-	(1)
Amortização	(710)	(16.239)	(2.670)	-	(10)	(19.629)
Em 31 de dezembro de 2022	697	77.206	-	2.275	18	80.196

(a) Ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Munddo.

12. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores nacionais (a)	8.941	3.747	12.508	3.959
Adiantamentos a fornecedores internacionais (b)	40.596	69.762	40.596	69.762
Total	49.537	73.509	53.104	73.721

(a) Referem-se a pagamentos antecipados na aquisição de mercadorias para revenda em território nacional.

(b) Referem-se a pagamentos antecipados na aquisição de mercadorias para revenda em território estrangeiro.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores nacionais	50.594	60.518	55.706	66.446
Fornecedores internacionais	86.406	132.125	86.406	132.998
Total	137.000	192.643	142.112	199.444

14. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PLR e bônus	275	3.910	275	3.910
Férias e 13º Salário	2.487	2.632	2.487	2.632
INSS a recolher	829	710	829	710
FGTS a recolher	281	237	281	237
IRRF	711	685	711	685
Outros	34	46	242	144
Total	4.617	8.220	4.825	8.318

15. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ e CSLL a recolher	4.147	708	4.147	1.259
IPI a recolher	517	2	517	2
ICMS a recolher	104	13	104	13
IRRF	100	65	100	65
Impostos federais (parcelamento)	592	243	592	243
Outros (a)	857	468	975	468
Total	6.317	1.499	6.435	2.050

(a) Os saldos em 2022 são decorrentes de: ISS R\$ 440, Pis/Cofins/CSLL R\$ 76, IVA Colômbia R\$110, e outros valores pulverizados R\$ 349, e os saldos de 2021 são decorrentes de: ISS R\$ 251, Pis/Cofins/CSLL R\$ 159 e Outros valores pulverizados R\$ 58.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

16.1. Empréstimos gerais

A composição da posição de empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos pela Companhia e vigentes na data de encerramento destas demonstrações financeiras está apresentada a seguir:

a) Empréstimos em moeda nacional

Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Controladora e Consolidado			
						2022		2021	
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco ABC Brasil	set/22	Capital de Giro	CDI + 3,20%	Aval + Duplicatas	-	-	3.904	-	
Banco Banco do Brasil	out/24	Capital de Giro	CDI + 2,98% a 3,59%	Imóvel* + Duplicatas	16.2 (b)	9.286	7.738	15.692	17.024
Banco BBM Bocom	mar/24	Capital de Giro	CDI + 3,90% a 4,50%	Aval + Duplicatas		8.724	1.250	9.078	9.917
Banco BTG	dez/23	Capital de Giro	CDI + 2,45% a 2,85%	Duplicatas		119.797	-	110.459	50.000
Banco CCB	abr/24	Capital de Giro	CDI + 2,05% a 4,30%	Duplicatas		10.448	2.600	12.154	12.800
Banco CEF S.A	jun/24	Capital de Giro	CDI + 2,18% a 2,43%	Aval + Duplicatas		11.168	4.800	18.778	15.915
Banco Citi	fev/25	Capital de Giro	CDI + 3,00% a 3,50%	Aval + Duplicatas	16.2 (a)	12.525	13.121	12.646	25.646
Banco Santander	mar/23	Capital de Giro	CDI + 2,50% e 10,56%	Aval + Duplicatas		1.614	-	11.696	2.419
Banco Votorantim	mar/24	Capital de Giro	CDI + 2,70% a 5,60%	Duplicatas		10.374	1.667	14.734	11.970
						183.936	31.176	209.141	145.691

*O imóvel fornecido em garantia é de propriedade do diretor da Companhia, conforme mencionado na Nota 22.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.1. Empréstimos gerais--Continuação

b) Empréstimos em moeda estrangeira

Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	Moeda	Indexador	Garantia	Covenants	Controladora e Consolidado			
							2022		2021	
							Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco ABC Brasil	jul/24	Finimp	Euro	3,00% a 3,65%	Duplicatas		13.406	3.998	24.932	19.648
Banco BBM Bocom	nov/24	Capital de Giro	Dólar	LIBOR + 2,98%	Duplicatas		4.478	3.461	4.285	8.214
Banco Bradesco S.A	mai/24	Capital de Giro	Dólar	3,50%	Duplicatas		8.068	15.790	18.507	24.000
Banco Citi	out/22	Capital de Giro	Dólar	LIBOR	Duplicatas	16.2 (a)	-	-	13.486	-
Banco Votorantim	jul/25	Capital de Giro	Dólar	3,65% a 3,82%	Duplicatas		7.848	21.744	14.021	30.000
							33.800	44.993	75.231	81.862

c) Debêntures

Instituição Financeira	Vencimento	Modalidade	Indexador	Garantia	Covenants	Controladora e Consolidado			
						2022		2021	
						Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Itaú	nov/22	Debêntures	CDI + 1,50%	Aval + Duplicatas		-	-	17.208	-
Banco Itaú (a)	jun/27	Debêntures	CDI + 2,30%	Duplicatas	16.2 (c)	501	242.562	-	-
Banco Itaú (a)	jun/29	Debêntures	CDI + 2,70%	Duplicatas	16.2 (c)	583	248.336	-	-
Banco Itaú Asset (b)	nov/24	Debêntures	CDI + 3,00%	Aval + Duplicatas		-	-	13.496	24.618
Banco Bradesco S.A	nov/24	Debêntures	CDI + 3,00%	Aval + Duplicatas		-	-	11.604	17.685
						1.084	490.898	42.308	42.303

	2022	2021
Circulante	218.820	326.680
Não circulante	567.067	269.856

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.1. Empréstimos gerais--Continuação

c) Debêntures--Continuação

- (a) Em 21 de junho de 2022 a Companhia efetuou emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, no valor de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$1 mil. A emissão foi realizada em 2 séries, sendo (i) 247.113 (duzentas e quarenta e sete mil e cento e treze) debêntures da primeira série sendo remunerada a 100% da taxa DI + 2,30% a.a e pagamentos dos juros semestralmente; e (ii) 252.887 (duzentas e cinquenta e dois mil e oitocentas e oitenta e sete) debêntures da segunda série sendo remunerada a 100% da taxa DI + 2,70% a.a e pagamentos dos juros semestralmente.

As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da data de emissão, vencendo, em 15 de junho de 2027. As debêntures da segunda série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, vencendo em 15 de junho de 2029.

- (b) As debêntures da segunda série venciam originalmente em 19 de novembro de 2024, porém foram quitadas antecipadamente em dezembro de 2022.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debentures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	524.669
Novas Dívidas	275.461
Encargos financeiros	48.900
Pagamento de juros	(52.454)
Pagamento de principal	(200.040)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	596.536
Saldo em 31 de dezembro de 2021	596.536
Novas Dívidas	488.008
Encargos financeiros	99.872
Variação cambial	(14.431)
Pagamento de juros	(84.972)
Pagamento de principal	(299.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	785.887

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

16.2. Cláusulas restritivas (*covenants*)

A Companhia possui cláusulas restritivas em empréstimos, financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, e podem requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento das dívidas se a Companhia não cumprir com estas cláusulas restritivas.

Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2022 estão apresentados a seguir:

- a) Citibank, N.A. (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 2,75 vezes em 31 de dezembro de 2022.
- b) Banco do Brasil (contrato 333.602.663) (i) A relação entre dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2022 (ii) A relação entre EBITDA e resultado financeiro (*covenants*) da Companhia precisa ser superior ou igual a 1,50 vezes em 31 de dezembro de 2022.
- c) Debentures 2ª Emissão
 - (i) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA (*covenants*) da Companhia precisa ser inferior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2022.
 - (ii) A relação entre EBITDA e Despesas Financeiras Líquidas (*covenants*) da Companhia precisa ser superior ou igual a 3,00 vezes em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 todos os índices financeiros acima foram cumpridos.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

17. Arrendamentos mercantis

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Ativo		
Direito de uso do ativo	1.832	3.001
Total	1.832	3.001
Passivo		
Arrendamento de imóveis	1.875	3.072
Total	1.875	3.072
Passivo circulante	969	2.228
Passivo não circulante	906	844

As movimentações dos ativos de direito de uso no exercício são como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.313
Ingressos	813
Remensuração	1.438
Baixas	(1.760)
Depreciação	(2.803)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.001
Baixas	(237)
Remensuração	1.525
Depreciação	(2.457)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.832

As movimentações dos passivos de arrendamento no exercício são como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.431
Pagamentos	(3.075)
Baixas	(1.760)
Ingressos	2.251
Remensuração	1.438
Encargos	225
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.072
Pagamentos	(2.579)
Baixas	(237)
Remensuração	1.525
Encargos	94
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.875

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

17. Arrendamentos mercantis--Continuação

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Aging Realização			
	Aluguel a pagar	Encargo Financeiro	Total
2023	1.040	(71)	969
2024	765	(30)	735
2025	172	(2)	170
	1.978	(103)	1.875

No reconhecimento inicial, para determinação do valor justo de arrendamento, aplicou-se a taxa de desconto nominal aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo médio dos arrendamentos era de 30 meses.

18. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contratos com terceiros (a)	-	1.068	-	1.068
Adiantamento de clientes	16.080	14.933	16.080	14.933
Venda para entrega futura (b)	21.667	13.088	21.667	13.088
Receita diferida (d)	451	2.578	451	2.578
Obrigações com terceiros (c)	1.356	1.842	1.951	1.821
Total	39.554	33.509	40.149	33.488
Circulante	39.554	33.509	40.149	33.488
Não circulante	-	-	-	-

- (a) Refere-se a compra de ativos com da Axyon Distribuidora Ltda. com o único intuito de adquirir o direito exclusivo de 100% dos contratos atuais e futuros dos clientes, e o direito exclusivo de aquisição de produtos de tecnologia da informação e de telecomunicações de determinados fornecedores.
- (b) O saldo dessa conta é composto em sua totalidade por notas de simples faturamento, que aguardam a definição do cliente sobre o destino da mercadoria (produtos de energia solar). Quando destinada, é gerada a nota de venda futura e reconhecida a receita.
- (c) Saldo refere-se a obrigações com terceiros existentes na data-base em que a nacionalização dos softwares/ trâmites aduaneiros estão em andamento.
- (d) Projeto Turn Key (Contrato de Fornecimento de Materiais e Construção de Infraestrutura de Backbone de Fibra Óptica)

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

19. Provisões para demandas judiciais

Contingências classificadas como perdas prováveis

	Trabalhistas	Tributárias	Controladora e Consolidado	
			Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2020	-	479	-	479
Ingressos	-	-	-	-
Baixas	-	(117)	-	(117)
Atualização monetária	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	-	362	-	362
Ingressos	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Atualização monetária	-	16	-	16
Em 31 de dezembro de 2022	-	378	-	378

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários e cíveis.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação à tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, constituída de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

Tributárias

A Companhia possui discussões judiciais junto a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por possíveis produtos em descumprimento ao que determina a agência reguladora. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$378 (R\$362 em 31 de dezembro de 2021).

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

19. Provisões para demandas judiciais--Continuação

Contingências classificadas como perdas possíveis

	Trabalhistas	Tributárias	Controladora e Consolidado	
			Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2020	51	1.409	216	1.676
Em 31 de dezembro de 2021	-	564	110	674
Ingressos	-	1.284	86	1.370
Baixas	-	(132)	-	(132)
Atualização monetária	-	202	169	371
Em 31 de dezembro de 2022	-	1.918	365	2.283

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022, os valores de processos classificados como de perda possível totalizavam R\$1.918 (R\$564 em 31 de dezembro de 2021).

As naturezas dos principais processos tributários eram as seguintes: R\$219 referente a questionamentos sobre créditos utilizados via PER/DCOMP; R\$ 369 referente a pendência na escrituração de notas no livro fiscal; R\$127 referente a questionamento de fiscalização estadual a respeito da composição de produto acabado de geração solar; R\$502 referente auto de Infração por entendimento que uma venda específica deveria compor IPI na base com entendimento que seria para consumidor final, a defesa administrativa foi apresentada e está aguardando decisão em 1ª Instância; R\$ 701 referente procedimento para apuração de descumprimento de obrigações perante órgão regulador.

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, os valores de processos classificados como de perda possível totalizavam R\$365 (R\$110 em 31 de dezembro de 2021).

As naturezas dos principais processos cíveis eram as seguintes: R\$ 365 referente resolução contratual por rompimento da prestação de serviço.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 317.891 (R\$313.298 em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado representado por ações sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Acionista	2022		2021	
	Ações ordinárias (a)		Ações ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Vanderlei Rigatieri Junior	22.933	35,47%	22.908	35,61%
2B Capital - Brasil Capital de Crescimento	19.339	29,91%	19.339	30,06%
Francisco Sérgio Day de Toledo (a)	-	0,00%	2.545	3,96%
2B Capital - FIP Multiestratégia Multisetorial Plus IE - Free Float	6.465	10,00%	6.465	10,05%
Outros - Free Float	15.926	24,63%	13.072	20,32%
Total de ações	64.663	100,00%	64.329	100,00%

(a) As ações do acionista Francisco Sérgio Day de Toledo não foram apresentadas na sua linha específica em 2022 por conta da alteração do acordo de acionista, no qual o mesmo deixou de fazer parte do bloco controlador da companhia, e suas ações foram consolidadas na linha Outros - Free Float.

20.1.1 Oferta pública inicial de ações - IPO

Em 10 de fevereiro de 2022, foi realizada Reunião do Conselho de Administração (RCA) que autorizou o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 334.002 (trezentas e trinta e quatro mil e duas) ações referentes ao follow-on ICVM 400 no montante de R\$4.593. Os gastos com a emissão de ações totalizaram o montante de R\$787.

Em 24 de agosto de 2021, foi realizada Reunião do Conselho de Administração (RCA) que autorizou o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 137.200 (cento e trinta e sete mil e duzentas) ações referentes ao lote suplementar no âmbito da oferta pública inicial (IPO), perfazendo o montante total de R\$3.184. O valor de R\$1.592 foi destinado como aumento da conta de capital social da Companhia, e o montante de R\$1.592 foi destinado à formação de reserva de capital, na conta de ágio na subscrição de ações.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.1.1 Oferta pública inicial de ações – IPO--continuação

Em 22 de julho de 2021, foi realizada Reunião do Conselho de Administração (RCA) que autorizou o aumento do capital social da Companhia mediante a emissão de 19.400.000 (dezenove milhões e quatrocentas mil) ações no âmbito da oferta pública inicial (IPO), perfazendo o montante total de R\$450.080. O valor de R\$225.040 foi destinado como aumento da conta de capital social da Companhia, e o montante de R\$225.040 foi destinado à formação de reserva de capital, na conta de ágio na subscrição de ações.

20.1.2 Grupamento de ações

Em 15 de fevereiro de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que deliberou o grupamento da totalidade das 89.583.722 (oitenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e três mil e setecentos e vinte e duas) ações ordinárias da Companhia na proporção de 2 (duas) ações para formar 1 (uma) ação, resultando numa nova quantidade de 44.791.861 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e um mil, oitocentos e sessenta e uma) ações ordinárias.

20.2. Programa de recompra de ações

Em 1 de julho de 2022, o Conselho de Administração aprovou a implantação do programa de recompra de ações com as seguintes condições:

- (a) Objetivo do programa: do programa de recompra de ações de emissão da Companhia são: (i) buscar a promoção e a geração de valor para os acionistas por meio de uma estrutura de capital eficiente; e (ii) ser uma alternativa à distribuição da geração de caixa da Companhia, em adição aos proventos que vierem a ser pagos como dividendos e juros sobre o capital próprio. As ações recompradas poderão, a critério da administração, ser posteriormente canceladas, alienadas, mantidas em tesouraria ou entregues a beneficiários de planos de remuneração baseada em ações.
- (b) Vigência do programa: início em 2 de julho de 2022 à 1 de abril de 2024;
- (c) Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 1.978.492 ações ordinárias;
- (d) Instituição Financeira autorizada: BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.2. Programa de recompra de ações-- continuação

	Quantidade de ações	Valor médio por ação (em R\$)	Total
Saldo em 31 de dezembro 2021	-	-	-
Alienadas	-	-	-
Adquiridas	935.400	7,58	7.044
Saldo em 31 de dezembro 2022	935.400	7,58	7.044

20.3. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva de R\$1.158 (R\$ 3.623 em 31 de dezembro de 2021).

20.4. Dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/1976. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos deliberados para o exercício de 2022:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	23.169	72.454
Apropriação da reserva legal	(1.158)	(3.623)
Reserva de Subvenção	(18.564)	(23.825)
Total	3.447	45.006
Destinação		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(862)	(11.252)
Reserva de retenção de lucros	(2.585)	(33.754)

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.5. Reserva para subvenção de investimentos

Conforme abordado na Nota 21, os incentivos fiscais concedidos pelo Estado da Bahia passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda e contribuição social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia destinou os montantes de R\$54.826 à reserva de subvenção para investimento.

As movimentações das subvenções no exercício são como segue:

	Subvenção de Investimento		
	Sudene	Crédito Presumido	Total
Saldo em 31 dezembro de 2020	11.961	-	11.961
Adição	4.356	19.469	23.825
Baixa	-	-	-
Saldo em 31 dezembro de 2021	16.317	19.469	35.786
Adição anos anteriores (2017 a 2020)	-	36.262	36.262
Adição ano corrente	-	18.564	18.564
Saldo em 31 dezembro de 2022	16.317	74.295	90.612

20.6. Reserva de retenção de lucros

A Companhia constituiu Reserva de retenção de lucros sobre o montante do lucro líquido do exercício não distribuído nos termos do § 4º (Artigo 202 da Lei nº 6.404), e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. Os lucros não destinados nos termos dos arts. 193 a 197 deverão ser distribuídos como dividendos.

20.7. Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício, conforme demonstrado abaixo:

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

20. Patrimônio líquido--Continuação

20.7. Lucro por Ação--Continuação

20.7.1. Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	23.169	72.454
Média ponderada das ações no exercício	64.328	53.451
Lucro por ação básico - (em reais)	0,3602	1,3555

- (a) Em conexão com Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de agosto de 2021, foi aprovado o grupamento de ações, conforme divulgado na Nota 22.1. Desta forma, a média ponderada das ações em circulação foi ajustada e está refletindo os efeitos do grupamento de ações para todos os exercícios apresentados.

A companhia não possui nenhum instrumento que possui efeito diluidor.

21. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos tributos	8.177	93.903	7.894	94.306
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal de 34%	(2.780)	(31.927)	(2.684)	(32.064)
Adições / (Exclusões):				
Despesas Indedutíveis	(1.180)	(2.088)	(1.180)	(2.088)
Apropriação das receitas diferidas (MAXBr)	68	700	68	700
Equivalência Patrimonial	207	(17)	-	-
Benefícios Fiscais (SUDENE/PAT)	74	5.198	74	5.198
Benefício fiscal do crédito presumido de ICMS – exercício corrente	6.311	6.619	6.311	6.619
Benefício fiscal do crédito presumido de ICMS - exercícios anteriores (a)	10.654	-	10.654	-
Outros	1.638	66	2.032	(217)
IR/CS Total	14.992	(21.449)	15.275	(21.852)
Imposto de Renda corrente e Contribuição social corrente	6.102	(23.658)	6.187	(24.061)
Imposto de Renda diferido e contribuição social diferido	8.890	2.209	9.088	2.209
Alíquota Efetiva do IR/CS	183,34%	-22,84%	193,50%	-23,17%

- a) Efeito do reconhecimento dos créditos extemporâneos de IR/CS referente à anos calendários anteriores, decorrentes da exclusão da subvenção da base de cálculo, conforme Nota 20.5. Esses créditos foram reconhecidos pela Companhia levando em consideração toda a jurisprudência aplicável ao tema, consubstanciada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

22. Transações e saldos com partes relacionadas

Remuneração dos Administradores e partes relacionadas

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários foram registradas nas rubricas de despesas gerais e administrativas.

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Remuneração da diretoria executiva (fixa)	3.049	3.653
Bônus por desempenho (variável)	-	2.180
Pagamento baseado em ações	-	7.253
Total	3.049	13.086

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

Transações com partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com a Companhia, as quais foram realizadas em preços e condições negociados entre as partes, são como segue:

	Controladora	
	2022	2021
Ativo		
Mútuo partes relacionadas - Colômbia (a)	10.816	4.299
Aporte Panamá e Colômbia (AFAC)	1.566	6.067
Total	12.382	10.366
	2022	2021
Passivo		
Remuneração avalistas (b)	125	232
Total	125	232
	2022	2021
Resultado		
Remuneração avalistas (b)	1.797	3.979
Total	1.797	3.979

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

22. Transações e saldos com partes relacionadas--Continuação

Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contrato de mútuo com partes relacionadas efetuados na subsidiária Colômbia.
- (b) Contrato dos diretores Vanderlei Rigatieri e Francisco Sergio Day Toledo, como garantidores/Avalistas de obrigações assumidas pela companhia. O Diretor Francisco Sergio Day Toledo foi diretor estatutário ate julho de 2022.

Além das transações listadas acima, a Companhia possui:

- (a) Contrato de locação com partes relacionadas junto a PDV Industrialização de Equipamentos Eletrônicos Ltda (empresa que possui o diretor Vanderlei Rigatieri como detentor de 90% do capital).

Modalidade	2022			2021		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Locação Imóvel	1.521	1.521	694	147	150	510
Locação Empilhadeira	-	-	132	252	260	206
	<u>1.521</u>	<u>1.521</u>	<u>826</u>	<u>399</u>	<u>410</u>	<u>716</u>

As locações não possuem previsão contratual para aplicação de juros, sendo reajustados apenas nas renovações ou mediante aditivos. As transações são realizadas em condições acordadas entre as partes. Os contratos estão abrangidos pela norma IFRS 16, e portanto, os montantes são apresentados nas rubricas de Arrendamentos Mercantis e Direito de uso (nota 18). A PDV não é consolidada na Companhia.

- (b) Transações de compra e venda de produtos e adiantamento em caixa entre a Livotech e sua controlada Livotech Panama:

	2022	2021
Ativo		
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Passivo		
Fornecedores	676	6.244

Os montantes acima são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

23. Receita de contrato com cliente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta de vendas	936.176	952.395	965.272	975.509
Receita bruta de locação	293.447	288.930	293.447	288.930
Receita bruta	1.229.623	1.241.325	1.258.719	1.264.439
(-) Impostos sobre o faturamento	(155.270)	(175.481)	(155.510)	(175.682)
(-) Devoluções	(32.335)	(22.102)	(32.304)	(22.175)
Receita líquida	1.042.018	1.043.742	1.070.905	1.066.582

24. Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo de mercadorias vendidas	(604.202)	(595.728)	(627.012)	(613.365)
Custos com depreciação	(162.321)	(128.223)	(162.321)	(128.223)
Custos de importação e frete	(24.367)	(24.053)	(24.390)	(24.053)
Custos com pessoal	(3.046)	(3.124)	(3.046)	(3.124)
Provisão para obsolescência de estoques	(1.868)	877	(1.846)	877
Serviços prestados pessoa jurídica	(2.494)	(1.603)	(2.494)	(1.603)
Outros custos	(2.139)	(2.231)	(2.139)	(2.231)
Custos Totais	(800.437)	(754.085)	(823.248)	(771.722)

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

25. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	(50.695)	(57.723)	(52.933)	(58.808)
Frete e armazenagem	(29.542)	(23.701)	(30.710)	(24.177)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.599)	(25.945)	(27.642)	(25.949)
Marketing e publicidade	(2.286)	(1.476)	(2.687)	(1.476)
Representação comercial	(17.742)	(19.229)	(18.165)	(19.500)
Viagens e estadias	(2.036)	(1.238)	(2.067)	(1.238)
Despesas tributárias	(8.095)	2.660	(8.151)	2.660
Serviços prestados pessoa jurídica	(16.631)	(20.628)	(17.536)	(21.318)
Depreciação e amortização	(6.142)	(9.126)	(6.186)	(9.159)
Conservação e reparo	(1.571)	(2.241)	(1.571)	(2.241)
Despesas de consumo	(4.156)	(2.932)	(4.458)	(4.522)
Crédito de PIS e COFINS	14.414	8.547	14.414	8.547
Outras receitas/despesas operacionais	(1.177)	(3.180)	(1.177)	(3.180)
	(153.258)	(156.212)	(158.869)	(160.361)
Despesas com pessoal	(50.695)	(57.723)	(52.933)	(58.808)
Despesas comerciais	(79.205)	(71.589)	(81.271)	(72.340)
Despesas administrativas	(16.454)	(27.094)	(17.459)	(27.817)
Outras despesas operacionais	(6.904)	194	(7.206)	(1.396)

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras	164.078	94.768	164.590	94.846
Variação cambial	60.766	36.287	61.134	36.352
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	31.751	33.515	31.751	33.515
Juros ativos	31.485	12.175	31.485	12.188
Rendimentos de investimento de curto prazo	35.079	11.192	35.080	11.192
Ajuste a valor presente – AVP	2.099	-	2.099	-
Outras receitas financeiras	2.898	1.599	3.041	1.599
Despesas financeiras	(243.615)	(134.359)	(245.484)	(135.039)
Variação cambial	(60.302)	(41.476)	(61.492)	(41.479)
Ajustes a valor justo de instrumentos derivativos	(60.148)	(20.468)	(60.148)	(20.468)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(99.966)	(52.901)	(99.966)	(52.901)
Remuneração avalistas	(1.797)	(3.979)	(1.797)	(3.979)
Descontos concedidos	(247)	(419)	(247)	(420)
IOF e IR sobre empréstimos	(2.015)	(2.253)	(2.015)	(2.253)
Despesas bancárias	(1.434)	(1.740)	(1.869)	(2.392)
Avp contas a receber/fornecedores	(17.168)	(8.344)	(17.168)	(8.344)
Outras despesas financeiras	(538)	(2.779)	(782)	(2.803)
Resultado Financeiro	(79.537)	(39.591)	(80.894)	(40.193)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros

a) Considerações sobre riscos

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade em conta corrente disponíveis para utilização imediata através de contas garantidas, empréstimos bancários derivativos e mútuos com partes relacionadas.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre riscos--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia possui empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência dessas transações, a Companhia está exposta ao risco de dívidas referenciadas em CDI.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de compras de mercadorias com fornecedores estrangeiros, as quais se espera que ocorram dentro do período de 12 meses desde a realização da compra até a quitação da invoice do fornecedor.

b) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Quando aplicável, os avaliadores externos serão envolvidos na avaliação de ativos e passivos significativos.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela administração, após discussão com a administração e respectiva aprovação dela recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas. Normalmente, há rodízio de avaliadores a cada três anos. A administração decide, após discussão com os avaliadores externos da Companhia, que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso.

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis da Companhia. Para fins desta análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia também comparam cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como seus respectivos valores de mercado, estão divulgados a seguir:

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

	Hierarquia de valor justo	Classificação	Valor contábil		Valor justo	
			2022	2021	2022	2021
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	152.470	38.465	152.470	38.465
Investimentos de curto prazo	Nível 1	Custo amortizado	152.170	298.522	152.170	298.522
Contas a receber, líquidas	Nível 2	Custo amortizado	351.256	259.410	351.256	259.410
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	581	15.571	581	15.571
Total			656.477	611.968	656.477	611.968
Passivo (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	142.112	199.444	142.112	199.444
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	785.887	596.536	785.887	596.536
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	8.181	7.175	8.181	7.175
Arrendamentos	Nível 2	Custo amortizado	1.875	3.072	1.875	3.072
Partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	125	232	125	232
Outras obrigações	Nível 2	Custo amortizado	40.149	33.488	40.149	33.488
Total			978.329	839.947	978.329	839.947

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

b) Mensuração do valor justo--Continuação

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos 31 de dezembro de 2022.

b.1) *Exposição ao risco de moeda estrangeira*

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, foram realizadas operações de derivativos (swap) que consistem em converter para US\$ o fluxo de caixa de certas dívidas em R\$ referentes a contratos de empréstimos e financiamentos, com taxas indexadas principalmente ao CDI. Basicamente, o Swap prevê um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora), ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. Nestas operações de Swap, a Companhia paga taxas fixas em US\$ e recebe remuneração em R\$ atrelada às taxas de juros das dívidas protegidas. A taxa média de câmbio considerada para o dólar na data base de 31 de dezembro de 2022 foi obtida na Bloomberg, no valor de R\$5,2860.

Contratos	Valor referência	2022		
		Valor justo		
		Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida
SWAP	184.130	78.948	(86.548)	(7.600)
		Ativo		581
		Passivo		(8.181)
Contratos	Valor referência	2021		
		Valor justo		
		Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida
SWAP	184.130	162.116	(153.720)	8.396
		Ativo		10.971
		Passivo		(2.575)

Livetech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

c) Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Consolidado								
	Em 31 de dezembro de 2021	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição cambial e/ou juros passivos	Encargos	Novos contratos de dívida	Dividendo mínimo obrigatório	Integralização de capital	Em 31 de dezembro de 2022
Empréstimos e financiamentos	596.536	(299.126)	(84.972)	(14.431)	99.872	488.008	-	-	785.887
Dividendos a pagar	11.252	(11.252)	-	-	-	-	862	-	862
Capital social	313.298	-	-	-	-	-	-	4.593	317.891

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas contas correntes em moeda estrangeira, equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos bem como as operações com risco na taxa de juros classificados em equivalentes de caixa, debêntures e empréstimos, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras (Banco Central), foi obtida a projeção da moeda estrangeira, CDI, LIBOR e para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como cenário provável (cenário 1); a partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário 2) e 50% (cenário 3). Para cada cenário foi apresentado a seguir o novo saldo contábil considerando a taxa de stress:

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Consolidado (Valores em R\$/mil)	Aplicações Financeiras - Consolidado	Taxa de Juros	Projeção Receitas Financeiras				
			2022	Cenário I -50%	Cenário II -25%	Cenário III 25%	Cenário IV 50%
	Caixa e Equivalentes de caixa e Investimentos de curto prazo	CDI	412.897	5.677	8.516	14.193	17.032
	Empréstimos, financiamentos e debêntures:						
	Banco do Brasil	CDI	(17.024)	(1.839)	(2.758)	(4.596)	(5.516)
	Banco BTG	CDI	(119.797)	(5.685)	(8.527)	(14.212)	(17.055)
	Banco CCB	CDI	(13.048)	(1.499)	(2.248)	(3.747)	(4.497)
	Banco CEF S.A	CDI	(15.968)	(1.824)	(2.735)	(4.559)	(5.471)
	Banco Itaú Unibanco	CDI	(491.982)	(570)	(855)	(1.425)	(1.710)
	Banco Bradesco	CDI	(23.858)	(236)	(354)	(590)	(709)
	Banco Santander	CDI	(1.614)	(449)	(673)	(1.122)	(1.347)
	Banco Votorantim	CDI	(41.633)	(5.199)	(7.798)	(12.997)	(15.596)
	Banco ABC Brasil	CDI	(17.404)	(2.757)	(4.135)	(6.891)	(8.270)
	Banco BBM Bocom	CDI	(17.913)	(2.050)	(3.075)	(5.126)	(6.151)
	Banco Citi	CDI	(25.646)	(2.391)	(3.586)	(5.977)	(7.172)
	SWAP - Banco ABC	Euro / CDI	(2.728)	(1.402)	(2.102)	(3.504)	(4.205)
	SWAP - Bocom	Dólar / CDI	(261)	(134)	(202)	(336)	(403)
	SWAP - Votorantim	Dólar / CDI	-3.302	-1.696	-2.544	(4.240)	(5.088)
	SWAP - Bradesco	Dólar / CDI	(1.309)	(672)	(1.009)	(1.681)	(2.017)
	Subtotal		(793.487)	(28.403)	(42.601)	(71.003)	(85.207)
	Cenários de Variações de Indexadores:						
	(i) Dólar		5,22	2,68	4,02	6,70	8,04
	(ii) Euro		5,57	2,86	4,29	7,15	8,58
	(iii) CDI		0,12	0,06	0,10	0,16	0,19
	(iv) LIBOR		0,05	0,02	0,04	0,06	0,07

(*) As operações de empréstimos em moeda estrangeira possuem proteção (*hedge*) contratados junto aos mesmos bancos através de swap cambial.

Fontes: Fontes: (i) (ii) Dólar/Euro - PTAX Banco Central do Brasil; (iii) CDI - Banco Central do Brasil; (iv) LIBOR;

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

27. Gestão dos riscos e valorização dos instrumentos financeiros--Continuação

e) Gestão de Capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às partes interessadas, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito visando fazer face à manutenção da liquidez e de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

A Companhia monitora a estrutura do capital com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total, e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2022	2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	785.887	596.536
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(152.470)	(38.465)
(-) Investimento de curto prazo	(152.170)	(298.522)
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos	7.600	(8.396)
Dívida Líquida	488.847	251.153
Patrimônio Líquido	647.794	629.470
Capital total (patrimônio líquido e dívida líquida)	1.136.641	880.623
Índice de alavancagem financeira %	43%	29%

28. Informações por segmento

Com o crescimento acentuado do segmento Solar e sua devida representatividade nos números totais da Companhia, a Administração entendeu como necessário apresentar seus resultados de forma segregada, como forma de melhor acompanhamento dos resultados e tomada de decisões em relação ao segmento. Para isso, o antigo segmento Corporativo foi separado em dois novos segmentos: Solar e Enterprise.

Assim, a Administração definiu o modelo estratégico do negócio, baseando as decisões da Companhia entre os segmentos: Telecom, Solar e Enterprise.

Os segmentos possuem diferentes dinâmicas de atendimento, tipos de produtos e modelos de negócios.

O segmento de Telecom engloba o mercado de internet banda larga fixa, incluindo produtos de fibra ótica e FTTH (*fiber to the home*), redes de dados, *wi-fi*, infraestrutura de data centers, dentre outros.

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

28. Informações por segmento--Continuação

O segmento Solar engloba soluções para geração de energia solar distribuída, incluindo produtos de painéis solares, inversores e baterias de lítio.

O segmento Enterprise engloba o mercado de consumo B2B (empresas), incluindo produtos de segurança eletrônica, cyber segurança, automação predial e residencial, áudio e vídeo profissional, painéis de LED, dentre outros.

Saldo consolidado do resultado por segmento:

	<u>Telecom</u>	<u>Solar</u>	<u>Enterprise</u>	<u>Total</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Receita Líquida	467.224	347.888	255.793	1.070.905
Custo das vendas	(339.317)	(304.531)	(179.400)	(823.248)
Lucro bruto	127.907	43.357	76.393	247.657

Contas patrimoniais por segmento

	<u>Telecom</u>	<u>Solar</u>	<u>Enterprise</u>	<u>Total</u>
	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Total do Ativo	1.039.811	200.645	398.167	1.638.623
Total do Passivo + PL	1.144.826	188.109	305.688	1.638.623

a) *Informações sobre concentração de clientes*

No período findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui qualquer cliente que represente individualmente 10% ou mais das vendas consolidadas da Companhia. Analisando individualmente os segmentos, temos: (i) no segmento Telecom, um cliente representou 19,7% do total do segmento (9,7% do consolidado); (ii) no segmento Solar, um cliente representou 1,9% do total do segmento (0,5% do consolidado); e (iii) no segmento Enterprise, um cliente representou 8,5% do total do segmento (2,0% do consolidado).

Livotech da Bahia Industria e Comércio S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais)

28. Informações por segmento--Continuação

Contas patrimoniais por segmento--Continuação

b) *Informações geográficas*

	Subsidiárias no país		Subsidiárias no exterior	
	2022	2021	2022	2021
Receita líquida	1.042.018	1.043.742	28.887	22.840
Ativo não circulante	719.043	607.639	406	205

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguro por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A cobertura de seguros abrange a Matriz fabril estabelecida no Polo Industrial de Ilhéus e Filial comercial estabelecida em São Paulo, capital.

A cobertura em 31 de dezembro de 2022 está apresentada abaixo:

	Controladora e consolidado	
	2022	2021
Danos materiais	141.689	148.792
Responsabilidade Civil	25.242	25.320
Outros	200	577

ANEXO D: RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE
AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA
COMPANHIA REFERENTES AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

ATRIBUIÇÕES E ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria Estatutário da Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A é um órgão estatutário de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, submetendo-se à legislação e regulamentações aplicáveis, em especial o Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. ± Brasil, Bolsa, Balcão, o Estatuto Social da Companhia e o seu Regimento Interno.

Conforme o seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria Estatutário:

- I. opinar sobre a contratação ou destituição dos Auditores Independentes da Companhia;
- II. avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- III. acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia;
- IV. avaliar e monitorar as exposições de Riscos da Companhia;
- V. avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das Políticas Internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas; e
- VI. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

O Comitê de Auditoria Estatutário foi eleito e instalado em 16 de fevereiro de 2021, com um membro independente do Conselho de Administração, na qualidade de Coordenador do Comitê, e dois membros independentes adicionais, de caráter externo. No ano de 2022, o Comitê de Auditoria e Riscos reuniu-se 6 (seis) vezes para a execução de suas atividades, tendo sido facultado a seus membros o livre acesso aos órgãos da Companhia, bem como aos seus executivos, além de contar, sempre que necessário, com a presença de representantes dos Auditores Independentes.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regimentais, com as limitações naturais no alcance de sua atuação, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da administração e da proposta de destinação de resultados, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e o exame de auditoria realizado pela Ernst & Young Auditores Independentes, recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 01 de março de 2023.

Flavio Cesar Maia Luz

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Luiz Alberto de Castro Falleiros, Roberto Vertamatti

Membros do Comitê de Auditoria Estatutário

ANEXO E: INFORMAÇÕES SOBRE OS CANDIDATOS A
MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (ITENS 7.3
A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

7. Assembleia Geral e Administração / 7.3/7.4 - Composição da Administração, Conselhos e Comitês

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marcelo Martins Rezende	02/01/1970	Pertence apenas à Diretoria	01/03/2023	RCA subsequente à AGO 2025	2
067.270.118-93	Administrador	19 - Outros Diretores	01/03/2023	Sim	100%
André Luiz Sandoval Valente	23/05/1979	Pertence apenas à Diretoria	01/03/2023	RCA subsequente à AGO 2025	3
222.131.528-61	Economista		01/03/2023	Sim	100%
Não Aplicável		Diretor de Relações com Investidores / Outros Diretores (Diretor Financeiro)			
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa	11/09/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	AGO 2025	4
214.656.938-74	Administrador	Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2023	Sim	100%
Não Aplicável					
Flavio Cesar Maia Luz	27/07/1951	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	AGO 2025	2
636.622.138-34	Engenheiro Civil	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/04/2023	Sim	100%
Membro do Comitê de Auditoria					
ROBERTO JOSÉ MARIS DE MEDEIROS	15/07/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	AGO 2025	2
664.054.677-91	Administrador de Empresas	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	19/04/2023	Sim	100%
Não Aplicável					
Bruno Savassi Rigatieri	16/10/1992	Pertence apenas ao Conselho de Administração	19/04/2023	AGO 2025	2
392.043.158-81	Administrador	Conselho de Administração (Efetivo)	19/04/2023	Sim	100%
Não Aplicável					
Vanderlei Rigatieri Junior	29/03/1962	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	01/03/2023 (diretoria), 19/04/2023 (Conselho Adm.)	RCA subsequente à AGO 2025 (diretoria), AGO 2025 (Conselho Adm.)	5

7. Assembleia Geral e Administração / 7.3/7.4 - Composição da Administração, Conselhos e Comitês

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
055.084.198-96	Engenheiro Eletrônico	Conselho de Administração (Efetivo) e Diretor Presidente	01/03/2023 (diretoria), 19/04/2023 (Conselho Adm.)	Sim	100%
Não Aplicável					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Marcelo Martins Rezende - 067.270.118-93

O Sr. Marcelo Martins Rezende, com mais de 20 anos de experiência, Marcelo Martins Rezende possui sólida vivência no mercado de distribuidores e fabricantes, tendo atuado em grandes empresas nacionais e internacionais da área de tecnologia. Possui dois títulos de mestre em administração de empresas, conferidos pela Universidade Paulista (UNIP) e pela Universidade de São Paulo (USP), além de certificado em negócios focado em empreendedorismo (General Business Studies with Concentration in Entrepreneurship) emitido pela University of California (UCLA). O Sr. Marcelo Martins Rezende não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (iii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

André Luiz Sandoval Valente - 222.131.528-61

O Sr. André Luiz Sandoval Valente formou-se em Economia pela Universidade Mackenzie e em pós graduação em Economia Aplicada na FGV em 2001. Foi Diretor Financeiro estatutário na Coimex de 2005 a 2009, membro do Conselho de Administração da Tegma Venezuela de 2007 a 2009, Diretor Financeiro Estatutário da Veloce Logística de 2011 a 2012 e Vice Presidente Estatutário da Veloce (Patria-Blackstone formed company) em 2012. Foi diretor financeiro estatutário da Syncreon de 2012 a 2014. Foi diretor financeiro estatutário da Cognita (KKR & Bregal formed company) participações, diretor financeiro da escola Cidade Jardim Playpen e do Instituto Gaylussac, entre 2014 e 2016. É sócio administrador da We Wash Lavanderia (1 a 5) de março/2017 até o momento.

O Sr. André Luiz Sandoval Valente não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa - 214.656.938-74

O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa graduou-se em Administração de empresas pela Universidade Católica Portuguesa em 1988, com MBA pela Columbia Business School em 1995. Foi responsável pela área de corporate finance do BESI Brasil de 2001 a 2006. Foi VP de M&A no J.P. Morgan entre 1999 e 2001 em Nova Iorque e Associate entre 1995 e 1998 em Nova York, Cidade do México e São Paulo. Responsável pela atividade proprietária de private equity do Banco Espírito Santo no Brasil entre 2007 e 2010. Desde 2010, Manuel de Sousa é Managing Director da 2bCapital. O Sr. Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34

O Sr. Flavio Cesar Maia Luz graduou-se em Engenharia civil pela Escola Politécnica - USP, com Especialização em Administração de Empresas pela FGV, Especialização em Economia Aplicada pela FGV, Finanças Corporativas pela Harvard Business School, Estratégia Mercadológica pela Stanford University, Negociação pela California University - Berkeley e Fusões e Aquisições pela Wharton Business School. É Sócio-Diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda., com atuação na área de Governança e Finanças Corporativas. Foi membro dos Conselhos de Administração da Eletropaulo, Light, Marcopolo e Sinqia, bem como membro dos Conselhos Fiscais da Itausa., Duratex, Isa Cteep e Linx. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Ser Educacional, Livetech WDC, presidente do Conselho Fiscal da Ultrapar e membro do Comitê de Auditoria da Omega Geração e do Centro de Tecnologia Canaveira.

O Sr. Flavio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Flavio é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

Roberto José Maris De Medeiros - 664.054.677-91

O Sr. Roberto José Maris de Medeiros graduou-se em Engenharia Eletrônica na PUR-RJ em 1980 e concluiu o Program for Management Development em Harvard em 1992. Diretor Regional na Motorola de 1994 a 1999. COO/CEO da Telecom Italia / CRT de 2000 a 2001. CEO da Telefonica Empresas de 2002 a 2008. CEO da Rede de 2008 a 2011. Conselheiro da Westfield Almeida Junior de 2012 a 2013. Operating Partner da Advent International de 2011 a 2013. CEO da Multiplus de 2013 a 2019. Foi conselheiro na Disal de 2019 a 2020. Atualmente é conselheiro na Graac, além de sócio na JUG Assessoria Empresarial.

O Sr. Roberto José Maris de Medeiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

O Sr. Roberto é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

Bruno Savassi Rigatieri - 392.043.158-81

O Sr. Bruno Savassi Rigatieri graduou-se em Administração pela FAAP em 2017, além de ter realizado cursos técnicos nas áreas de compras e gestão de fornecedores pela FGV em 2020 e 2021. Ingressou na WDC Networks em 2015, passando pelas áreas de Marketing, Finanças e Produtos. Em seguida, foi promovido a supervisor da área de produtos. Posteriormente, foi para a área de compras 2018, tornando-se gerente e, em 2019, foi promovido a Diretor de Compras, além de ter assumido a área de Administração de Vendas. No início de 2023, assumiu a responsabilidade pela área de Novos Negócios.

O Sr. Bruno Savassi Rigatieri não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Vanderlei Rigatieri Junior - 055.084.198-96

O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior se graduou em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP e tem MBA pela FGV. Possui 36 anos de experiência no mercado brasileiro de TIC. Antes da WDC, Vanderlei trabalhou como engenheiro de software na Digirede Informatica, desenvolvedora de softwares para automação bancária; foi gerente de vendas na Troppus Informatica, fabricante de computadores; gerente de vendas e marketing na Monydata, fabricante de computadores; gerente de vendas na Saturnia Sistemas de Energia, fabricante de sistemas no-break; VP para America Latina na Cabletron Systems, fabricante de equipamentos de networking; diretor comercial na Tess Celular, empresa de telefonia celular; VP de Vendas para America Latina na AT&T, multinacional de telefonia; e diretor geral da Avaya Brasil, fabricante de equipamentos de telecomunicação. Em 2004, co-fundou a WDC, atuando como CEO da companhia, e posteriormente também como presidente do Conselho de Administração, além de ser o acionista controlador.

O Sr. Vanderlei Rigatieri Junior não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Marcelo Martins Rezende - 067.270.118-93	N/A
André Luiz Sandoval Valente - 222.131.528-61	N/A
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa - 214.656.938-74	N/A
Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34	N/A

Roberto José Maris De Medeiros - 664.054.677-91

N/A

Bruno Savassi Rigatieri - 392.043.158-81

N/A

Vanderlei Rigatieri Junior - 055.084.198-96

N/A

7. Assembleia Geral e Administração / 7.3/7.4 - Composição da Administração, Conselhos e Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Flavio Cesar Maia Luz	Comitê de Auditoria		Outros	27/07/1951	01/03/2023	RCA subsequente à AGO 2025
636.622.138-34		Engenheiro Civil	Membro do Comitê (Efetivo) - Coordenador do Comitê	01/03/2023	2	100%
O Sr. Flavio Cesar Maia Luz também é Membro Efetivo (Independente) do Conselho de Administração.						
Roberto Vertamatti	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	04/09/1948	01/03/2023	RCA subsequente à AGO 2025
051.165.038-87		Administrador		01/03/2023	2	100%
Não Aplicável						
Luz Alberto de Castro Falleiros	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1957	01/03/2023	RCA subsequente à AGO 2025
024.351.768-80		Economista		01/03/2023	2	100%
Não Aplicável						
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência						

Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34

O Sr. Flavio Cesar Maia Luz graduou-se em Engenharia civil pela Escola Politécnica - USP, com Especialização em Administração de Empresas pela FGV, Especialização em Economia Aplicada pela FGV, Finanças Corporativas pela Harvard Business School, Estratégia Mercadológica pela Stanford University, Negociação pela California University - Berkeley e Fusões e Aquisições pela Wharton Business School. É Sócio-Diretor da Doing Business Consultoria Empresarial Ltda., com atuação na área de Governança e Finanças Corporativas. Foi membro dos Conselhos de Administração da Eletropaulo, Light, Marcopolo e Sinqia, bem como membro dos Conselhos Fiscais da Itausa., Duratex, Isa Cteep e Linx. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Ser Educacional, Livetech WDC, presidente do Conselho Fiscal da Ultrapar e membro do Comitê de Auditoria da Omega Geração e do Centro de Tecnologia Canavieira. O Sr. Flavio declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021. O Sr. Flavio é membro independente, em conformidade com os critérios de independência do Novo Mercado.

Roberto Vertamatti - 051.165.038-87

Formado em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis pela Fundação Santo André. Mestrado em Controladoria pela USP. Doutorado e Pós Doutorado pela Florida Christian University. Presidente do Conselho da Anefac - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade; atualmente membro do conselho. Conselheiro da empresa W2Conn. Professor em cursos de Pós-Graduação e MBA na FIAP, na FGV – Fundação Getúlio Vargas, e professor em mestrado e doutorado na Florida Christian University. Coordenador do MBA em Controladoria Estratégica e Gestão Tributária da USCS; Foi Conselheiro de administração no grupo Coimex.

O Sr. Roberto Vertamatti não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Luiz Alberto de Castro Falleiros - 024.351.768-80

Formado em Ciências Econômicas pela Unicamp. MBA em Finanças pela FACAMP. Foi diretor de investimento no Banco Multiplic em 1992. Foi Superintendente de Relações com o Mercado da Sabesp em 1997. Foi Gerente Geral de Corporate Finance e Gerente Geral da Diretoria Comercial no Banco Real de Investimento em 1998. Em 2000, fundou a Fasce, empresa de consultoria e passou a atuar como conselheiro independente. Foi Conselheiro de Administração nas empresas Tele Norte Celular Participações, Cerâmica Chiarelli, Lorenge, Financeira Alfa, São Paulo Turismo, Associação Congregação Santa Catarina, Construtora Julio Julio e Universidade Tiradentes. Participou do conselho fiscal de dezenas de empresas.

O Sr. Luiz Alberto de Castro Falleiros não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Res. CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Flavio Cesar Maia Luz - 636.622.138-34 N/A	
Roberto Vertamatti - 051.165.038-87 – N/A	
Luiz Alberto de Castro Falleiros - 024.351.768-80 - N/A	

7. Assembleia Geral e Administração / 7.6 – Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
-------------------------------	----------	--	----------------------------

Exercício Social 31/12/2021

Administrador do Emissor

Vanderlei Rigatieri Junior
Diretor Presidente

055.084.198-96

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Livotech Franchising Administração Ltda.

35.849.997/0001-33

Observação

O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livotech Franchising Administração Ltda.

Exercício Social 31/12/2020

Administrador do Emissor

André Luiz Sandoval Valente
Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

222.131.528-61

Prestação de serviço

Controlada Direta

Pessoa Relacionada

Livotech Franchising Administração Ltda.

35.849.997/0001-33

Observação

O administrador exerce atualmente cargo na administração da Livotech Franchising Administração Ltda.

A Companhia informa que não houve quaisquer relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores do emissor no Exercício Social de 31/12/2022.

ANEXO F: REMUNERAÇÃO GLOBAL DA ADMINISTRAÇÃO
(SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

8.0 – Remuneração dos Administradores

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores Política de Remuneração a qual foi formalmente aprovada em 16 de fevereiro de 2021, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (ri.wdcnet.com.br) e fisicamente em nossa sede social.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, membros dos comitês, e os membros do Conselho Fiscal, este último quando e se instalado, é, ou será, em se tratando dos membros do Conselho Fiscal, coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores.

As diretrizes que norteiam nossa prática de remuneração são: (i) a remuneração ser balizada conforme boas práticas de mercado, alinhada com a estratégia e impacto da contratação no negócio, visando atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às nossas diversas necessidades.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Conselho de Administração

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado

de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso. Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membros do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, poderão fazer jus ao acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Os Diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que permite a Companhia oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Os Diretores, assim como todos nossos colaboradores que exercem cargos de gestão são elegíveis ao programa de Bônus da Companhia, que está atrelado à entrega das metas orçamentárias e operacionais. Para que esse programa seja ativado é mandatório o atingimento da meta global da Companhia, que se cumprida, possibilitam aos elegíveis o recebimento da remuneração variável naquele exercício. Cada área tem um farol de metas construído de acordo com o planejamento estratégico da Companhia.

Nossos Diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológica; (ii) Auxílio Combustível; (iii) Vale Refeição; (iv) Ajuda de Custo Mobilidade; (v) Seguro de Vida; e (vi) Estacionamento.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos Conselho Fiscal instalado. Se e quando instalado, terá sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

Comitês

Os membros do Conselho de Administração que venham a integrar comitês de assessoramento poderão fazer jus a uma remuneração adicional pelo exercício do cargo no referido comitê, conforme definido pelo Conselho de Administração.

Os membros externos que integram os Comitês de Assessoramento, especificamente o Comitê de Auditoria, faz jus a uma remuneração fixa mensal cujo montante é definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fixa mensal, recebida a título de pró-labore, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da Política de Remuneração da Companhia, avaliando se a remuneração paga condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico-financeira.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) **descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:**

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;**

A divisão em lotes anuais, a existência de períodos de carência, bem como de exercício condicionado a decurso de tempo fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das nossas ações no curto, médio e longo prazo.

O Plano incentiva a realização do plano de crescimento e manutenção de seus principais diretores, empregados ou colaboradores, cujo comprometimento e direção no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;**

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para os 3 últimos exercícios (2020, 2021 e 2022):

Exercício 2022	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	89,35%	10,65%	N/A	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	100,00%	0,00%	N/A	100,00%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2021	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	44,35%	55,65%	N/A	100%

Diretoria Não-Estatutária	47,30%	52,70%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício 2020	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	44,35%	55,65%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	47,30%	52,70%	N/A	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste;**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Não-Estatutários é determinada pela Diretoria Estatutária com base em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas empresas de seguros, resseguros ou do mercado geral, de acordo com a função. Os Diretores Não-Estatutários também podem ser elegíveis a aumentos salariais anuais com base em acordo coletivo de trabalho com os representantes da categoria. Como a remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, o critério acima se aplica também para este componente de remuneração.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.**

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com as práticas de mercado.

A remuneração variável dos Diretores Estatutários da Companhia leva em consideração metas individuais e metas de desempenho financeiro pela Companhia, definidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. As metas individuais são objetivas e estão ligadas ao desempenho de tarefas ou conclusão de projetos específicos de cada área, podendo estar relacionadas ao fechamento de determinados negócios, atingimento de melhorias operacionais, novos lançamentos de produtos ou canais de vendas, entre outros.

Já as metas de desempenho da Companhia são auferidos, principalmente, pelo Retorno sobre o Patrimônio Líquido (Return on Equity ROE) da Companhia, podendo incluir outras métricas específicas a critério do Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração não é impactada por indicadores de desempenho.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia analisa a sua performance e o desempenho de seus administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de suas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são: i) o incentivo à melhoria de nossa gestão; ii) a permanência de nossos executivos; e iii) o incentivo aos colaboradores obterem melhores resultados, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia possui membros do conselho de administração que também são os controladores, membros que representam seus acionistas controladores.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Determinados Diretores e outros colaboradores que exercem cargos de gestão na Companhia, celebraram contratos com a Companhia que preveem o recebimento de uma remuneração extraordinária mediante a ocorrência de um evento de liquidez (alteração do controle societário ou realização de oferta pública inicial de ações da Companhia), conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de janeiro de 2019 e aditado conforme aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de fevereiro de 2021. O valor da remuneração que os colaboradores fizeram jus foi calculado com base na variação do valor histórico das ações de emissão da Companhia (em abril de 2017 ou no momento que o colaborador passou a trabalhar na Companhia) e o valor das ações na data da ocorrência do evento de liquidez.

Em agosto de 2021, após a conclusão da oferta pública inicial de ações da Companhia, foi pago o valor de R\$20,4 milhões aos Diretores e colaboradores que haviam celebrado o contrato com a Companhia, sendo que, deste valor, R\$15,5 milhões já estavam provisionados pela Companhia.

8.2 - Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo: a) órgão; b) número total de membros; c) número de membros remunerados; d) em relação ao bônus: i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais; e) em relação à participação no resultado: i) valor mínimo previsto no plano de remuneração; ii) valor máximo previsto no plano de remuneração; iii) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas; e iv) valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais.

Remuneração total prevista para o Exercício corrente 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total

Nº total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	790.680,00	5.737.721,93	-	6.528.401,93
Benefícios direto e indireto	-	473.757,60	-	473.757,60
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	131.780,00	1.805.850,33	-	1.937.630,33
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/20 20.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/20 20.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	1.678.437,22	-	1.678.437,22
Participação de resultados	-	2.213.678,40	-	2.213.678,40
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 922.460,00	R\$ 11.909.445,48	R\$ •	R\$12.831.905,48

Outros: encargos

Remuneração no Exercício encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	492.000,00	4.352.821,64	-	4.844.821,64
Benefícios direto e indireto	-	317.971,60	-	317.971,60
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	98.400,00	1.203.035,38	-	1.301.435,38

Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	700.000,00	-	700.000,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 590.400,00	R\$ 6.573.828,61	R\$ •	R\$7.164.228,61

Remuneração no Exercício encerrado em 31/12/2021 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	480.000,00	4.927.941,28	-	5.407.941,28
Benefícios direto e indireto	-	549.600,00	-	549.600,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	96.000,00	1.243.148,42	-	1.339.148,42
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	892.585,00	-	892.585,00
Participação de resultados	-	1.865.092,75	-	1.865.092,75
Participação em reuniões	-	-	-	-

Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessaçã o do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	R\$ 576.000,00	R\$ 9.478.367,45	-	R\$10.054.367,45

Remuneração no Exercício encerrado em 31/12/2020 – Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4	3	-	7
Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Remuneração fixa anual	-	-	-	-
Salário ou pró-labore	-	3.041.530,00	-	3.041.530,00
Benefícios direto e indireto	-	342.956,40	-	342.956,40
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	1.032.755,87	-	1.032.755,87

Descrição de outras remunerações fixas	-	Refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício Circular CVM/SEP/2/2020.	-	-
Remuneração variável	-	-	-	-
Bônus	-	1.870.552,00	•	1.870.552,00
Participação de resultados	-	1.614.690,40	•	1.614.690,40
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações, incluindo opções	-	-	-	-
Observações	-	-	-	-
Total da remuneração	-	R\$ 7.902.484,67	R\$ •	R\$ 7.902.484,67

8.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2023):

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	761.918,40	-	761.918,40
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	761.918,40	-	761.918,40
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	2.213.678,40	•	2.213.678,40
Remuneração baseada em ações	-	916.518,82	•	916.518,82

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2022:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	2	3	-	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	700.000,00	-	700.000,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	700.000,00	-	700.000,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	0,00	•	0,00
Remuneração baseada em ações	-	0,00	•	0,00

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2021:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5	3	-	8
Nº de membros remunerados	0	3	-	5
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	2.143.075,51	-	2.143.075,51
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	892.585,00	-	892.585,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	51.000,00	•	51.000,00
Remuneração baseada em ações	-	5.909.135,03	•	5.909.135,03

Remuneração variável no exercício social encerrado em 31/12/2020:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	4	3	-	7

Nº de membros remunerados	0	3	-	3
Bônus			-	
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	1.870.552,00	-	1.870.552,00
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		1.870.552,00		1.870.552,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	-	Não há valor máximo previamente estabelecido	-	Não há valor máximo previamente estabelecido
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("Target")	-	1.614.690,40		1.614.690,40
Valor efetivamente Reconhecido no exercício social		1.614.690,40		1.614.690,40

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

O Plano destina-se aos nossos administradores, empregados e demais colaboradores da Companhia ("Beneficiários").

O Conselho de Administração, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano de Ações para a organização e administração do Plano e para a remuneração baseada em ações.

De acordo com o Plano, o Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Opções de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos os Beneficiários, o número de Opções outorgadas, a distribuição de tais Opções entre os Beneficiários, o Preço de Exercício, as regras de vesting, eventuais restrições de negociação (lock up), a data de vigência e as demais regras específicas de cada Programa.

A administração da Companhia, não prevê, no presente momento, a realização de qualquer outorga no âmbito do Plano. Ademais, a administração da Companhia ainda não avaliou quais serão as condições dos Programas a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Em 15 de fevereiro de 2021 foi aprovado um Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), administrado pelo Conselho de Administração.

c. número máximo de ações abrangidas

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, poderão ser outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Sujeito aos ajustes previstos no Plano, poderão ser outorgadas opções de compra de Ações até o limite de 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia.

e. Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição das opções de Ações serão definidas pelo Conselho de Administração (ou pelo Comitê) no momento de aprovação dos Programas. O Contrato de Outorga estabelecerá o número de Opções a serem outorgadas ao Beneficiário, conterà os demais termos e condições da outorga de Opções e poderá estabelecer outorgas com base no tempo e/ou em performance, conforme o Programa aprovado pelo Conselho de Administração.

Na hipótese de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio, restituição de capital ou outro provento em dinheiro que seja pago acionistas, o preço de exercício será ajustado no dia em que a Ação passar a ser negociada "EX" no mercado à vista, deduzindo-se o valor do provento em dinheiro líquido do preço de exercício, sendo a liquidação feita com títulos "EX".

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, estabelecer regras distintas às contidas no Plano para fins de determinação do preço de exercício, bem como estabelecer, no momento da outorga das opções, condições adicionais de *vesting*, incluindo condições vinculadas ao desempenho da Companhia e/ou metas de performance.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelo Beneficiário à Companhia pelo exercício de cada Opção, no caso daquelas outorgadas no primeiro Programa, corresponderá ao preço por ação fixado para as novas ações da Companhia emitidas no âmbito de sua oferta pública de Ações. No caso dos Programas subsequentes, corresponderá ao preço médio ponderado por volume financeiro das ações ordinárias de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa.

g. Critérios para fixação do prazo de exercício

Salvo se de outra forma estabelecida pelo Conselho de Administração a seu exclusivo critério, o *vesting* das opções ocorrerá em uma parcela única, mediante o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data de outorga.

Mediante a ocorrência do *vesting*, conforme estabelecido no Plano, nos Programas que venham a ser estabelecidos e nos Contratos de Outorga, as respectivas opções tornar-se-ão maduras e poderão ser exercidas pelos Beneficiários.

h. Forma de liquidação

Para liquidação dos exercícios das opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração e nos termos da legislação aplicável: (i) emitir novas Ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (ii) alienar Ações mantidas em tesouraria.

As opções não conferem quaisquer direitos de acionista da Companhia até a sua liquidação e efetiva aquisição/subscrição de Ações pelo Beneficiário.

i. Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições à transferência das Ações adquiridas com o exercício das opções de compra, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Ações, sendo que tais condições deverão estar previstas nos Programas e/ou Contratos de Opção.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não há eventos de suspensão do Plano. Quaisquer alterações e a extinção do Plano dependerão de deliberação da Assembleia Geral.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento voluntário ou por justa causa, o Beneficiário terá o direito de exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de vesting já tenha transcorrido). Todas as opções que ainda não tenham se tornado maduras estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em caso de Desligamento sem justa causa, o Beneficiário terá o direito de (i) exercer todas as opções maduras (assim consideradas aquelas cujo prazo de vesting já tenha transcorrido); e (ii) manter um número pro rata de opções que não estejam maduras, proporcional ao prazo de vesting. A mesma solução se aplicará em caso de falecimento ou invalidez permanente do beneficiário.

8.5 - Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, considerando que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve o pagamento de remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,00	8,00
número de membros remunerados	2,00	3,00	5,00
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	-	-	-
i. em aberto no início do exercício social	-	-	-
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-	-
iii. exercidas durante o exercício social	-	-	-
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	-	-

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,75	8,75
número de membros remunerados	2,00	3,75	5,75

preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	-	-	-
i. em aberto no início do exercício social	-	-	-
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-	-
iii. exercidas durante o exercício social	-	-	-
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	-	-

Exercício social 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	4,00	9,00
número de membros remunerados	2,00	4,00	6,00
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	-	-	-
i. em aberto no início do exercício social	-	-	-
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-	-
iii. exercidas durante o exercício social	-	-	-
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	-	-

Exercício social 2020

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	4,00	9,00
número de membros remunerados	2,00	4,00	6,00
preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	-	-	-
i. em aberto no início do exercício social	-	-	-
ii. perdidas e expiradas durante o exercício social	-	-	-
iii. exercidas durante o exercício social	-	-	-
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	-	-	-

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,00	8,00
número de membros remunerados	2,00	3,00	5,00
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-

prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	3,75	8,75
número de membros remunerados	2,00	3,75	5,75
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

Exercício social 2021

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	4,00	9,00
número de membros remunerados	2,00	4,00	6,00
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

Exercício social 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	5,00	4,00	9,00
número de membros remunerados	2,00	4,00	6,00
data de outorga	-	-	-
quantidade de opções outorgadas	-	-	-
prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
prazo máximo para exercício das opções	-	-	-

prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	-	-
valor justo das opções na data da outorga	-	-	-
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Atualmente, não existem opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e Diretoria Estatutária nos termos do presente item.

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A

i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
em relação às opções ainda não exercíveis	N/A	N/A	N/A
i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. data em que se tornarão exercíveis	N/A	N/A	N/A
iii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iv. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
v. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
em relação às opções exercíveis:	N/A	N/A	N/A

i. quantidade	N/A	N/A	N/A
ii. prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
iii. prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
iv. preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração variável baseado em ações, indicando profissionais-chaves que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída (com liquidação em recursos financeiros).

Do referido plano, o valor de R\$ 5.909.135,03 (cinco milhões, novecentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais, e três centavos) foi destinado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para a remuneração da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não foram beneficiados pelo plano.

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A

preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração variável baseado em ações, indicando profissionais-chaves que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída (com liquidação em recursos financeiros).

Do referido plano, o valor de R\$ 5.909.135,03 (cinco milhões, novecentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais, e três centavos) foi destinado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021

para a remuneração da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não foram beneficiados pelo plano.

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

Exercício social 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A

preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
data de outorga	N/A	N/A	N/A
quantidade de ações outorgadas	N/A	N/A	N/A
prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A	N/A
prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A
multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Em 17 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o plano de remuneração variável baseado em ações, indicando profissionais-chaves que receberam as opções e a quantidade total a ser distribuída (com liquidação em recursos financeiros).

Do referido plano, o valor de R\$ 5.909.135,03 (cinco milhões, novecentos e nove mil, cento e trinta e cinco reais, e três centavos) foi destinado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 para a remuneração da Diretoria Estatutária. Os membros do Conselho de Administração não foram beneficiados pelo plano.

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A

número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2021

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A

preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

a. Modelo de precificação

As informações fornecidas nos itens 8.5 a 8.11 supra tratam do plano de remuneração variável atribuída a Diretoria Estatutária da Companhia em 2019, e liquidadas no exercício social findo em 2021. O contrato previu que o beneficiário adquiriria o direito de receber uma remuneração variável bruta com a passagem do tempo (vesting period) a ser calculada por meio da aplicação de um percentual (a depender do beneficiário), sobre o valor positivo obtido a partir da subtração

do valor das ações da Companhia no referido Evento de Liquidez pelo valor da ação na data inicial (ingresso do fundo 2B Capital), de acordo com a seguinte fórmula:

Valor da Remuneração Variável = Percentual da Remuneração Variável (a depender do Beneficiário) x (Valor da Avaliação da Companhia Valor Base).

O evento de liquidez se materializou com o IPO da Companhia, por meio de caixa e, neste contexto, o passivo foi mensurado pelo valor justo ao término de cada período de reporte, até a sua liquidação, sendo que as mudanças no valor justo foram reconhecidas no resultado do período. O valor justo foi mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia, ajustado pelos termos e condições sob as ações que foram outorgadas.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação. O pagamento ocorreu com a liquidação em recursos financeiros.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Verificar resposta do item 8.12 a. Modelo de precificação.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

31/12/2022	Sociedade Emissora do Valor Mobiliário	Valor Mobiliário	Quantidade	% do Capital Social
Conselho de Administração ⁽¹⁾	Livetech da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Ação ordinária	22.933.400	35,47%
Diretoria			0	0%
Conselho Fiscal			0	0%
Total ⁽²⁾			22.933.400	35,47%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade neste item, os membros do Conselho de Administração que também fizessem parte da Diretoria, foram contabilizados apenas como membros do Conselho de Administração.

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Exercício social 2023 - previsto			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
nome do plano	N/A	N/A	N/A
quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	N/A	N/A	N/A
condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A	N/A

valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A

se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A
--	-----	-----	-----

Exercício social 2021			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

Exercício social 2020			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	TOTAL
número total de membros	N/A	N/A	N/A
número de membros remunerados	N/A	N/A	N/A
número de ações	N/A	N/A	N/A

preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A
preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A
valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	N/A	N/A
se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A	N/A

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação o conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal

	Diretoria			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	3	3	3	5	5	4	-	-	-
Nº de membros remunerados	3	3	3	3	3	0	-	-	-

Valor da maior remuneração individual (Reais)	3.283.216,84	3.778.786,74	3.648.824,04	-	220.000,00	-	-	-	-
Valor da menor remuneração individual (Reais)	642.267,93	855.802,67	1.482.525,96	-	220.000,00	-	-	-	-
Valor médio da remuneração individual (Reais)	1.643.457,15	1.987.568,47	2.634.161,56	-	220.000,00	-	-	-	-

Observação: CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

31/12/2022	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social.
31/12/2021	3 (três) membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social.
31/12/2020	Os membros do Conselho de Administração abriram mão da remuneração nesse exercício social. O Conselho Fiscal não estava instalado.

Observação: CONSELHO FISCAL

31/12/2022	O Conselho Fiscal não foi instalado.
-------------------	--------------------------------------

31/12/2021	O Conselho Fiscal não foi instalado.
31/12/2020	O Conselho Fiscal não foi instalado.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela cessação do cargo a esses Diretores.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores ("D&O"), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	43%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	43%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020:

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária ⁽¹⁾	65%
Conselho Fiscal	0%

⁽¹⁾ Para evitar duplicidade, informações relativas aos diretores estatutários que também integram o Conselho de Administração, foram informadas apenas na linha Diretoria Estatutária.

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Este item não é aplicável, considerando que, nos últimos três exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável, considerando que nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve o pagamento de remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de



controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Companhia informa que as informações prestadas nos itens da Seção 8 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

ANEXO G: ANEXO A DA RES. CVM Nº 81

Nos termos do Art. 10, parágrafo único, inciso II da Res. CVM nº 81, destacamos o seguinte:

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1 - Informar o lucro líquido do exercício:

R\$ 23.168.556,91 (vinte e três milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e um centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Montante global no valor de R\$ 861.604,00 (Oitocentos e sessenta e um mil, seiscentos e quatro reais). O valor dos dividendos por ação é de: R\$ 0,0135200940916349.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o lucro líquido na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Em relação ao percentual do lucro líquido do exercício distribuído: 3,718850523780853%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

A - O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

R\$ 861.604,00 (oitocentos e sessenta e um mil, seiscentos e quatro reais), aplicável as ações ordinárias de emissão da Companhia.

B - A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

O pagamento ocorrerá em até 60 (sessenta) dias a contar da AGO, podendo o prazo para pagamento ser prorrogado até o fim do exercício social de 2023. A data de pagamento será informada por meio de aviso aos acionistas.

C - Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

D - Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração de pagamento dos dividendos será a data da AGO, qual seja, 19 de abril de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

(R\$ milhões, exceto%)	2022	2021	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	23.168	72.454	70.587	19.977
Média Ponderada das ações no exercício	64.663	53.451	44.792	44.792
Lucro Básico por ação - (em reais)	0,3583	1,3555	1,5759	0,4460
Dividendos	862	11.252	15.006	4.896
Dividendo Básico por ação - (em reais)	0,0133	0,2105	0,3350	0,1093

Obs: somente ações ordinárias (Companhia integrante do Novo Mercado).

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(R\$ milhões, exceto%)	2022	2021	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	23.168	72.454	70.587	19.977
Média Ponderada das ações no exercício	64.663	53.451	44.792	44.792
Lucro Básico por ação - (em reais)	0,3583	1,3555	1,5759	0,4460
Dividendos	862	11.252	15.006	4.896
Dividendo Básico por ação - (em reais)	0,0133	0,2105	0,3350	0,1093

Obs1: somente ações ordinárias (Companhia integrante do Novo Mercado).

Obs2: não ocorreu a distribuição de juros sobre o capital próprio nos últimos exercício sociais, conforme constante no quadro acima.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

R\$ 1.158.427,85 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e cinco centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro, a Companhia constituiu reserva no valor mencionado no item 8 "a", acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, Após realizadas as deduções prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia; (b) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (c) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não Aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não Aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

R\$ 18.563.714,30 (dezoito milhões, quinhentos e sessenta e três mil, setecentos e quatorze reais e trinta centavos).

b. Explicar a natureza da destinação

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo no montante (milhões) de R\$ 18.564 (dezoito milhões, quinhentos e sessenta e quatro) referente ao incentivo fiscal de crédito presumido de ICMS de produtos adquiridos de importação para revenda no Estado da Bahia.

O resultado obtido com estes benefícios fiscais é reconhecido como receita ou redução de despesas no resultado do período e transferido para conta de reserva de subvenção no patrimônio líquido.
